

2. O CAMINHO APOFÁTICO

A Necessidade de uma Purificação do Olhar: Introdução ao Caminho Apofático

Agora que compreendemos brevemente a estrutura da auto causalidade deveríamos avançar para uma profundidade ainda maior. Perguntas como qual é o *conteúdo* do Espírito? O que é, em sua essência mais íntima, essa realidade que chamamos de Ser absoluto? Como o Espírito age? Como Se relaciona com o tempo? Como exerce Sua liberdade? O *quê* é a substância pura que subjaz a todas as determinações, o solo ontológico do qual tudo brota? Devem ser respondidas de forma detalhada e de todos os ângulos cabíveis.

Esta investigação, porém, exige uma preparação rigorosa. Não podemos abordar diretamente a pureza do Espírito com mentes turvadas por conceitos inadequados, por imagens que projetamos n'Ele a partir de nossa experiência limitada. É necessário, antes de mais nada, *limpar as janelas* que nos impedem de ver verdadeiramente a paisagem do Espírito. Essas janelas são as noções pré-concebidas, os hábitos mentais, as categorias filosóficas que, embora úteis para lidar com o mundo finito, tornam-se obstáculos quando aplicadas ao Infinito.

Para que os traços do Ser se delineiem com clareza, precisamos explorar suas oposições, o seu limite, o seu fundo: precisamos explorar o *nada*. É no contraste com o nada que o Ser se revela com mais clareza. É confrontando o vazio que a plenitude se manifesta desmoronando os vazios conceituais. A via para a compreensão do Espírito indiferenciado passa, necessariamente, pela desassociação de todas as outras vias que pretendem explicar o fundamento do real de forma errônea. Precisamos distinguir o caminho fundamental dos caminhos secundários, por mais que estes também apontem, à seu grosso modo, para o absoluto.

A tradição mística de diversas culturas reconheceu a necessidade dessa passagem pelo nada como preparação para a visão do Ser. O que é, pois, o nada? Não se trata simplesmente da ausência de coisas particulares, de um vazio ôntico. O nada de que falamos é mais radical: é a

ausência de qualquer determinação, de qualquer propriedade, de qualquer ser. É a pura negação, o "não" absoluto. Quando tentamos pensá-lo, nossa mente recua, pois o pensamento só pode apreender o Ser. O nada é o impensável por excelência, o limite do inteligível.

No entanto, essa experiência do nada é crucial. Ao contemplarmos o nada, somos forçados a reconhecer que tudo o que existe — incluindo nós mesmos e nossas categorias — poderia *não* existir. O nada revela a contingência radical do finito. Ele funciona como um solvente universal que dissolve nossas certezas e nos prepara para receber uma certeza mais alta: a do Ser necessário.

É diante do nada que a pergunta fundamental emerge com toda a sua força: *por que existe algo em vez de nada?* Esta pergunta, que Leibniz considerava a primeira da filosofia, só pode ser devidamente formulada após termos contemplado a possibilidade real do nada. Se não passamos por essa investigação, corremos o risco de tomar o ser como um dado óbvio, como algo que "está aí" sem maiores questionamentos. A grandeza da pergunta exige a grandeza do abismo que a antecede.

O nada, portanto, é a primeira janela a ser limpa. Não porque ele contenha alguma verdade positiva, mas porque sua contemplação nos livra da ilusão de que o ser finito é autossuficiente. Ao encararmos o nada, nossa mente se desapega das determinações particulares e se abre para a possibilidade de algo que seja para além de toda determinação — algo que não possa não existir, algo cuja essência é o próprio existir.

A Substância Absoluta e o Incausado

A tradição teológica frequentemente concebe a substância de uma realidade incausada em termos de uma pureza originária ou, de maneira ainda mais rigorosa, através da categoria do inefável. À primeira vista, o inefável apresenta-se como o horizonte ontológico mais adequado para se inferir uma existência radicalmente isenta de causas.

Para que o cosmos causado exista, exige-se uma realidade puríssima, livre de propriedades contingentes e de determinações prévias. Ou seja, o incausado deve possuir primazia ontológica e eficácia causal, constituindo-se como o fundamento último sem o qual a explicação da realidade vigente permanece fatalmente incompleta.

A esse incausado ontológico — a realidade cuja existência é tão pura que sua determinação se funde à sua própria fundamentação — damos o nome de "Ser". Trata-se de uma realidade que não pode ser categorizada como "A" ou "B"; sua identidade é o seu próprio ato de existir. Nesse contexto, em que a identidade do existente coincide plenamente com a sua existência, o Ser emerge como o signo de sua própria autofundamentação. O incausado ontológico que justifica o causado é, de forma necessária, simples e desprovido de delimitações conceituais: sua essência é o seu próprio fundamento, o *ipsum esse subsistens*.

O inefável, por definição, dispensa propriedades e transcende qualquer predicação. Se um princípio carece de delimitações acidentais ou deterministas, não há nele nenhuma "balança ontológica" que precise ser inclinada por um agente externo. Ele simplesmente é, mantendo-se imune à exigência de uma *ratio sufficiens* (razão suficiente) heterônoma.

Nesta etapa da investigação, o objetivo consiste em dissecar a natureza exata desse estrato inefável, testando se os conceitos tradicionalmente invocados como absolutos podem, em última instância, sustentar e definir a arquitetura do incausado.

Embora exista uma inferência direta que postula o incausado a partir do causado — revelando uma realidade pura na qual determinação e fundamentação se diluem no "Ser" —, essa dedução imediata não elucida *como* essa realidade existe de maneira necessária e absoluta, tampouco *de que modo* ela opera como a gênese de toda a realidade vigente. A proposta desta obra é investigar a arquitetura metafísica proveniente do Ser, iniciando, metodologicamente, por uma arqueologia do conceito de Nada, para culminar na compreensão de como o Ser absoluto desencadeia a totalidade dos fenômenos.

A Indistinção Ontológica entre o Ser e o Nada na Metafísica Clássica

Por vezes, o nada é confundido com o Ser por aparentar ser igualmente indiferenciado, puro e desprovido de determinações. Essa aparência, contudo, exige uma investigação mais rigorosa: aquilo que, à primeira vista, parece não possuir qualquer determinação não deve, por isso, ser imediatamente identificado ao fundamento absoluto da realidade.

Para que a investigação acerca do Incausado não se perca em abstrações vazias e para que se possa delimitar, tanto quanto possível, aquilo que se apresenta como inefável, propõe-se,

preliminarmente, um exame radical do conceito de **nada**. Intuitivamente, o nada parece não conter propriedades, determinações ou relações, parecendo, assim, dispensar qualquer justificação para a sua existência. Essa característica pode levar a associá-lo ao Ser — não no sentido de uma simples negação niilista, mas como algo que, pela ausência de determinações, aproxima-se da ideia de um absoluto.

Em termos estritamente epistemológicos, o nada pode ser tomado como uma aproximação imediata e intuitiva do Absoluto: aquilo que, por não possuir determinações, parece não depender de nenhuma condição exterior, dispensando, por consequência, uma fundamentação ulterior. Entretanto, essa aproximação é ilusória. O fato de o nada parecer indiferenciado, puro e incondicionado não significa que ele possua a mesma estrutura ontológica do Ser.

Uma investigação rigorosa demonstrará que o nada não pode ser simplesmente aproximado do Ser, tampouco confundido com ele. Mais do que isso, pretende-se provar que a própria análise do nada conduz diretamente à inteligibilidade da necessidade do Ser, sem que seja obrigatório tomar o mundo fenomênico como ponto de partida ou como evidência empírica dessa necessidade.

Com efeito, mesmo que abstraíssemos inteiramente a existência da realidade fenomênica, ainda seria possível investigar se o conceito de nada é verdadeiramente sustentável em sua forma absoluta. Caso a própria noção de nada revele uma impossibilidade interna, sua análise abrirá caminho para a afirmação da necessidade de algo que não seja contingente, condicionado ou causado. É aqui que se estabelece uma via metodológica radicalmente distinta daquela que parte da contingência dos fenômenos para alcançar um fundamento necessário.

O objetivo, portanto, é investigar a possibilidade de alcançar a necessidade do **Ser Incausado** sem tomar a contingência fenomênica como premissa fundamental. Em vez de partir do mundo determinado para remontar à sua causa, parte-se da investigação da própria possibilidade do nada. O problema deixa de ser a simples pergunta “**por que existe algo em vez de nada?**” e assume uma forma ainda mais radical: “**é possível que o nada seja sequer inteligível como possibilidade?**”

Tomando o conceito de **nada** como ponto primordial da investigação — como a "substância bruta" da indeterminação ou o marco zero do pensamento —, pretende-se submetê-lo às suas últimas consequências conceituais. A questão central será verificar se o nada permanece sustentável quando pensado em sua absoluta radicalidade ou se, levado ao limite, dissolve-se enquanto possibilidade.

Se o nada não subsiste sequer como possibilidade conceitual, então sua própria análise revelará, por contraste, a necessidade de um fundamento que não dependa de outro, que não seja determinado por nada exterior e que seja completamente alheio à cadeia causal de contingências.

Diretriz de investigação: tomar o Nada como o ponto zero da reflexão filosófica, submetê-lo a uma análise de máxima radicalidade e verificar se ele resiste enquanto possibilidade absoluta ou se, ao contrário, sua própria dissolução conduz irrevogavelmente à necessidade do Ser Incausado e de uma pureza ontológica fundamental.

O Nada Tomado como Substância e as Duas Vias Causais

Podemos distinguir dois tipos de causa: a **causa direta** e a **causa transformadora**.

A **causa direta** é aquela em que o Ser causa sem pressupor uma substância ontológica anterior sobre a qual deva operar. Ou seja, a causa soberana produz a partir de sua própria liberdade, sem depender de uma matéria ou realidade preexistente. Nesse sentido, a criação não consiste na transformação de algo já existente, mas na produção direta de uma realidade até então inexistente. É sob essa ótica que a tradição religiosa compreende a criação *ex nihilo*. Tomás de Aquino, ao distinguir criação de transformação, afirma categoricamente que “**criar é fazer algo a partir do nada**”, ressaltando que a criação não pressupõe uma matéria preexistente, da mesma maneira que a transformação pressupõe um substrato.

A **causa transformadora**, por outro lado, é aquela em que o Ser molda uma substância ontológica preexistente, convertendo-a em algo determinado. Nesse caso, não ocorre uma produção absoluta, mas uma alteração: há algo que recebe uma nova determinação. A causa transformadora pressupõe, inexoravelmente, alguma realidade anterior — seja ela uma substância, uma matéria, uma potência ou qualquer outro substrato ontológico.

Essa distinção encontra perfeito eco na estrutura aristotélica de **potência e ato**. Aristóteles compreende a potência como o princípio da possibilidade de mudança e atualização. A potência não é o simples nada, pois aquilo que está em potência possui a capacidade de vir a ser de uma maneira específica. Por isso, ao afirmar que “**o ato é anterior à potência**”, Aristóteles estabelece que a potência não constitui uma ausência absoluta de ser, mas sim algo que só ganha sentido e realidade em relação ao ato.

É justamente nesse ponto que surge uma dificuldade fundamental. Frequentemente, o Nada é concebido como uma realidade potencial, não atualizada, ou como algo passível de transformação. O Nada funcionaria, então, como uma espécie de estado primordial a partir do qual a realidade determinada poderia emergir. Contudo, se o Nada possui potencialidade, ele deixa de ser, a rigor, Nada. Afinal, a potência já é uma capacidade ontológica: algo que pode ser atualizado, determinado ou convertido em outra realidade.

Assim, quando o Nada é tratado como uma realidade potencial, ele passa a assumir a função de um **substrato ontológico**. Torna-se aquilo sobre o qual o Ser poderia operar para produzir o mundo determinado. Porém, sob esse prisma, o termo “Nada” oculta uma realidade que já possui alguma forma de ser. Se pode receber uma determinação, existe algo que a recebe; se pode ser transformado, existe algo que sofre a transformação; se possui potencialidade, existe algo que detém essa capacidade.

É precisamente aqui que reside uma das maiores confusões filosóficas acerca do Nada. Quando não é diretamente identificado ao Ser fundamental, o Nada tende a ser concebido como uma espécie de matéria ontológica primordial — ainda indeterminada, mas suscetível à determinação —, ocupando o lugar de um substrato anterior à realidade concreta.

Temos, portanto, duas situações recorrentes: **ou o Nada é assimilado ao próprio fundamento do Ser, ou é convertido em um substrato sobre o qual o Ser exerce uma causalidade transformadora.**

O Ser puro e o Nada puro foram, ao longo da história da filosofia, frequentemente confundidos ou equiparados, em razão de ambos parecerem indiferenciados quando considerados em sua pura abstração. Ambos, pensados em sua pureza absoluta, parecem desprovidos de qualquer conteúdo particular que permita distingui-los. Nessa formulação,

evidencia-se o que chamamos aqui de **confusão entre o Ser e o Nada**. Hegel aproxima o Ser do Nada com base em sua indeterminação: se o Ser é completamente desprovido de propriedades, parece não haver nele característica alguma que o distinga do Nada. Entretanto, da ausência de determinações não se segue, obrigatoriamente, uma identidade ontológica.

Há uma diferença abismal entre **não possuir determinação** e **não possuir ser**. Uma realidade pode ser absolutamente simples, indeterminada ou imune a determinações externas sem que, por isso, seja reduzida ao nada. A ausência de propriedades determinadas não implica a ausência do próprio Ser. Essa distinção é decisiva para a presente investigação. Se o Ser fundamental é concebido como aquilo que subsiste independentemente de qualquer determinação exterior, sua pureza não deveria conduzir à sua identificação com o nada. O Ser pode ser absolutamente simples e indeterminado sem deixar de possuir a propriedade essencial de **ser**.

A própria tradição eleata já havia colocado o problema em termos radicais. Parmênides afirma que **“o que é, é, e o que não é, não é”**, recusando ao não-ser qualquer estatuto equivalente ao do Ser. Em outra máxima, adverte que **“não podes conhecer o que não é”**, evidenciando a impossibilidade de transformar o Nada em objeto de pensamento ou conhecimento. Essa constatação é crucial: se o Nada não possui determinação, propriedade ou realidade, é impossível utilizá-lo como fundamento explicativo sem atribuir-lhe, de forma sub-reptícia, características que contradigam sua própria definição.

Percebe-se, então, uma segunda função frequentemente atribuída ao Nada: além de ser aproximado do Ser em razão de sua indeterminação, ele é utilizado para explicar a passagem para a realidade determinada. Nesse segundo cenário, o Nada não é mera ausência, mas atua como um **estado de potência**, como aquilo que pode ser atualizado ou convertido em algo. É justamente essa transição que requer o mais rigoroso exame. Se o Nada é verdadeiramente absoluto, é impossível atribuir-lhe qualquer potencialidade. A potência é a capacidade de ser ou de vir a ser de determinado modo. O Nada, porém, carece da mais ínfima capacidade. Se ele possuísse potência, já não seria Nada, mas sim uma forma latente de realidade.

A estrutura aristotélica de potência e ato reafirma essa lógica. Sendo a potência um princípio de mudança, ela pertence, irrevogavelmente, ao domínio do ser e da possibilidade. O Nada, por sua vez, não pode possuir capacidade de mudança, pois mudar implica transitar de uma

condição a outra, o que pressupõe uma realidade subjacente que sofre ou realiza tal mudança. Portanto, ao denominar de “Nada” o substrato a partir do qual a realidade determinada é extraída, atualizada ou produzida, corre-se o risco iminente de convertê-lo em uma **matéria primordial**. O que era definido estritamente como ausência absoluta passa a atuar como um suporte permanente que recebe determinações.

É aqui que observamos uma profunda tensão na estrutura hegeliana. De um lado, o Nada é identificado ao Ser puro por sua falta de determinações; de outro, surge como o momento necessário do movimento que conduz ao **devir** — ou seja, à passagem entre o Ser e o Nada. Como escreve Hegel: “**o devir é a unidade do ser e do nada**”.

A questão aqui colocada não é apenas negar a coerência interna da dialética hegeliana, mas indagar se aquilo que Hegel chama de Nada pode, simultaneamente, conservar o estatuto de **pura ausência** e desempenhar uma função ativa na gênese conceitual da realidade determinada. Se o Nada é absolutamente nada, ele não possui função alguma. Se possui uma função no processo de determinação, então essa função precisa ser explicada sem que se transforme o Nada em uma realidade potencial. Isso explicita o duplo problema atrelado às funções do Nada: **primeiro, sua ausência de propriedades justifica sua aproximação ao Ser puro; segundo, sua indeterminação é usada como gatilho explicativo para a passagem à determinação.**

O conflito gerado por essas duas funções é evidente e produz uma contradição conceitual incontornável: a ausência absoluta de propriedades não pode funcionar como uma propriedade, e a ausência absoluta de realidade não pode atuar como uma potência. Dessa maneira, a crítica não visa simplesmente contestar a afirmação de que Ser e Nada possam ser pensados em conjunto, mas busca determinar **qual estatuto ontológico o Nada assume quando passa a exercer uma função explicativa**. Se ele é o Nada, carece de propriedades, potencialidade ou capacidade causal. Se detém propriedades, potencialidade ou capacidade causal, então, em definitivo, não é o Nada. Essa contradição ilumina com perfeição a diferença entre **causa direta** e **causa transformadora**.

Na causa transformadora, há um substrato prévio que permanece enquanto sua forma ou determinação muda. Na causa direta, porém, não há matéria ou substância ontológica anterior que precise ser moldada; a causalidade flui diretamente do princípio originário. Por isso, se a

criação for compreendida como uma causa transformadora, será forçoso admitir uma realidade anterior à realidade determinada. E, se essa realidade anterior for chamada de Nada, será indispensável explicar como a ausência atua como substância ou potência. Por outro lado, se a criação for compreendida como causa direta, o Ser não transforma o Nada em coisa alguma. O Nada não é uma substância sobre a qual a causa opera. Nesse contexto, o Nada designa apenas a inexistência de qualquer realidade anterior àquilo que é produzido.

Essa distinção é fundamental. **Criar a partir do nada não significa moldar o nada.** Se a criação fosse uma transformação, o nada precisaria ser uma realidade suscetível a mudanças. Mas, se fosse uma realidade, já não seria nada. O grande desafio da criação está, justamente, em compreender como algo procede do Ser sem a mediação de uma matéria prévia sobre a qual Ele devesse operar. Na doutrina da causa direta, a resposta não reside em transformar o Nada, mas em negar veementemente a existência de qualquer substrato anterior. Nas duas abordagens recorrentes — a assimilação do Nada ao Ser e a conversão do Nada em substrato —, o conceito atua como um elemento **apaziguador da complexidade metafísica**. Ele parece resolver, de modo simultâneo, dois grandes problemas: a ausência de um fundamento anterior e a mecânica de como a realidade determinada surge.

Quando assimilado ao Ser, o Nada parece solucionar a ausência de um fundamento prévio. Quando convertido em substrato, fornece uma "matéria primordial" conveniente para explicar o trânsito da indeterminação à determinação. Contudo, ambas as "soluções" falham e exigem um escrutínio mais rigoroso. Se o Nada é verdadeiramente absoluto, não possui potência, propriedades ou capacidade de transformação. Se as possui, estamos diante de uma realidade ontológica, e não do Nada. A distinção entre **Nada** e **indeterminação** revela-se, portanto, vital. Uma coisa é afirmar que algo não possui determinações particulares; outra, abissalmente diferente, é afirmar que esse algo não possui ser algum.

A indeterminação é uma característica de uma realidade desprovida de contornos particulares; o Nada absoluto, ao revés, não comporta característica alguma. Ao utilizar o Nada para explicar a passagem da indeterminação à determinação, corre-se o risco inevitável de atribuir a ele tudo o que lhe fora negado: estrutura, função e mutabilidade. Assim, o Nada perde seu status de absoluta inexistência e é rebaixado à condição de um **substrato ontológico indeterminado**. O dilema torna-se ainda mais agudo ao tentar explicar a realidade fenomênica. Se o mundo determinado surge da atualização de um momento prévio de pura

indeterminação, é imperativo questionar o estatuto ontológico desse momento anterior.

Se ele é Nada, como pode ser atualizado? Se é atualizado, em que sentido ainda se pode chamá-lo de Nada? E se não é Nada, qual realidade prévia está sendo pressuposta? Essas indagações levam diretamente ao âmago do problema do fundamento. Sem poder recorrer ao Nada como substrato e rejeitando uma regressão infinita de causas transformadoras, impõe-se a necessidade de investigar um Ser que não receba sua existência de outro e cuja causalidade seja verdadeiramente **originária**, e não meramente transformadora.

A questão central passa, portanto, a ser a seguinte:

Pode o Nada absoluto constituir o substrato de uma transformação?

Ou, inversamente:

Se há um substrato capaz de ser transformado, não deveríamos reconhecer nele alguma forma de Ser?

Nesse sentido, a investigação do Nada transcende a mera digressão preliminar. Ela constitui o ponto de partida ideal para estabelecer a diferença fundamental entre o **Nada** — desprovido de qualquer propriedade — e uma **realidade indeterminada ou potencial** — que, por deter potência, já integra validamente o domínio do Ser.

A hipótese que se sustenta é que o Nada não fundamenta a realidade determinada, nem como Ser indiferenciado, nem como substrato potencial. Levado à sua máxima radicalidade, o Nada não possui sequer a mais rudimentar capacidade de fundamentar. E, justamente por sua absoluta impotência fundacional, a análise do Nada evidencia, por contraste, a necessidade imperativa de um fundamento que não seja o vazio, mas o **Ser enquanto realidade incausada**, cuja produtividade independe completamente da transformação de uma substância prévia. A questão abandona, assim, a formulação ingênua — “**como o Nada se transforma em alguma coisa?**” — para atingir a sua forma mais rigorosa e definitiva:

Se o Nada não pode possuir potencialidade, substrato ou causalidade, de onde procede a possibilidade de uma realidade determinada?

É neste exato limite que a investigação do Nada deixa de ser um mero estudo sobre a ausência e consagra-se como a demonstração lógica da **necessidade do Ser**.

O Nada como Signo Mental e a Imanência da Representação

Já é possível adiantar que o final desta investigação delineará o nada como uma tentativa falha de conceber um falso Ser. Isso porque, ao tentarmos apreender o nada como uma realidade pura, somos inevitavelmente conduzidos a um estado de indefinição, no qual qualquer determinação atribuída ao nada já o converte em algo. A criação a partir do nada, portanto, não pressupõe uma categoria ontológica nova, oposta ao Ser, mas antes a condição de liberdade do Ser no campo do Absoluto. O problema deixa, assim, de ser a identificação de uma suposta realidade chamada “nada” e passa a ser a compreensão da própria possibilidade de criação sem a transformação de uma realidade ou substância prévia. A pergunta fundamental, portanto, não será “o que é o nada?”, mas “como é possível criar sem transformar uma realidade ou substância prévia chamada nada?”. Dessa forma, ao refutarmos sucessivamente as tentativas de constituir o nada como uma realidade, poderemos alcançar uma compreensão mais precisa da liberdade metafísica e, conseqüentemente, de como o Ser opera sobre essa liberdade.

A conclusão correta é que a melhor forma de falar sobre o nada é, na verdade, não se referir a ele. Ao fazermos qualquer referência, já delineamos uma realidade ontológica. Portanto, o conceito de “nada” designa uma categoria inteligível, ao passo que o mero silêncio — o não pronunciar-se sobre coisa alguma — abstém-se de referenciar tanto a realidade quanto a irrealidade. Todavia, a omissão deliberada acerca de um objeto não equivale à sua elucidação total. Dessa forma, a insistência de certas vertentes filosóficas em afirmar que a ausência de discurso ou a suspensão do pensamento é a melhor forma de representar o nada constitui, em última análise, uma renúncia à produção de conteúdo ontológico autêntico — ainda que essas vertentes estejam corretas em seu pressuposto. Essa postura frequentemente mascara uma tentativa de esquivar-se da complexidade inerente ao tema e das dificuldades lógico-formais de inferir sobre ele.

A cognição humana opera estritamente por meio de representações mentais, isto é, sobre signos que remetem a entidades ou dimensões da realidade. Por conseguinte, para que o nada escape ao esvaziamento discursivo e submeta-se ao aparato cognitivo, ele deve ser postulado sob uma perspectiva ontológica. Faz-se necessária uma demonstração argumentativa que fundamente a legitimidade do conceito de nada como algo infundado, permitindo que ele atue como um signo mental operante no pensamento lógico somente com o fim de refutá-lo como realidade ontológica.

Uma vez estabelecido o estatuto ontológico do nada como uma hipótese falsa para fins de inferência, podemos investigar as propriedades que testam a possibilidade de um nada absoluto, avaliando se há uma pureza ontológica subjacente a ele que sustente essa absolutez. Propõe-se, portanto, a investigação de um nada ontológico: uma dimensão que compartilhe de traços do existente para que possa ser formalmente representada. Trata-se de tensionar e decifrar o aparente paradoxo entre a ontologia apreensível pelo intelecto e o nada em si (tradicionalmente relegado à não-ontologia impensável). Desenvolver um modelo para um nada ontologicamente sustentável revela-se um esforço teoricamente mais fecundo do que a repetição de que "a melhor representação do nada é o não pensar", sob o pretexto de que concebê-lo anularia sua própria natureza. Existem vias logicamente mais robustas e rigorosas para predicá-lo.

O nada, quando referenciado pela linguagem, assume um caráter ontológico; diz-se que ele existe para que possa ser referenciado. A linguagem é composta por signos que designam objetos, e não "não-objetos". Portanto, o nada designado pela linguagem existe e não contém a total nulidade. Sendo assim, em nossas investigações, referenciaremos o nada como um objeto para que possamos inferir sobre ele, operando, contudo, com a ciência de que o seu predicado essencial é inominável. O nada não pode sequer ser absoluto, pois, desprovido de fundamento próprio, não possui realidade na qual a absolutez possa se fundar ou da qual possa ser predicada.

Com o propósito de encontrar o aspecto puro (Ser) no absoluto — isto é, no incausado — e considerando que todo retorno ontológico se dá a partir de uma causa positiva e necessariamente pura, precisamos de um ponto de inferência para alcançar tal ontologia ou os aspectos dessa pureza. Para isso, inferiremos sobre o nada. O nada será o nosso ponto de partida para encontrar a ação espiritual. Inferir sobre o nada significa, na verdade, segregá-lo

como nada absoluto; a inferência nos levará a concluir se o nada é um absoluto possível ou se o Ser é necessário para o Absoluto. Isto quer dizer que testaremos, através dos princípios assimétricos e simétricos, a possibilidade de o nada ser soberano, inferindo, desta vez, sobre o próprio nada. Exploraremos as várias vertentes do nada em suas internalidades. Exploraremos o que seria e como o nada funcionaria de fato.

A Causalidade Assimétrica

CAUSALIDADE ASSIMÉTRICA - Parte 6

As Tentativas de Definir e Categorizar o Nada

Para investigar o Nada de forma rigorosa e exaurir suas possibilidades ontológicas e metafísicas, é necessário categorizar as diferentes abordagens e tentativas conceituais que a razão impõe sobre essa “**substância bruta**” da indeterminação. Antes, porém, é preciso estabelecer os princípios a partir dos quais essas categorias serão inferidas.

Esses princípios consistem, basicamente, em uma **reversão dos princípios aristotélicos**: são princípios que, *a priori*, desorganizam o mundo intuitivamente determinado com o objetivo de tentar produzir, a partir dele, uma substância pura e indiferenciada.

Isto é, mediante a reversão dos princípios da lógica clássica, torna-se possível construir aquilo que aqui denominaremos um **falso Ser**. O falso Ser surge quando se tenta purificar o mundo fenomênico, retirando dele progressivamente suas determinações. Em vez de investigar diretamente o Ser enquanto tal, como ocorre na via fundada no princípio da autocausalidade, toma-se o mundo determinado como ponto de partida, procedendo-se à progressiva subtração de suas propriedades, relações, formas e distinções, na tentativa de alcançar, por via negativa, aquilo que se apresentaria como absolutamente simples, puro e indiferenciado.

Nesse movimento, os princípios da lógica assimétrica procuram delimitar o Ser por meio da retirada das determinações presentes no mundo contingente. Entretanto, segundo a hipótese aqui desenvolvida, esse procedimento falha justamente porque não alcança a essência do Ser. Ao contrário, ele tende a destruir conceitualmente aquilo que pretende compreender: remove

a forma do mundo determinado, elimina suas diferenças e suspende suas determinações, para então tentar reconstruir, a partir dessa negação, um suposto substrato ontológico puro e disforme.

O resultado é uma espécie de **falso Ser**: algo que parece aproximar-se do absoluto justamente porque foi privado de todas as determinações que caracterizam os entes. Quanto mais determinações são retiradas, mais esse suposto fundamento parece puro. Porém, ao final do processo, pode-se ter produzido não uma forma superior de Ser, mas simplesmente a ausência daquilo que tornava possível identificá-lo como ente.

Essa dificuldade já aparece de maneira particularmente expressiva na filosofia de Hegel. Ao tratar do começo da *Ciência da Lógica*, Hegel caracteriza o Ser puro como “**pura indeterminação e vazio**” e afirma que o Nada puro possui a mesma ausência de determinação. Daí sua célebre conclusão:

“O puro ser e o puro nada são, portanto, o mesmo.”

É justamente essa aproximação entre Ser e Nada que deve ser submetida à investigação. A ausência de determinações pode tornar dois conceitos semelhantes sob determinado aspecto, mas não necessariamente os torna ontologicamente idênticos. Há uma diferença fundamental entre **um Ser que não possui determinações particulares** e **aquilo que não possui Ser algum**.

A retirada das determinações do mundo fenomênico pode, portanto, produzir uma aparência de pureza sem gerar necessariamente uma realidade ontologicamente fundamental. O procedimento de purificação pode acabar confundindo a **indeterminação conceitual** com a **pureza ontológica**. Nesse sentido, os princípios da lógica assimétrica operam como instrumentos de desconstituição do mundo determinado. Eles partem das coisas que possuem forma, identidade, relação e determinação e procuram retirar sucessivamente essas características, até alcançar aquilo que supostamente permaneceria quando todas as determinações fossem eliminadas.

O problema é que, ao retirar aquilo que determina uma coisa como aquilo que ela é, não se descobre necessariamente a sua essência. Pode-se simplesmente ter destruído

conceitualmente a própria coisa. Assim, a operação não produz necessariamente o Ser puro, mas pode produzir um **substrato indeterminado** — uma construção conceitual que conserva apenas a ideia de que “algo deve permanecer” depois da eliminação de todas as determinações. É justamente nesse ponto que a investigação do Nada se torna necessária. Pois, se esse substrato não possui determinação, forma ou propriedade, precisamos perguntar se ele ainda pode ser chamado de Ser ou se, levado às últimas consequências, aproxima-se precisamente do Nada.

A questão torna-se ainda mais complexa quando introduzimos os **princípios causais assimétricos**. Esses princípios operam de modo que a causa do mundo fenomênico seja concebida como uma substância nadificada, potencial, indeterminada, relativa, angulada ou mesmo impossível. Em vez de compreender o mundo determinado como diretamente produzido pela liberdade causal do Ser, esses princípios procuram estabelecer uma realidade ontológica anterior que funcionaria como condição de sua transformação. Nesse modelo, a realidade fenomênica não seria causada diretamente pelo Ser. Ela seria o resultado da transformação de uma ontologia prévia, que aqui se pretende definir como Nada. Temos, portanto, uma passagem da **lógica assimétrica** para uma **causalidade assimétrica**.

Os princípios da lógica assimétrica primeiro desorganizam e desconstituem o mundo contingente, retirando suas determinações na tentativa de compor uma substância pura. Em seguida, os princípios causais assimétricos utilizam essa substância indeterminada como fundamento anterior da realidade determinada.

O movimento completo pode ser descrito da seguinte maneira:

mundo determinado ? retirada das determinações ? indeterminação ? Nada/substrato ? transformação ? mundo determinado.

Nesse esquema, o mundo determinado é simultaneamente o ponto de partida e o ponto de chegada. Parte-se do mundo fenomênico para retirar suas determinações, produzindo uma suposta realidade indeterminada; posteriormente, essa realidade é utilizada como substrato para explicar o próprio mundo do qual ela foi abstraída. É precisamente essa circularidade que precisa ser investigada. Os princípios da lógica assimétrica procuram **destruir o mundo contingente sem destruí-lo completamente**. Retiram suas determinações, mas tentam

preservar algo que ainda possa ser considerado existente. Pretendem, assim, purificar o mundo determinado sem eliminá-lo, tornando-o indeterminado e, simultaneamente, mantendo-o ontologicamente subsistente. Essa operação produz uma tensão fundamental: se retiramos todas as determinações de uma realidade, o que resta? Se ainda resta alguma coisa, essa coisa possui alguma determinação mínima; se não resta determinação alguma, então torna-se necessário explicar em que sentido aquilo que resta ainda pode ser chamado de ser.

É nesse ponto que o Nada pode surgir como resultado extremo da operação de purificação. O Nada seria aquilo que permanece quando toda determinação foi removida, mas que, paradoxalmente, ainda é tratado como se pudesse constituir um fundamento. Entretanto, se o Nada é absolutamente desprovido de propriedades, ele não pode ser uma substância. Se é uma substância, possui algum modo de ser. Se possui algum modo de ser, já não é Nada absoluto. A mesma dificuldade aparece quando o Nada é convertido em potência. Uma potência não é simplesmente ausência; ela é uma capacidade de atualização. Aristóteles, ao tratar da potência, relaciona-a precisamente à possibilidade de mudança e atualização. Portanto, chamar o Nada de “potencial” já parece atribuir a ele uma estrutura que contradiz sua definição como ausência absoluta.

O problema pode ser formulado de maneira simples:

Se o Nada pode transformar-se em alguma coisa, então ele possui potencialidade. Se possui potencialidade, então não é absolutamente nada.

E, inversamente:

Se o Nada é absolutamente nada, então não possui potencialidade alguma e, portanto, não pode ser transformado.

Consequentemente, os princípios causais assimétricos parecem enfrentar a mesma dificuldade dos princípios lógicos assimétricos: procuram estabelecer uma realidade anterior à determinação, mas precisam atribuir a essa realidade alguma capacidade ontológica para que ela possa explicar o surgimento do determinado. É nesse sentido que a causa transformadora se distingue radicalmente da causa direta.

A **causa transformadora** pressupõe algo sobre o qual opera. Ela modifica uma realidade existente, atualiza uma potência ou determina um substrato. Já a **causa direta** não pressupõe uma substância ontológica anterior. Ela produz diretamente o efeito por meio da causalidade própria do agente. Aplicada à criação, essa distinção é decisiva. Se o Ser cria diretamente, o Nada não constitui uma substância anterior que será posteriormente transformada. O Nada simplesmente expressa a ausência de qualquer realidade prévia. A criação *ex nihilo*, nesse sentido, não significa **transformar o Nada em Ser**, mas produzir Ser sem pressupor uma matéria ou substância anterior.

É justamente essa diferença que precisa ser preservada. Quando se afirma que o Ser transforma o Nada, atribui-se ao Nada uma função causal passiva. O Nada torna-se aquilo que recebe uma determinação. Mas aquilo que recebe uma determinação precisa possuir algum estatuto ontológico capaz de recebê-la. Por isso, o conceito de Nada deve ser distinguido rigorosamente do conceito de **indeterminação**. A indeterminação pode pertencer a algo que existe. Uma coisa pode ser indeterminada relativamente a um aspecto específico e, ainda assim, possuir realidade. O Nada absoluto, entretanto, não pode ser indeterminado no mesmo sentido, porque até mesmo a indeterminação seria uma característica que lhe atribuiríamos.

Dessa forma, a tentativa de construir uma substância pura pela retirada das determinações pode terminar produzindo justamente aquilo que pretendia evitar: uma abstração vazia. O procedimento parte do mundo determinado, remove suas características, elimina suas relações, suspende suas formas e chega finalmente a algo que já não pode ser identificado com nenhuma realidade particular. Nesse ponto, porém, surge a pergunta decisiva: **chegamos ao Ser puro ou simplesmente ao Nada?** Se chegamos ao Nada, então a operação não descobriu o fundamento do Ser; apenas eliminou as determinações do ente até atingir sua negação. Se chegamos ao Ser, então será necessário explicar por que a ausência de determinações implica a presença do Ser, e não simplesmente a ausência.

É justamente essa questão que torna problemática a identificação entre Ser e Nada. A ausência de determinações pode explicar a **indiferenciação**, mas não explica necessariamente a **existência**. Pode-se retirar de um ente todas as suas características particulares sem, por isso, demonstrar que aquilo que resta constitui um fundamento ontológico necessário. Assim, o que aqui denominamos **lógica assimétrica** pode ser compreendido como um conjunto de operações conceituais que procuram inverter o procedimento ordinário da razão: em vez de

partir do determinado para compreender suas determinações, parte-se do determinado para retirar suas determinações e tentar alcançar aquilo que supostamente as antecede. Da mesma maneira, a causalidade assimétrica procura inverter a explicação causal ordinária: em vez de compreender o efeito como diretamente produzido pelo fundamento, introduz-se entre ambos uma realidade intermediária, indeterminada e potencial, que funcionaria como substrato da transformação.

Temos, então, dois movimentos complementares:

a lógica assimétrica desdetermina o mundo;

a causalidade assimétrica transforma a desdeterminação novamente em mundo.

O primeiro movimento procura produzir o Nada a partir do mundo determinado; o segundo procura produzir o mundo determinado a partir desse Nada. É justamente essa estrutura que deverá ser examinada em seus limites. Se o mundo determinado depende de uma causa, não é necessário, por isso, postular que essa causa opere mediante a transformação de um substrato chamado Nada. A existência de uma causa não implica a existência de uma matéria anterior à causalidade. Do mesmo modo, se o Ser fundamental é incausado, não se segue que ele deva ser identificado ao Nada por não possuir uma causa exterior. **Ser incausado e ser nada são conceitos radicalmente distintos.** O primeiro designa uma realidade que não depende de outra para existir; o segundo designa precisamente a ausência de realidade.

Essa distinção permite formular o problema em termos mais rigorosos:

**O Ser fundamental é incausado porque não depende de outro Ser para existir;
o Nada não é incausado, mas simplesmente não é.**

Assim, não devemos confundir a **autossubsistência do Ser** com a **ausência do Nada**. O Ser pode ser compreendido como aquilo que não necessita de uma causa anterior para existir. O Nada, ao contrário, não necessita de causa porque não constitui uma realidade que precise ser explicada como existente. Transformá-lo em fundamento, potência ou substrato é precisamente o que parece introduzir nele uma realidade que sua própria definição exclui. A investigação dos princípios assimétricos conduz, portanto, a uma questão anterior à própria causalidade:

é legítimo transformar o Nada em uma categoria ontológica?

Se a resposta for negativa, então será necessário abandonar tanto a identificação entre o Nada e o Ser quanto sua utilização como substrato potencial da realidade. Nesse caso, a passagem do indeterminado ao determinado não poderá ser explicada como uma transformação do Nada. Deverá ser compreendida a partir de uma causalidade que não dependa de uma matéria ontológica anterior. É nesse ponto que a distinção entre **causa direta** e **causa transformadora** torna-se fundamental para toda a investigação subsequente. A causa transformadora exige um substrato. A causa direta, não. E se o Nada não pode ser substrato, então a produção da realidade determinada deverá ser investigada como uma ação causal direta do Ser, cuja liberdade não depende da transformação de uma realidade anterior.

A investigação do Nada, portanto, não conduz inicialmente à descoberta de uma substância primordial, mas à necessidade de questionar se uma tal substância pode sequer existir sob o nome de Nada. O problema fundamental passa a ser:

Quando retiramos do mundo todas as suas determinações para encontrar o fundamento absoluto, encontramos o Ser ou produzimos apenas o Nada?

É a resposta a essa questão que permitirá determinar se a purificação do mundo determinado realmente conduz ao fundamento ontológico ou se, ao contrário, produz apenas um **falso Ser**, isto é, uma abstração que parece absoluta justamente porque foi esvaziada de tudo aquilo que a tornava determinada.

A Arquitetura Assimétrica da Razão (Os Quatro Princípios da Lógica do Indeterminado)

A lógica estabelecida por Aristóteles no *Organon* — com seus princípios de Identidade ($A = A$), Não-Contradição ($\neg(A \text{ e } \neg A)$) e Terceiro Excluído ($A \text{ ou } \neg A$) — constitui a ferramenta fundamental para o pensamento acerca do mundo dos entes, das coisas já definidas e das relações estáveis. Durante mais de dois milênios, essa estrutura serviu como base da racionalidade ocidental, permitindo o desenvolvimento da ciência, do direito e da filosofia. No entanto, quando o pensamento se volta para aquilo que **retrocede à definição** — para um estado fictício anterior à fixação de "A" ou "não-A", para aquilo que ainda não se determinou

como coisa alguma —, a lógica aristotélica mostra-se insuficiente. Ela opera por exclusão, exige identidades fixas e não pode conceber, sem contradizer-se, um estado onde as distinções ainda não surgiram. Faz-se necessária uma estrutura que negue a lógica clássica, permitindo pensar no que estaria para além (ou aquém) da determinação. Essa nova lógica não operaria por oposições binárias, mas por relações de fundamento, inclusão e suspensão da individuação.

A Sistematização dos Princípios da Lógica Assimétrica

Assim como Aristóteles estabeleceu três princípios fundamentais para a lógica clássica, a lógica fundamental estrutura-se em **quatro princípios** que descrevem o comportamento daquilo que ainda não se determinou em "A" ou "não-A".

1. Princípio da Indiferenciação Fundamental

"Antes de toda distinção, as coisas não estão separadas."

Formulação simbólica: Para quaisquer x e y no domínio do indeterminado, x e y não são distintos em sua origem.

Este princípio estabelece que, no nível mais básico — anterior a toda definição e individuação —, não há multiplicidade nem oposição. Os símbolos " x " e " y " não designam coisas diferentes, mas apontam para um **estado uno** onde toda diferenciação ainda não ocorreu.

O que este princípio afirma:

- Antes de haver "A" e "B", há um fundo comum que os causa.
- As distinções que vemos no mundo não são originárias, mas surgem posteriormente.
- A multiplicidade pressupõe uma unidade anterior que a torna possível.

2. Princípio da Inclusão do Paradoxo

"O que para nós é contraditório pode ser verdadeiro no nível do indeterminado."

Formulação simbólica: Existe um domínio onde afirmar e negar algo ao mesmo tempo não é um erro, mas uma tentativa de expressar o que escapa à lógica comum.

A lógica clássica exclui a contradição como falha. A lógica assimétrica a inclui como **indicação de que algo transcende nossas categorias**. Não se trata de dizer que "A é não-A" no mesmo sentido da lógica proposicional, mas de reconhecer que, no nível do indeterminado, as categorias de "afirmação" e "negação" ainda não se separaram.

O que este princípio afirma:

- Quando encontramos um paradoxo, pode ser sinal de que estamos diante de algo que não cabe em nossos esquemas comuns.
- A realidade do indeterminado não obedece às mesmas regras da realidade das coisas definidas.
- Afirmações como "luz escura" ou "silêncio que fala" não são absurdos, mas tentativas de indicar algo que escapa à lógica binária.

3. Princípio da Assimetria Fundacional

"O fundamento funda as coisas, mas as coisas não fundam o fundamento."

Formulação simbólica: O fundamento (F) implica a manifestação (M), mas a manifestação não implica o fundamento.

Este é o princípio que dá nome à lógica assimétrica: a relação entre o indeterminado (F) e o mundo determinado (M) não é de igualdade, nem de oposição, mas de **dependência unilateral**. O indeterminado é condição de possibilidade das coisas determinadas, mas as coisas determinadas não são condição do indeterminado.

O que este princípio afirma:

- O indeterminado não se esgota nas coisas que dele surgem.
- As coisas dependem do indeterminado, mas o indeterminado não depende das coisas.
- Não há reciprocidade: podemos conhecer algo do fundamento pelas coisas, mas as coisas não nos revelam completamente o fundamento.

Exemplo: A tela branca sobre a qual se pinta um quadro é condição para a pintura, mas a pintura não esgota nem define a tela. A tela permanece mesmo sem o quadro, e o quadro nada é sem a tela.

4. Princípio da Manifestação Não Disruptiva

"O que parece impossível pode manifestar-se sem destruir a realidade comum."

Formulação simbólica: A manifestação do impossível no real não destrói a coerência do real, mas mostra que ele é mais aberto do que supúnhamos.

A lógica clássica define o impossível como aquilo que não pode ocorrer. A lógica assimétrica reconhece que aquilo que escapa às regras comuns pode, em certas circunstâncias, manifestar-se sem anular a consistência do mundo.

O que este princípio afirma:

- A realidade não é um sistema fechado e completamente previsível.
- O que vem do indeterminado pode irromper no determinado sem destruí-lo.

Classificação Sistemática dos Princípios da Lógica Assimétrica

Princípio	Formulação Simbólica	O que estabelece
Indiferenciação Fundamental	$?x, ?y, x ? y$	Antes da distinção, há unidade.
Inclusão do Paradoxo	$?x (P(x) ? \neg P(x))$	O contraditório pode indicar algo real.

Princípio	Formulação Simbólica	O que estabelece
Assimetria Fundacional	$F \nrightarrow M, M \nrightarrow F$	O fundamento não se reduz ao fundado.
Manifestação Não Disruptiva	$M(\text{Imp}) \nrightarrow R$	O impossível pode aparecer sem caos.

Comparação com a Lógica Aristotélica

Aspecto	Lógica Aristotélica	Lógica Assimétrica
Objeto	Coisas já definidas (A, B, C)	O que antecede a definição
Operação básica	Distinguir, separar, excluir	Incluir, suspender, unificar
Tratamento da contradição	Erro a ser evitado	Indicação de algo que transcende
Relação entre coisas	$A \text{ é } A, A \text{ não é não-}A$	Tudo emerge de um fundo comum
Domínio de aplicação	Mundo dos entes determinados	Fundamento do qual os entes surgem
Função	Organizar o pensamento sobre o definido	Abrir o pensamento ao que antecede a definição

Conclusão: A Dupla Face da Razão

A proposição aqui apresentada estabelece que:

1. A lógica aristotélica lida perfeitamente com o mundo das coisas definidas, mas cala-se diante do que antecede a definição.
2. A lógica assimétrica emerge fornecendo os princípios pelos quais a razão pode, reconhecendo seus limites, abrir-se ao que os excede.
3. **Os quatro princípios assimétricos** — Indiferenciação, Inclusão do Paradoxo, Assimetria Fundacional e Manifestação Não Disruptiva — constituem a estrutura fundamental desta nova lógica.

4. **Ambas as lógicas são faces da mesma razão:** uma voltada para o definido, outra aberta ao que antecede toda definição; uma operando por distinção, outra por inclusão.

Síntese para Fixação

Princípio	Em poucas palavras
Indiferenciação Fundamental	Antes de serem diferentes, as coisas são uma
Inclusão do Paradoxo	O contraditório pode apontar para o real
Assimetria Fundacional	O fundo não se reduz às figuras
Manifestação Não Disruptiva	O novo não precisa destruir o velho

Dos Princípios Assimétricos aos Princípios Causais (A Causalidade do Indeterminado e a Sustentação do Ser)

Introdução: A Transição da Lógica Abstrata para a Causalidade Vertical

Se a face simétrica da razão deságua em uma causalidade diacrônica — que rege as relações entre os entes já individualizados no espaço-tempo —, a **face assimétrica da razão** exige um desdobramento metafísico radicalmente diferente. A lógica do indeterminado não pode ser projetada sobre uma causalidade de choques, forças equivalentes ou reações simétricas. Ela exige a formulação de uma **Causalidade Assimétrica**.

Esta não é uma causalidade que opera *entre* as coisas do mundo (como a bola de bilhar que move outra), mas uma **causalidade emanativa** que opera *do Fundamento para a Manifestação*. Enquanto a causalidade clássica é governada pela conservação e pela ação-reação, a causalidade assimétrica explica como o indeterminado dá origem à determinação sem sofrer desgaste, divisão ou esgotamento. A correspondência necessária entre o *logos* do indeterminado e a estrutura profunda do real exige, portanto, a tradução dos quatro princípios lógicos assimétricos em **quatro princípios causais metafísicos**.

Tais princípios podem servir para justificar a tentativa de conceber a causa transformadora em ação de duas maneiras. Na primeira, o Ser atuaria diretamente sobre o Nada ou sobre o indeterminado, transformando-o em algo determinado. Na segunda, o próprio indeterminado

seria concebido como capaz de transformar-se autonomamente em algo, atualizando-se progressivamente em uma realidade determinada. Nesse segundo caso, o indeterminado poderia ser considerado um falso Ser: uma espécie de realidade originária que contém as partes que posteriormente constituirão a realidade contingente. Assim, tratar-se-ia da própria realidade contingente reduzida à indeterminação, que, ao atualizar-se, voltaria a constituir-se como realidade determinada.

Entretanto, é importante recordar que tais construções constituem, em última instância, uma tentativa equivocada de reconstruir um pensamento que parte da equivalência entre o Ser e o Nada. Elas pressupõem, ainda, que o Nada possua algum tipo de existência efetiva e que, conseqüentemente, possa sofrer uma atualização ou transformação. É justamente essa pressuposição que precisa ser rejeitada: se o Nada é verdadeiramente nada, não pode existir como algo, nem possuir partes, potencialidades ou qualquer capacidade de atualização.

A Dinâmica Metafísica da Não-Reciprocidade

Ao transportarmos o eixo da assimetria para o plano ontológico, deparamo-nos com uma realidade que a física clássica ou a lógica puramente formal não conseguem isolar: a **unilateralidade pura**. No mundo determinado, toda causa sofre, de algum modo, o influxo de seu efeito (a terceira lei de Newton exemplifica essa simetria no âmbito físico). No entanto, na metafísica do indeterminado, a relação de fundação seria absolutamente unidirecional: o Fundamento (F) causaria a Manifestação (M), enquanto M não alteraria, não limitaria nem reagiria sobre F.

Essa assimetria causal impediria que o Absoluto fosse capturado ou dissolvido por suas próprias manifestações, preservando, assim, a possibilidade de uma novidade radical na realidade manifesta. Entretanto, essa formulação conduz a uma dificuldade fundamental. Ela pressupõe que um fundamento indeterminado possa produzir, a partir de si mesmo, uma realidade determinada sem sofrer qualquer determinação ou esgotamento. O problema é que, levado às últimas conseqüências, esse fundamento indeterminado não poderia ser propriamente um fundamento distinto daquilo que produz. Se ele contém, ainda que de maneira indeterminada, aquilo que posteriormente constituirá o mundo determinado, então o agente causador nada mais seria do que o próprio mundo determinado reduzido a uma condição de indeterminação.

Nesse sentido, teríamos uma realidade ontologicamente insustentável: algo que não é efetivamente determinado, mas que também não pode ser identificado com o Nada, pois lhe atribuímos a capacidade de produzir, atualizar e determinar a realidade. A tentativa de estabelecer uma causa indiferenciada, portanto, acaba por introduzir uma entidade intermediária que não possui uma determinação própria suficiente para existir como fundamento, mas que, ao mesmo tempo, precisa possuir determinações potenciais para explicar o surgimento do determinado. A assimetria pretendida, desse modo, não resolve o problema: apenas desloca a dificuldade para um fundamento cuja própria natureza permanece indeterminada e cuja capacidade causal já pressupõe aquilo que deveria explicar.

Os Quatro Princípios Causais Assimétricos

Os quatro princípios da causalidade assimétrica constituem o sistema de fundamentação que explica a emergência, a novidade e a transcendência do real a partir de seu suposto fundo inesgotável.

1. Princípio da Causa Emanativa (Originária)

Todos os efeitos determinados emergem de uma única raiz causal que não se divide ao gerá-los.

- **Fundamento Lógico:** Princípio da Indiferenciação Fundamental ($\exists x, \exists y, x \neq y$).
- **Articulação Metafísica:** Se no nível do indeterminado todas as distinções originais são suspensas, a causalidade primária não opera por fragmentação. A causa não se divide em pedaços para criar coisas diferentes; antes, ela permanece inteira em seu próprio plano, enquanto a multiplicidade de efeitos brota de sua unidade como ramificações de uma mesma raiz invisível. Todos os entes participam da mesma substância original.

2. Princípio da Causa Paradoxal (Suprareacional)

A causa primeira opera por uma potência que unifica os opostos, gerando efeitos que transcendem a exclusão binária.

- **Fundamento Lógico:** Princípio da Inclusão do Paradoxo ($\exists x (P(x) \wedge \neg P(x))$).
- **Articulação Metafísica:** A causalidade do indeterminado não está submetida às travas da contradição sincrônica aplicável aos entes. Ela é capaz de produzir a *coincidentia oppositorum* (coincidência dos opostos): criar o tempo a partir da eternidade, gerar a extensão a partir do inextenso ou fazer brotar a consciência do silêncio da matéria. O efeito manifesta na história o que parecia logicamente impossível na teoria.

3. Princípio da Causa Unilateral (Não-Recíproca)

A causa absoluta sustenta e fundamenta o efeito contingente sem sofrer qualquer reação, desgaste ou diminuição por parte deste.

- **Fundamento Lógico:** Princípio da Assimetria Fundacional ($F \rightarrow M, M \not\rightarrow F$).
- **Articulação Metafísica:** A dependência é exclusiva do fundado em relação ao fundamento. O universo determinado consome a energia de suas próprias causas internas (causalidade simétrica), mas a força que o mantém suspenso sobre o nada não sofre entropia. O efeito não esgota a causa; a tela não é alterada pela tinta do quadro.

4. Princípio da Causa Irruptiva (Emergência Aberta)

O indeterminado pode injetar novidade radical no mundo determinado sem violar as leis locais de consistência.

- **Fundamento Lógico:** Princípio da Manifestação Não Disruptiva ($M(\text{Imp})$ não destrói R).
- **Articulação Metafísica:** A causalidade assimétrica não destrói as leis da física ou as regras da lógica simétrica; ela as expande. Quando a intuição criativa, o gênio estético ou um salto de complexidade ontológica irrompem no mundo

determinado, eles não causam caos ou quebra mecânica das engrenagens do universo. A realidade recebe o "impossível" e o acomoda de forma harmoniosa, revelando-se um sistema aberto.

Síntese Sistemática dos Princípios Causais Assimétricos

Princípio Causal Assimétrico	Formulação Metafísica	Raiz Lógica	Modo de Ação	Efeito no Real
Causa Emanativa	A multiplicidade de entes provém de uma unidade causal indivisível.	Indiferenciação Fundamental ($\exists x, \exists y, x \neq y$)	Unificação na Origem	Garante o fundo comum e a interconexão de tudo o que existe.
Causa Paradoxal	A causa primeira viabiliza a coexistência produtiva de opostos no mundo.	Inclusão do Paradoxo ($\exists x (P(x) \wedge \neg P(x))$)	Síntese Suprareacional	Permite fenômenos de fronteira, como a vida, a mente e o tempo.
Causa Unilateral	O Fundamento gera o ser manifestado sem ser modificado ou esgotado por ele.	Assimetria Fundacional ($F \neq M, M \neq F$)	Dependência Vertical Unilateral	Explica a transcendência do absoluto e a contingência do cosmos.
Causa Irruptiva	A novidade absoluta irrompe na história sem quebrar a ordem mecânica preexistente.	Manifestação Não Disruptiva ($M(\text{Imp})$ não destrói R)	Atualização de Potenciais ocultos	Fundamenta a liberdade, a criatividade artística e a evolução do ser.

Para que foi necessário estabelecer estes princípios?

É necessário, antes de tudo, explicitar aquilo que poderíamos denominar **desespero filosófico** : o cenário em que, diante da impossibilidade de alcançar racionalmente determinada conclusão, chega-se ao ponto de subverter a própria lógica com o intuito de instituir uma nova estrutura lógica capaz de comportar as respostas que se pretende obter. Quando o ideal buscado não pode ser alcançado pelos meios ordinários da razão, procura-se, por vezes, não abandonar a conclusão desejada, mas modificar as próprias condições de racionalidade que poderiam legitimá-la.

Por via de regra, quando a verdade não se deixa alcançar por vias lógicas suficientemente sólidas, torna-se tentadora a adoção de expedientes mais modestos — ou, em seu extremo, a própria alteração das regras que governam o raciocínio — até que a conclusão pretendida possa apresentar-se como racional. Este procedimento pode ocorrer de maneira particularmente sutil: a ruptura com os princípios fundamentais da lógica é revestida por uma linguagem formal, por distinções conceituais sofisticadas ou por construções argumentativas que conferem aparência de rigor àquilo que, em sua estrutura mais profunda, já não preserva as condições elementares da racionalidade.

É precisamente esse mecanismo que parece ocultar-se em diversas tentativas de estabelecer um **nada ontológico**. Quando não se encontra uma via racional capaz de explicar determinada realidade, o caminho aparentemente mais fácil consiste em reformular as próprias regras pelas quais algo pode ser considerado racionalmente pensável, permitindo que o impossível adquira, progressivamente, estatuto de possibilidade e, por fim, de realidade ontológica.

Por isso, é necessário compreender o mecanismo que subjaz à **ontologização do nada**. Somente ao explicitar os pressupostos, as transições conceituais e as alterações lógicas que tornam possível essa operação poderemos investigar, com suficiente clareza, as diferentes tentativas de estabelecer o nada não apenas como conceito ou ausência, mas como uma verdade ontológica concreta.

O Nada como Existência Parasitária

Ao concebermos o nada como algo representável — isto é, como uma existência potencialmente manifestável, uma nulidade ou uma neutralização do existente —, permanecemos, inevitavelmente, dentro de um quadro existencial. Esse “nada” já não corresponde a uma ausência absoluta, mas a uma negação determinada, cuja definição depende necessariamente de um referencial. Nesse sentido, o nada poderia ser interpretado como uma possibilidade dentro do campo do Absoluto, mas jamais como uma realidade autossuficiente. Ele é determinado precisamente por aquilo que nega. Assim, o signo mental do nada deixa de indicar uma vacuidade absoluta e passa a operar como um conceito relacional, definido a partir daquilo que lhe serve de contraparte.

1. Definição por Negação

O nada só pode ser concebido como contraparte de algo manifesto ou possível. O “nada” seria, nesse sentido, a não-expressão de A e, portanto, requer necessariamente A como referência para sua própria definição.

- *Exemplos:* a escuridão pode ser compreendida como ausência de luz; o silêncio, como ausência de manifestação sonora. Em ambos os casos, aquilo que é negado fornece o conteúdo referencial da negação.
- *Demonstração do erro:* essa formulação falha quando se pretende elevar o nada relacional à condição de realidade absoluta. Se o nada depende daquilo que nega para ser determinado, então ele não pode ser anterior ou independente do próprio referente. Sua existência conceitual é derivada: ele não constitui o fundamento daquilo que nega, mas surge logicamente em função desse algo.

2. Referencialidade Obrigatória

Não há “nada” sem relação com um “algo”, seja esse algo previamente manifestado, seja apenas concebível como possibilidade. Da mesma maneira, não há potência sem relação com aquilo que pode vir a ser atualizado, nem “não ente” sem referência àquilo que ele nega: o ente. Por conseguinte, também não há ausência sem a possibilidade de uma presença como referência, pois algo necessariamente precisa estar ausente para que se possa falar propriamente em ausência.

3. Um marcador de ausência

Uma forma de indicar que determinada manifestação não está presente. A negação só pode existir enquanto negação de algo que já foi manifestado ou cuja manifestação seja possível. Portanto, não há “nada” em sentido absoluto sem uma referência positiva que determine aquilo que está sendo negado.

- *Exemplo:* a ausência de luz solar só pode ser compreendida porque a luz solar constitui uma realidade ou, ao menos, uma possibilidade conceitualmente determinada. Sem o referente, não haveria propriamente uma “ausência de luz solar”, mas apenas a impossibilidade de estabelecer qualquer determinação.
- *Demonstração do erro:* se o nada necessita de um “algo” para delimitar sua própria vacuidade, então sua definição é necessariamente relativa. Ele não pode reivindicar autofundação, pois sua inteligibilidade depende daquilo que pretende negar. O nada relacional é, portanto, ontologicamente derivado: é uma sombra conceitual projetada sobre uma realidade que lhe serve de referência.

4. Oposição Negativa e Potenciais Mútuos

Se a manifestação A e o nada B forem concebidos como **potenciais opostos** ou como **potenciais mútuos**, emergem dificuldades distintas, mas convergentes, quanto à possibilidade de se sustentar a noção de um nada absoluto.

Se forem concebidos como **potenciais mútuos**, então ambos deverão participar, de algum modo, de uma mesma realidade ou essência, distinguindo-se apenas segundo diferentes modalidades de atualização ou determinação. Nesse caso, o nada deixaria de ser nada em sentido absoluto, pois passaria a constituir uma modalidade possível de uma realidade subjacente. Aquilo que é tomado como “nada” já não seria a ausência absoluta de ser, mas apenas uma condição ou modalidade determinada do ser.

Exemplo: considere-se uma extensão material que, por sua própria infinitude, não possa ser apreendida enquanto totalidade. Embora a totalidade da extensão não possa ser integralmente visualizada, qualquer recorte ou delimitação dessa realidade pelo olhar revela uma dimensão material efetivamente existente. O que inicialmente parecia indeterminado ou inapreensível enquanto totalidade não constitui, por isso, um nada absoluto; trata-se apenas de uma

realidade cuja determinação excede o alcance da apreensão.

Se, por outro lado, forem concebidos como **potenciais opostos**, então A e B deverão excluir-se mutuamente. A determinação manifesta em A seria, nesse caso, incompatível com a ausência de determinação atribuída a B. Contudo, surge imediatamente uma dificuldade: se B possui qualquer potência em direção a A, essa potência já introduz em B alguma determinação. O nada, portanto, deixaria de ser absolutamente nada no próprio instante em que lhe fosse atribuída uma potência de manifestação.

Exemplo: suponha-se o indiferenciado, tomado como nada, ao qual se atribua a potência de manifestar-se. Aparentemente, teríamos dois polos opostos: de um lado, a ausência de determinação; de outro, a determinação manifesta. Entretanto, a própria atribuição de uma potência de manifestação ao indiferenciado já impede que ele seja concebido como ausência absoluta. Para que B possa conter a potência de tornar-se A, é necessário que B possua, de algum modo, a capacidade ou condição pela qual A possa emergir. Essa capacidade já constitui uma determinação ontológica.

Há, ademais, uma **dependência conceitual** entre os dois polos. O indiferenciado só pode ser definido como tal em referência àquilo que se apresenta como diferenciado ou determinado. Do mesmo modo, a manifestação só pode ser compreendida como manifestação em relação àquilo que, supostamente, não está manifestado. A oposição, portanto, não estabelece duas realidades absolutamente independentes, mas uma relação conceitual entre determinação e ausência de determinação.

Demonstração do colapso da noção de nada absoluto: em ambos os casos, a concepção de um nada absoluto torna-se inconsistente.

Se o nada **possui potencialidade**, então já não é absolutamente indeterminado, pois a própria potência constitui uma determinação — ainda que não seja uma determinação atualizada.

Se, ao contrário, o nada **não possui potencialidade alguma**, então não pode servir de substrato, fundamento ou princípio de transição para qualquer manifestação. Nada poderia proceder dele, nem ele poderia explicar a passagem da ausência absoluta à presença determinada, pois não haveria nele qualquer princípio pelo qual tal passagem pudesse ocorrer.

Desse modo, o problema pode ser formulado nos seguintes termos: **ou o nada possui potência, e então já não é nada em sentido absoluto; ou não possui potência alguma, e então não pode desempenhar qualquer função ontológica na gênese ou fundamentação da manifestação.**

Consequentemente, não parece possível atribuir ao nada, simultaneamente, **ausência absoluta de determinação e potência real para a manifestação.** A primeira exclui a segunda, enquanto a segunda já compromete a primeira.

A Insustentabilidade Ontológica do Nada

O nada, enquanto conceito, não possui autonomia ontológica. Sua definição é essencialmente relacional e derivada: ele só pode ser determinado como negação de algo, seja esse algo uma realidade manifesta, seja uma possibilidade inteligível. Nesse sentido, o nada não constitui uma substância anulada que permanece existindo em estado de nulidade. Trata-se, antes, de uma determinação negativa produzida pela própria atividade conceitual de negar uma realidade ou possibilidade. Isso revela a natureza paradoxal do nada enquanto categoria inteligível: ele possui vigência como signo mental, mas não como substância autônoma. Sua existência conceitual consiste precisamente em indicar aquilo que não é.

1. Dependência Absoluta

O nada não é um ente em si, mas um operador lógico de negação que pressupõe um referencial positivo. Ele depende daquilo que pretende negar. A ausência de som, por exemplo, somente possui sentido porque o som constitui uma categoria possível. Sem a possibilidade do som, não haveria propriamente “ausência de som”, mas apenas a inexistência de qualquer referência a partir da qual a ausência pudesse ser determinada.

Aquilo que depende integralmente de outro para sua própria determinação não possui *ipsum* esse, isto é, não possui ser próprio. O nada relacional é ontologicamente impotente: não pode gerar a realidade, pois sua própria inteligibilidade pressupõe uma realidade ou possibilidade que lhe sirva de referência.

2. Impossibilidade de Autofundação

Enquanto o Absoluto, se concebido como fundamento último, deve possuir em si a razão de

sua própria realidade, o nada é, por definição, heterodeterminado. Ele só pode ser concebido em função de algo que lhe forneça conteúdo referencial.

Surge então um paradoxo decisivo: tentar afirmar o nada como realidade independente exige atribuir-lhe propriedades — autonomia, permanência, identidade, potência ou capacidade causal. Contudo, no momento em que tais propriedades lhe são atribuídas, o nada deixa de ser nada e passa a ser alguma coisa. A tentativa de autofundação do nada é, portanto, autodestrutiva. Para afirmar que o nada “é”, precisamos transformá-lo em um objeto dotado de propriedades; mas, ao fazê-lo, já abandonamos sua definição como nada. O conceito se desfaz no próprio ato de sua ontologização. Quanto mais propriedades atribuímos ao nada para torná-lo uma realidade, mais nos afastamos daquilo que pretendíamos definir.

Função no Âmbito do Absoluto

O nada não explica a existência; ele a pressupõe. Sua função não é constituir a origem da realidade, mas operar como limite conceitual da determinação. É a maneira aparentemente mais próxima de purificar a determinação a fim de tentar inteligir uma realidade que dispensa a forma. Porém, é uma maneira errônea. Colocar o nada na base da metafísica significa transformar uma negação derivada em fundamento positivo. Trata-se, portanto, de um erro categorial: aquilo que somente pode ser definido pela ausência de algo não pode, simultaneamente, ser tomado como a causa primeira desse algo.

O Mecanismo da Autossupressão do Nada

Mesmo que, por hipótese, consideremos o nada como uma realidade paradoxalmente possível, sua própria definição conduziria à impossibilidade de sua sustentação. Se retirarmos dele toda referência, determinação ou conteúdo, já não restará aquilo que poderia ser identificado como “nada”.

1. O Nada Referencial não se Sustenta

Se o nada não possuir relação com nenhum “algo”, ele não poderá ser definido como negação de coisa alguma. Ao perder seu referente, perde também a própria condição que permitia identificá-lo como nada. A ausência, quando absolutamente desvinculada de qualquer presença, deixa de ser uma ausência determinada. Não há mais uma relação a ser estabelecida entre aquilo que é e aquilo que não é. Isolado de qualquer referencial, o nada não alcança uma

condição ontológica estável; ele perde até mesmo a determinação negativa que lhe conferia inteligibilidade.

2. O Nada como Evidenciador, não como Substrato

O nada, nesse sentido, não deve ser concebido como um estado ontológico estável que persiste antes da manifestação. Ele funciona antes como um limite conceitual da determinação: permite-nos pensar aquilo que não está manifesto sem que, com isso, seja necessário postular uma substância chamada “nada”. Portanto, o nada não é um vazio que persiste até ser preenchido pelo ser. É uma forma de nossa própria apreensão da ausência ou da não-manifestação. Se o nada fosse apenas um limiar dinâmico que se autossuprime para dar lugar ao existente, então ele nunca teria efetivamente existência. Seria apenas uma ficção transitória introduzida para explicar uma passagem que, em última análise, não necessita desse intermediário.

3. O Nada como Autossupressão do Existente

Se, por hipótese, atribuímos ao nada uma função ativa diante da presença, sua própria relação com aquilo que existe já o conduzirá à autossupressão. O nada só pode ser concebido enquanto negação de alguma presença determinada; contudo, ao exercer essa negação, ele necessariamente depende daquilo que pretende suprimir. Torna-se, assim, parasitário da própria existência que procura negar: sua inteligibilidade, sua referência e até mesmo sua condição de “nada” dependem da presença que lhe serve de termo correlato.

Enquanto permanece vinculado à presença, portanto, o nada não se constitui como uma realidade autônoma, mas apenas como uma determinação negativa daquilo que existe. Sua suposta autonomia é, desde o início, contraditória, pois aquilo que pretende negar constitui precisamente a condição de sua própria identificação. Se, por outro lado, o nada se desprendesse completamente da presença e de qualquer referente, perderia também a possibilidade de exercer a negação, uma vez que já não haveria aquilo que pudesse ser negado.

É nesse sentido que se pode falar, apenas figurativamente, em **autossupressão do nada**: ao tentar afirmar-se como realidade independente, o nada elimina as próprias condições que lhe conferem inteligibilidade; ao permanecer relacionado à presença, reduz-se a uma função

negativa dela; e, ao desvincular-se completamente da presença, deixa de possuir qualquer determinação pela qual pudesse ser concebido como nada. Sua suposta autonomia, portanto, conduz necessariamente à sua dissolução conceitual.

Desse modo, o nada não realiza uma passagem efetiva da ausência à presença, nem produz ontologicamente aquilo que existe. A chamada autossupressão não constitui um acontecimento pelo qual uma entidade denominada “nada” abandona a si mesma para dar lugar ao existente. Ela designa apenas o colapso da pretensão de conferir realidade autônoma à negação absoluta. O que permanece, uma vez eliminada essa construção conceitual, não é um nada que se tenha transformado em presença, mas a própria presença, cuja realidade jamais dependeu de um substrato ontológico chamado “nada”.

O que chamaremos de **autossupressão** é a desvinculação da atividade parasitária exercida pelo nada sobre o existente. Ao retirar a nadificação do existente — isto é, ao fazer com que o nada deixe de ser concebido como algo ontológico, portanto, como algo referenciável —, o próprio conceito de nada se esgota rapidamente. Enquanto permanece associado ao existente, o nada conserva uma aparência de inteligibilidade apenas porque encontra na presença aquilo que pretende negar. Mas, uma vez desfeito esse vínculo, já não dispõe de qualquer referente sobre o qual possa exercer sua negatividade.

Nesse sentido, o nada não é propriamente destruído ou convertido em outra realidade; ele simplesmente perde as condições que permitiam concebê-lo como algo. Sua pretensão de autonomia conduz, portanto, à sua própria exclusão: quanto mais completamente retiramos dele toda referência ao existente, menos resta que possa ser denominado “nada”. A autossupressão consiste precisamente nesse movimento conceitual pelo qual a negação absoluta, ao ser privada de qualquer referente, deixa de poder sustentar-se como determinação.

Em outras palavras, o nada **suprime a si mesmo enquanto conceito ontológico**. Não porque realize uma ação sobre si, mas porque a eliminação de sua referência elimina simultaneamente aquilo que lhe conferia inteligibilidade. O que desaparece, portanto, não é uma entidade chamada nada, mas a própria pretensão de que a negação absoluta possa subsistir como realidade independente. Desvinculado da presença, o nada não permanece como um estado ontológico vazio; ele simplesmente deixa de ser referenciável.

4. A Inexistência do Produto Autossuprimido

Não havendo um nada existente, também não há uma transição efetiva entre um “nada” e a existência. Não existe um estado intermediário que primeiro seja nada, depois se autossuprima e, finalmente, produza o existente. A própria ideia de autossupressão pressupõe algo que possa sofrer a ação de suprimir-se. Mas, se o nada carece de qualquer substancialidade, não há sujeito nem objeto sobre o qual essa ação possa ocorrer. A autossupressão torna-se, assim, um verbo sem sujeito ontológico: descreve um processo que não possui entidade alguma capaz de realizá-lo.

4. A Ilusão do Intervalo Nulificador

Dessa forma, o nada pode parecer um estado intermediário que permite imaginar a passagem para a existência. A mente introduz um intervalo conceitual entre aquilo que é nadificado e aquilo que passa a ser determinado, interpretando esse intervalo como um “nada” que posteriormente seria superado. Entretanto, esse intervalo não corresponde necessariamente a uma realidade metafísica. Não existe um vácuo ontológico entre a ausência de uma determinação e a própria determinação. A suposta “passagem pelo nada” é, portanto, uma projeção epistemológica: uma maneira de representar mentalmente a ausência de uma determinação, e não a descrição de uma entidade que efetivamente precede a existência.

5. Colapso por Autorreferência

Todo nada concebido como negação pressupõe algo como referente. Quando eliminamos completamente esse referente, eliminamos também a condição de inteligibilidade da própria negação. O nada, portanto, não consegue sustentar-se como entidade autônoma. Ele não é um estado estável do ser, mas o limite ao qual conduzimos o pensamento quando retiramos progressivamente todas as determinações do determinado. Sua pretensão de absolutez conduz, assim, ao próprio colapso conceitual: quanto mais tentamos isolá-lo como realidade, menos conteúdo resta para identificá-lo como algo.

Ao destituir toda a determinação do determinado, não obtemos uma sopa ontológica disforme. A aniquilação da identidade daquilo que existe de forma determinada não o transforma automaticamente no inefável, isto é, no Ser. Pois o Ser se identifica pela sua própria essência de ser, enquanto o determinado se identifica pela sua própria distinção. E, se considerarmos que retirar a determinação do determinado o aniquila, então não nos resta

qualquer substrato para referenciar como um nada ontológico.

Criação sem Conversão do Nada

A existência criada, portanto, não precisa ser compreendida como resultado de uma transformação do nada em algo. Tampouco é necessário postular um processo no qual uma realidade chamada “nada” se autossuprima para produzir a existência. Se o nada não possui existência própria, não pode constituir um substrato a partir do qual algo seja produzido. A criação, nesse contexto, deve ser compreendida sem a necessidade de uma conversão ontológica do nada em manifestação. O que existe é a manifestação de uma realidade determinada segundo suas próprias condições de possibilidade. O “nada” apenas nomeia, retrospectiva ou conceitualmente, a soberania do Ser que antecede essa manifestação.

Quando nos referimos ao Ser soberano e absoluto, não é necessário recorrer à simbologia de uma ausência ontológica, pois a própria soberania do Ser exclui qualquer necessidade de postular um nada ontológico que persista paralelamente ou em competição com o Ser verdadeiro. Se o Ser é verdadeiramente absoluto e soberano, nada lhe é ontologicamente exterior como princípio, substância ou fundamento concorrente. A ausência de uma realidade prévia não exige, portanto, a existência de um “nada” que a represente; basta a própria soberania do Ser como fundamento da manifestação. Desse modo, a autossupressão não designa um processo real sofrido por uma entidade chamada nada. Ela apenas descreve, de maneira figurada, o desaparecimento conceitual de uma determinação negativa. O produto dessa suposta autossupressão não existe como entidade intermediária: não há um “nada autossuprimido” que posteriormente se transforme em existência.

Implicações Radicais e a Criação Ex Nihilo

A tentativa de conceber o nada como entidade metafísica paradoxal revela-se, portanto, um exercício de pensamento que se desfaz em suas próprias condições de formulação.

Aquilo que chamamos de “nada” pode ser compreendido, em última instância, como:

- **Um operador lógico:** uma negação relativa dentro de um campo no qual algo já é concebido como possível ou manifesto.

- **Um limite conceitual:** o ponto extremo alcançado quando retiramos de uma realidade todas as suas determinações.
- **Uma miragem ontológica:** a projeção pela qual transformamos uma operação conceitual de negação em uma suposta realidade independente.

O nada, portanto, não é um antecedente causal da existência. Ele não constitui uma substância, um substrato ou uma potência anterior ao ser. É antes um efeito da própria atividade de determinação e negação exercida pelo pensamento.

A manifestação não surge “do nada” porque não há um nada existente do qual ela possa surgir. O que existe é a própria manifestação, determinada segundo suas condições de possibilidade, enquanto o “nada” permanece apenas como o nome que atribuímos à sombra daquilo que seria manifesto.

Assim, a investigação não conduz à descoberta de uma realidade chamada Nada, mas à dissolução progressiva dessa hipótese. E é precisamente nessa dissolução que se torna possível deslocar a questão metafísica fundamental: em vez de perguntar “como o ser surgiu do nada?”, devemos perguntar “como é possível a manifestação sem pressupor uma realidade anterior chamada nada?”.

Implicações para a Criação Ex Nihilo

Esta compreensão abrangente do nada relacional revela que a criação *ex nihilo* não deve ser compreendida sob falsas premissas. A criação não é:

- Transformação do nada em algo (pois o nada não existe para ser transformado).
- Superação de um estado de não-existência (pois não há tal estado).
- Preenchimento de um vazio preexistente (pois não há vazio independente).

Pelo contrário, a criação *ex nihilo* estabelece fundamentos dogmáticos e ontológicos claros:

- **Não é criação "do nada" material:** O *nihil* da criação não é uma "matéria-prima" preexistente, mas a negação absoluta que só existe como conceito em relação ao Ser. "Criar do nada" significa criar sem meio-termo, sem material preexistente. É a posição absoluta do Ser.

- **O Ser não precisa do nada para criar:** A criação é ato puro da liberdade divina, que estabelece a distinção radical entre Criador e criatura, não uma modificação de algum substrato preexistente.
- **A criação é manifestação gratuita, não emanção:** O mundo não "flui" necessariamente do Ser (como no neoplatonismo), mas é chamado à existência por ato livre da vontade do Ser, como manifestação gratuita da plenitude do Ser.

A Aporia do Impossível, a Indiferenciação e a Problemática do Infinito

O Nada Existente e a Aporia do Impossível

Em outra tentativa teoricamente viável, cumpre postular a própria impossibilidade radical: afirmaremos o **Nada Existente** como uma fratura ou abertura do impossível no seio do Absoluto. Ao admitirmos o impossível no horizonte metafísico do Absoluto, tornamo-nos capazes de suspender o colapso imediato do nada. Sob esta óptica, o nada subsistiria em virtude de ser uma *impossibilidade manifesta* — isto é, uma singularidade ontológica que rasga a razão tradicional de forma disruptiva, sustentando-se na realidade fenomênica.

A contradição primordial desta tese reside na violação do Princípio do Terceiro Excluído ($A \vee \neg A$) e da Não-Disformidade ($\neg(A=B)$). Ao definir o nada como "impossibilidade manifesta que se sustenta", opera-se um contrabando conceitual: confere-se ao nada o atributo do *ato* (a sustentação na realidade), que é propriedade exclusiva do ente. O impossível, por definição, é aquilo que carece de consistência interna; dotá-lo de "sustentação" é transformá-lo secretamente em ser, aniquilando sua natureza de nada.

Esta postulação implica que, formalizada a hipótese do Nada Existente, podemos sim admiti-lo no discurso; todavia, esse próprio mecanismo obscurece sua inteligibilidade, impedindo-nos de decifrar suas nuances constitutivas. Faz-se imperativo que haja **cognoscibilidade estrita** para o conceito de nada, sob pena de esvaziamento filosófico. Do contrário, a metafísica carecerá da formulação mecânica que explique como é ontologicamente possível extrair o ente (algo) a partir da vacuidade (nada).

Contudo, ainda que permaneçamos provisoriamente cegos ao mecanismo pelo qual o nada possa de fato subsistir, cumpre averiguar as consequências metafísicas caso sua existência fosse validada por uma inferência lógica que esclarecesse esse íterim.

A Aporia da Purificação e a Re-Ontologização do Nada

O Nada Existente, ao sucumbir por sua instabilidade intrínseca, faz emergir a presença de forma natural. Todavia, se hipotetizarmos o Nada Existente como uma realidade perdurável, a estrutura da razão tentará, de forma quase automática, abstrair o componente "existente" do "nada". Historicamente, diversos filósofos tentaram validar o impossível existente; contudo, essa manobra introduz a necessidade de uma nova purificação conceitual, visto que o termo "Nada Existente" inevitavelmente carrega consigo o poluente ontológico do ser.

Portanto, por imperativo lógico, a razão nega o Nada Existente na tentativa de extirpar dele o seu teor de ser. Ocorre que, ao operar essa negação purificadora, o Nada Existente reitera-se e reaparece em sua configuração primeva. A negação do Nada Existente não gera o nada puro, livre de poluentes; antes, resulta na mesmíssima mentalização do Nada Existente — um construto mental que apenas recusa desabar sobre si mesmo, tal como ocorria no nada paradoxal.

O erro lógico situa-se na ilusão de que a negação da existência do nada purificaria o conceito. Na lógica formal, a negação de uma negação ($\neg(\neg A)$) retorna logicamente à afirmação (A). Ao tentar negar o "teor existente" do nada, a razão realiza um duplo movimento nulo: ela postula o nada e, ao tentar purificá-lo pela negação, restabelece a própria barreira que pretendia transpor. O "nada puro" torna-se inalcançável porque o próprio ato de pensar o nada o contamina com a existência da representação.

A Regressão ao Infinito da Nadificação Potencial

Avançando ainda mais na esteira desta hipótese, consideremos o Nada Existente como o portador de um **potencial não manifesto**, conjecturando que esta potência pode permanecer totalmente oculta no imo da vacuidade, por vias jamais explicadas ou compreendidas. Mesmo sob esta concessão teórica, no instante em que tentássemos negar o Nada Existente para extrair dele o seu potencial de existência, seríamos confrontados com um desdobramento

aporético: obteríamos um *nada com potencial de ser um nada com potencial*. Ao negarmos este último, elevaríamos a potência sempre ao último estágio do nada negado.

Como modelo exemplificativo, teríamos a negação sucessiva do nada potencial. Por via de regra, se todo nada resguarda em si uma potência oculta, deparamo-nos inevitavelmente com um nada provido da potência de gerar um nada potencial.

[Nada Existente Inicial] ??(Negação)??> [Nada com Potencial de Ser Nada] ??
(Negação)??> [Nada com Potencial de Potencial...]

Afigura-se, pois, impossível extirpar a potência do nada se o considerarmos permanentemente como um existir que oculta uma eficácia causal. Cada ato de negação perpetrado pela razão atribui reflexivamente ao nada a potência de produzir o próprio nada que foi negado — o qual, por sua vez, já é portador de uma nova potência.

Demonstração do Erro (Regressio ad Infinitum da Nadificação): Este mecanismo falha geometricamente por incorrer em uma regressão infinita de operadores lógicos (*infinite regress*). Ao introduzir a categoria de "potência oculta" no nada, transforma-se a vacuidade em um motor gerador infinito. A negação deixa de ser um termo resolutivo e passa a agir como um espelho posicionado frente a outro espelho: cada negação gera um novo invólucro potencial ($\neg N \rightarrow N_{\text{pot1}} \rightarrow \neg N_{\text{pot1}} \rightarrow N_{\text{pot2}}$). Esse processo esvazia o conceito de qualquer *ratio sufficiens* (razão suficiente), pois o fundamento da existência é indefinidamente postergado para o próximo "nada" da série infinita.

O Problema da Inferência e a Propriedade da Infinitude

Tentaremos, agora, compreender o "nada" como um conceito de nulidade dotado de um vetor dinâmico: um rumo potencial ao infinito. Para avançar nessa investigação, é necessário racionalizar o nada inicialmente em sua primeira potência.

O nada possui potência, desdobrando-se em uma progressão lógica de graus:

- **Primeiro Grau (Potência 1):** A anulação em sua fase inicial, contendo o potencial bruto rumo ao infinito.

- **Segundo Grau:** A potência da não-potência. Isto é, a potência de anular a potência.
- **... Terceiro Grau e Ad Infinitum:** A potência de anular a potência da potência gerada pela primeira nulidade do nada, estendendo-se infinitamente.

Para fins metodológicos, o foco desta análise restringe-se à primeira anulação: **o nada no potencial primeiro elevado ao infinito**. Pois, ao considerarmos uma regressão infinita, retornamos à mesma substância. O nada de segundo grau é o mesmo que o de primeiro grau, e assim sucessivamente. A nulidade é sempre a mesma e sempre carrega potência. Portanto, não temos mais o conceito elevado a uma infinitude.

O **nada nomeável** caracteriza-se, fundamentalmente, como um **nada potencial**. Isso ocorre porque ele carrega um potencial latente que jamais se esvazia por completo; ele nunca se concretiza como uma ausência plena, pois está perenemente acompanhado de sua própria potência. O nada potencial, no seu desabar sobre si mesmo, é inalcançável, pois está elevado à potência infinita. Sendo esse limite absoluto inacessível à apreensão direta, a investigação filosófica deve focar-se no território do nada potencial. Afinal, ao elevarmos o nada em sua latência, nunca se atinge a nulidade completa, mas apenas a renovação desse mesmo potencial.

Assim, delimitamos a diferença entre o nada potencial nomeável e o **nada inominável** — este último sendo a ausência do próprio nada, destituído de qualquer propriedade e incapaz de ser até mesmo "absoluto". Portanto, para admitir o nada nomeável, é preciso conceber a ideia de uma **impossibilidade realizada**. Portanto, o nada inominável é um vazio linguístico: algo que se define como 'escasso' não por conter em si uma escassez real, mas simplesmente por não ser falado ou por não constituir um conteúdo da mente. Dessa forma, o nada total equivale à ausência de referência na linguagem, à não-formalização de signos mentais e ao próprio ato de não se falar sobre algo.

O Processo da Indiferenciação e Nadificação do Determinado

Há um processo pelo qual se tenta indiferenciar o diferenciado, e outro processo pelo qual se tenta negar o diferenciado. Isto é, há um processo pelo qual se tenta extrair a identidade das coisas que a possuem, e um processo pelo qual se tenta negar a existência e a identidade das

coisas na tentativa de alcançar a pureza, ou até mesmo o nada potencial.

A indiferenciação, quando produzida a partir da determinação para justificar um nada potencial, falha em sua missão de pureza. Ao ser invocada, essa indiferenciação supõe uma "potência", afirmando precisamente aquilo que deseja negar: a presença de "qualquer coisa" (ainda que em estado de suspensão). O Indiferenciado, como diluição do determinado, opera apenas pela *ausência* das diferenças, pressupondo o substrato que as contém. Porém, ao perderem a forma em um estado de completa indiferenciação, e ao se extrair delas essas formas, as coisas já não são aquilo que antes se identificava.

Em contrapartida, a nadificação direta — isto é, a negação — colapsa de forma mais precisa e radical, pois não pressupõe nenhuma sopa residual indiferenciada oriunda da diluição de formas. O "nada" engendra o seu próprio colapso lógico — um colapso que, por sua vez, desaba infinitamente sobre si mesmo. Ele é um conceito que tende à autossupressão perpétua e, por isso, revela-se muito mais limpo de afirmações ontológicas do que a "potência" sugerida pela indiferenciação do determinado. Do ponto de vista estritamente filosófico, ainda que tanto a indiferenciação do determinado quanto a nadificação do existente sejam, do mesmo ponto de vista, ilógicas, a nadificação oferece intuitivamente um "desabar" muito mais cristalino: ela traz embutida em sua premissa a aniquilação imediata daquilo que a própria palavra tenta nomear ("algo"). Enquanto a indiferenciação do diferenciado tenta capturar a ausência de formas, a "nadificação" opera sobre o próprio potencial de positividade das formas, tentando anulá-lo.

Ao tentarmos supor duas propriedades distintas — o determinado enquanto indeterminado —, realizamos apenas mais uma tentativa de purificar o determinado. Essa operação, contudo, destrói a própria forma sem alcançar nenhum dos extremos pretendidos: não resulta no indiferenciado verdadeiro (isto é, no ser), nem tampouco no nada. Isso ocorre porque ainda se conserva uma substância logicamente contraditória: um mundo que, por existir, necessariamente persiste como determinado, mas que, ao mesmo tempo, é concebido como indeterminado.

Embora o ato de indiferenciar anule a determinação (os contornos específicos de cada possibilidade), ele não aniquila a existência; resta, invariavelmente, o fundamento para sustentá-la. A prevalência desse substrato primordial, homogêneo e anterior a qualquer

recorte limitador, não pode ser categorizada como "nada", mas sim como um substrato ilógico. O nada, afinal, é incapaz de sustentar o atributo da pureza. Para ser puro, é preciso ter substância; e o nada, por definição, simplesmente não é.

Ao indiferenciarmos um ente de si mesmo, não temos uma realidade pura (o que chamaríamos de ser). Mas, ao indiferenciarmos o ente até mesmo em si, e não somente de si, temos, novamente, o substrato ilógico. Isso porque o indiferenciamento transgride o nível da fundamentação, ou seja, o indiferenciamento não pode ultrapassar para o nível da fundamentação daquilo que não é, por sua própria natureza, indiferenciado.

Ao tentarmos igualar o **indiferenciado** com o próprio nada, deve existir um estado que seja, simultaneamente, indiferenciado em si e indiferenciado de si mesmo. Em suma, embora o nada se refira a uma nulidade, ele carrega consigo uma ontologia potencial. Através da lógica assimétrica, é possível anular o todo, assim como é possível indiferenciar o diferenciado até mesmo em sua fundamentação — o que, no fundo, constitui uma determinação potencial, tal como o próprio nada.

No entanto, a indiferenciação refere-se à imparcialidade da identidade, e não à extinção da fundamentação. Porém, ao pensarmos em uma indiferenciação total, ambos os modos — nada e indiferenciado — manifestam um paradoxo. Pensar o nada ou pensar em uma indiferenciação total exige conferir realidade a dois estados simultâneos: aquele em que o todo é anulado e aquele em que esse mesmo todo permanece inoculado, como potência, em seu próprio estado antagônico.

Neste estágio da investigação, como a substância pura permanece inalcançada, somos compelidos a justificar a existência factual das coisas — afinal, se o mundo manifesto existe, ele deve derivar de alguma operação primordial. Buscamos, portanto, identificar o mecanismo que opera *sobre* esse nada, visando extrair desse conteúdo, que colapsa infinitamente, uma determinação: o "algo" que existe.

É neste ponto que tentamos também singularizar o determinado, indeterminando-o em um colapso que desaba sem um fim. O indiferenciado retirado do determinado deixa de ser uma categoria estática para tornar-se a **captura desse contorno em colapso**. Isso significa que o termo "indiferenciado" adquire um caráter estritamente **dinâmico**. A mente humana tenta

resgatar um significado para ele, mas, no exato instante em que ele é pensado, esse significado esvai-se. É uma aproximação cognitiva de altíssima velocidade, mas cuja "velocidade do pensamento" jamais consegue alcançar ou estabilizar o seu produto final.

Indiferenciamos o determinado, e o que sobra é o nada falseável, ou uma indiferenciação não realizada, que identifica um ente mal indiferenciado, de forma que se precise reincidir a indiferenciação infinitas vezes, tal como se necessita nadificar o ente infinitas vezes.

O "nada" torna-se, assim, uma **singularidade filosófica**. É um termo que tende assintoticamente ao infinito, estabelecendo um *loop* perpétuo na razão: uma busca incessante por um significado que, por definição estrutural, nunca poderá repousar em um conceito fixo.

O Nada como Portador de Potencial Ontológico

Embora tenhamos estabelecido o Indiferenciado como a matriz primordial afirmativa, a investigação lógica nos obriga a reconhecer uma simetria estrutural incontornável: **o "nada" também porta um potencial equivalente ao do indiferenciamento forçado do mundo determinado.**

O "nada", compreendido em sua acepção metafísica relacional, atua como a anulação direta do ser. Sendo o ser a somatória de toda a existência e o horizonte de todas as determinações possíveis, o nada não pode ser reduzido a um simples vácuo estéril ou a uma carência inerte. Pelo contrário, por consistir precisamente na anulação do ser, o nada é, em sua essência, a **anulação do todo em potencial.**

Para que a negação absoluta ocorra e se sustente conceitualmente, a "ausência" precisa espelhar a exata magnitude da "presença" que ela cancela. Tal como o Indiferenciado é o potencial latente do diferenciado — abrigando em si todas as formas e existências antes de sua manifestação —, o nada abriga o potencial absoluto do ser sob o signo da supressão.

Dessa forma, conclui-se que **ambos os conceitos guardam infinito potencial**. A distinção entre eles não repousa em uma suposta ausência de potência no nada, mas unicamente no vetor dessa mesma potência primordial:

- **O determinado Indiferenciado** é o potencial afirmativo: a totalidade em estado de suspensão ontológica, aguardando a determinação. É o ser-em-potência, a matriz que possibilita a diferenciação.
- **O Nada** é o potencial negativo: a totalidade em estado de supressão. É a força neutralizadora que contém, em seu próprio avesso, a exata proporção ontológica do ser que ele anula.

Portanto, o nada jamais é destituído de conteúdo latente. Se o Indiferenciado forçado guarda o potencial de tudo o que *pode ser*, o nada é o próprio invólucro do ser neutralizado, carregando intimamente em sua definição o peso e o potencial absoluto daquilo que ele oculta. Em síntese, tanto o nada como o indiferenciado forçado são determinações: são estados ou potenciais do negado ou do indiferenciamento do diferenciado. São um estado de estabilidade para o todo ontológico. O indiferenciado tiene o potencial da diferença, e é em si uma determinação; tal como o nada tem o potencial do todo, e é em si uma determinação.

O indiferenciamento do determinado é indiferente até a si mesmo, ao passo que assumir o nada significa saltar esse caminho intermediário. Trata-se de uma via direta para produzir a nulidade, degradando o ontológico por meio da conceituação. Porém, por ambas as vias alcança-se o mesmo resultado: a nulidade do que é. O indiferenciado conclui-se no nada ao negar o ente fragmentado, afirmando não ser nem uma coisa, nem outra, e nem a si próprio. Já o nada opera uma negação mais incisiva e cabal, pois dispensa a abordagem dos fragmentos.

Neste contexto, os termos "nada" e "indiferenciado" não se referem a um objeto finalizado, mas sim ao próprio **processo de nadificação** que nunca atinge o seu termo exato. Iremos explorar o absoluto sob a perspectiva da forma final: a cada potência explorada, o potencial do nada se expande.

O potencial do indiferenciado, portanto, ao voltar-se para si mesmo, não atinge o potencial do não-indiferenciado — tal como o potencial do nada jamais alcança o não-nada. Desta forma, o incausado permanece aprisionado a determinações, nunca atingindo uma forma totalmente potente. Ao atribuímos ao indiferenciado o potencial do não-indiferenciado, deparamo-nos com uma realidade cujo potencial consiste em ser potencial ou não; ao subtrairmos mais uma camada desse potencial, projetamos uma linha infinita que avança perpetuamente, sem jamais

encontrar o seu verdadeiro potencial.

Em síntese, o indiferenciado busca a nulidade ao colocar-se como radicalmente diferente de qualquer coisa, enquanto o nada a persegue ao recusar-se a ser coisa alguma. Ambos os caminhos representam vias distintas que partem do mesmo intuito e desaguam no mesmo resultado: a tentativa de estabelecer uma substância incausada. O nada, ou o indiferenciado, são, portanto, conceitos dinâmicos, incapazes de sintetizar conceitualmente o seu verdadeiro significado.

A Problemática do Infinito e a Dualidade Perspectívica do Ente

Quando atribuímos o conceito de infinito a determinadas coisas, elas parecem perder sua identidade enquanto determinações plenamente apresentáveis.

- Um tamanho infinito é, em certo sentido, tamanho nenhum, pois já não se trata de algo que possa ser integralmente medido.
- Um número infinito, quando tomado como um número absolutamente infinito, deixa de ser propriamente um número determinado, pois não há uma unidade total que possa ser apresentada como sua realidade acabada.

Isso ocorre porque o infinito, tomado em sentido absoluto, é inalcançável. Ele constitui um horizonte que jamais pode ser inteiramente atualizado. Não se pode alcançar a totalidade de um ente infinito para que este seja apresentado em sua inteireza. Um ente dotado de infinitude jamais alcançaria a si mesmo como realidade completamente realizada, pois sempre haveria, para além de sua determinação presente, aquilo que ainda não se encontra realizado. Nesse sentido, o ente infinito conteria not apenas aquilo que é, mas também aquilo que ainda haveria de ser. Ele seria, portanto, constituído por sua realidade presente e por seu devir. Entretanto, o devir, enquanto devir, não é ainda aquilo que será. Se considerarmos que aquilo que há de vir somente existe enquanto presente quando efetivamente se atualiza, então uma suposta realidade infinita seria composta por aquilo que é e por aquilo que ainda não é.

Chegamos, assim, a uma dificuldade fundamental: aquilo que ainda não existe não pode ser efetivamente acrescentado àquilo que existe. Se o nada não possui realidade própria, não

pode constituir uma parcela adicional do ente. Consequentemente, não parece possível dizer que uma realidade possua, em si mesma, uma quantidade infinita já constituída. O infinito, nesse sentido, não seria uma propriedade efetivamente possuída pelo ente, mas a designação daquilo que jamais se encontra completamente atualizado. Ele corresponde à parte do ente que, por definição, ainda não pode ser apresentada como realidade atual. Por isso, nenhum ente determinado propriamente dito possui o infinito, nem é infinito em sentido absoluto.

A própria palavra “**infinidade**” revela essa dificuldade. Considerada isoladamente, ela não parece simbolizar uma realidade determinada, mas funcionar como uma atribuição feita a alguma coisa. Quando dizemos “infinidade”, estamos aparentemente acrescentando ao ente uma propriedade cuja realidade completa nunca pode ser apresentada. A infinidade seria, então, uma realidade acrescida daquilo que não pode ser efetivamente determinado para essa realidade.

Dizer que o universo possui um espaço infinito ou que uma singularidade possui uma massa infinita seria, sob essa perspectiva, problemático. Não porque a linguagem matemática não possa operar legitimamente com o conceito de infinito, mas porque, no plano ontológico, transformar o infinito em uma propriedade efetivamente existente pode produzir uma contradição conceitual. O infinito matemático pode funcionar como limite, relação ou estrutura formal; outra coisa é concebê-lo como uma determinação real integralmente presente em um ente. É importante, entretanto, distinguir **ser finito** de **ter um fim**. A finitude não implica necessariamente uma cessação. Algo pode ser finito em sua determinação atual e, ainda assim, permanecer suscetível de transformação, de expansão ou de duração indefinida.

Assim, adicionar a um ente uma **fluência contínua** é conceitualmente diferente de atribuir-lhe infinitude. A fluência contínua não pressupõe a existência atual de uma realidade que ainda não existe. Ela apenas afirma que aquilo que existe permanece em processo de transformação ou duração. Cada estado presente é real enquanto presente, ainda que outros estados possam sucedê-lo indefinidamente. Por isso, talvez não seja adequado afirmar que o espaço do universo é infinito. Seria mais coerente dizer que o universo pode apresentar uma expansão contínua, caso essa expansão seja compreendida como um processo cuja atualização não exige a existência presente de uma totalidade espacial já realizada.

No campo das sensações, poderíamos encontrar igualmente determinações finitas que se modificam, se ampliam ou se sucedem continuamente. Poderíamos conceber a delimitação de nosso universo particular como aquilo que constitui sua própria fronteira fenomênica, além da qual se iniciariam outros universos ou outras **h.c.s.** Mas poderíamos também considerar que nosso universo particular não possui uma extensão previamente determinada e encerrada, e que permanece em expansão contínua.

Não seria possível atribuir simplesmente um espaço às sensações, pois o próprio espaço poderia ser compreendido como mais uma determinação sensível, e não como um recipiente absoluto no qual as sensações estariam dispostas. É possível, contudo, atribuir às sensações uma continuidade temporal: uma sucessão incessante de estados presentes, na qual cada estado é plenamente real enquanto ocorre, sem que seja necessário pressupor uma totalidade temporal infinita já existente.

Para a sensação, a intuição, o desejo ou o querer, é possível atribuir conteúdo qualitativo; é possível que exista um querer infinito. Isso ocorre porque o qualitativo se infinitiza, pois não é quantitativo. Um amor infinito pode existir, enquanto uma realidade espacial infinita não. Portanto, realidades relacionais podem adquirir infinitude. Temos, portanto, dois conceitos distintos:

- **Um ente infinito** seria, em sentido absoluto, um ente acrescido daquilo que jamais pode ser integralmente atualizado; sua infinitude apontaria para uma totalidade que nunca se apresenta como realidade acabada.
- **Um ente de fluência contínua**, por outro lado, é um ente cuja realidade é inteiramente efetiva em cada atualização presente e que se acresce somente de propriedades que, quando atualizadas, tornam-se igualmente reais.

A sensação, portanto, é real e inteira enquanto sensação. Ela não é uma realidade incompleta pelo fato de ainda haver sensações futuras. O que existe é a sensação presente; o que vem depois pertence ao seu fluxo, não à sua realidade atual. Sua continuidade não exige que ela contenha antecipadamente aquilo que ainda não existe. Desse modo, a fluência contínua pode ser compreendida como uma propriedade da realidade efetivamente existente em seu processo de atualização. Ela pode ser incessante sem ser infinita. Pode ser eterna enquanto continuidade sem constituir uma totalidade infinita já realizada. A diferença fundamental

está, portanto, entre **infinitude** e **continuidade**: a infinitude pretende designar uma totalidade que jamais pode ser integralmente atualizada, enquanto a continuidade designa o próprio processo pelo qual realidades determinadas sucedem-se e se transformam sem que seja necessário pressupor, em cada uma delas, a existência antecipada de sua totalidade futura.

O Infinito e o Nada: A Dualidade Perspectívica do Ente

Conclui-se, a partir das análises precedentes, que a investigação acerca do nada permanece destituída de um arcabouço conceitual metafisicamente sustentável. Sob as perspectivas até aqui examinadas, o nada figura unicamente como um índice dialético que evidencia a presença, ou como um opressor relacional que a pressupõe e a circunscreve. Escapa-nos, portanto, a apreensão de uma autêntica oposição mútua — um horizonte em que o existente seja, concomitantemente e sob o mesmo aspecto, a própria nulidade, sem que para isso se recorra a um paradoxo insolúvel que faça o nada sucumbir no instante em que lhe é atribuído o estatuto de existência.

Para fins especulativos e práticos, faz-se necessário introduzir uma categoria conceitual ordinariamente alheia às discussões sobre a vacuidade, mas que se revela quase apta a sustentar uma integridade ontológica não colapsável: **o Infinito da determinação**. Sob a luz desse conceito, a nulidade aparentemente passa a coexistir com seu oposto ontológico.

Ao considerarmos a totalidade e o nada como conceitos exatamente iguais, não haverá mais dualidade entre eles. Porém, como unir a existência ao nada de forma que não se excluam mutuamente? Postula-se, pois, que a infinitude da forma do determinado ou a infinitude de um conjunto incontável de determinações em sua completude é ontologicamente indiscernível do nada, haja vista que a ausência de limites impede qualquer mensurabilidade ou predicação restritiva (havendo um número de formas infindáveis ou até mesmo uma forma de propriedades infinitas). O olhar direcionado à totalidade do infinito aparentemente coincide formalmente com o olhar lançado sobre o abismo do nada. Eis aqui uma tentativa metodológica para conceber um nada ontológico, prescindindo da mera suspensão do pensamento ou da recusa em representá-lo.

Ao dissolvermos a oposição binária e excludente e erigirmos uma **duplicidade mútua e simultânea**, a tensão entre a existência e o nada deixa de residir em uma contradição de

substâncias e passa a se configurar como uma **variação de angulação**. Diante da completude irrestrita — a infinitude pura —, o que se descortina ao intelecto é o nada; inversamente, ao aplicarmos um recorte delimitador sobre essa mesma infinitude, emerge a existência determinada.

Porém, esta é uma visão infundada, visto que o olhar sobre a completude infinita não captura o nada, já que o nada não é coisa alguma. E a forma infinitizada deixa de ser forma. Isto é, uma identidade, ao se abrir ao infinito, vaza a sua identidade, de forma que só se sustente ao ser indiferenciada por essência. Isso quer dizer que, se infinitizarmos um número, há o devir do número que o faz perder seu contorno como número, tal como ocorreria ao infinitizarmos a identidade.

Ao se olhar aquilo que não representa coisa alguma, nada se olha. Ao se olhar uma realidade de forma relativa, não se olha nem a forma, pois a forma já não existe para compor o ente determinado.

O Modelo Analógico da Infinitude Espacial e Temporal

Com o fito de conferir inteligibilidade a esta tese, cumpre analisar primeiramente a morfologia conceitual da própria infinitude através de modelos geométricos e temporais.

Consideremos, hipoteticamente, uma régua linear cuja extensão seja fixada em 30 centímetros; seus limites inicial e final são perfeitamente demarcados e cognoscíveis no espaço. Se, todavia, expandirmos idealmente esse instrumento a uma extensão geométrica infinita, a tentativa de perscrutar o seu término resultará no encontro com o nada. O fim da infinitude é intrinsecamente inalcançável. Conquanto a régua subsista na integridade de sua totalidade irrestrita, suas balizas limítrofes são absolutamente incapturáveis pelo aparato cognitivo. A tentativa de apreender o limite de uma extensão infinita traduz-se metafisicamente na equivalência ao nada, dada a radical impossibilidade de mensuração.

Ao tentarmos acrescentar a infinitude a um ente recortado — isto é, ao dizermos que uma régua de trinta centímetros é infinita —, estamos diante de um antagonismo, pois o que tem trinta centímetros não pode ser infinito, uma vez que sua medida é angulada. Portanto, ou o ente está angulado e mensurado ou é infinito; não existe meio-termo. Sendo assim, uma régua

infinita é uma régua não passível de ser visualizada. Consequentemente, aquilo que é considerado infinito necessariamente desapareceria.

O nada, por conseguinte, pode ser rigorosamente definido como a projeção analítica que resulta da tentativa da razão discursiva de predicar ou visualizar a **infinitude do horizonte da forma ou de um número infinito de formas**. Ele deixa de ser uma ausência de ser para se tornar a consequência cognitiva do exceder da forma para além da visão.

Analogamente, se observarmos uma temporalidade cuja duração estende-se infinitamente, a dissolução de marcos cronológicos faz a infinitude temporal sintetizar-se no **Atemporal**. Do mesmo modo, a infinitude do espaço sideral anula a própria localidade, colapsando no **Não-Espacial**. O infinito cronoespacial traduz-se, necessariamente, na suspensão do tempo e do espaço — isto é, em tempo nenhum e em lugar nenhum.

A Expansão ao Horizonte Transcendental

Ao projetarmos o vetor da infinitude sobre o campo integral da determinação, contemplamos o Todo em sua plenitude contínua, perfeitamente isento de clivagens, fraturas ou recortes fenomênicos. Quando este Todo absoluto é mentalizado pela consciência humana, deparamo-nos com uma encruzilhada epistemológica: ou o intelecto realiza um recorte limitador, isolando um fragmento determinado que se configura como existência fenomênica, ou contempla a totalidade indeterminada — que, para a estrutura cognitiva finita, apresenta-se formal e ontologicamente idêntica ao nada.

“A determinação é uma fratura no Infinito. O ser determinado surge quando o intelecto recorta a completude. Sem o recorte, a luz plena do Infinito cega a razão, manifestando-se aparentemente como a vacuidade primordial.”

Temos, portanto, a fundamentação de um **Nada Ontológico** — não como negação privativa da realidade, mas como a própria face do Infinito Absoluto quando apreendido em sua totalidade indivisível. Porém, essa faceta é falsa, uma vez que a definição do nada ontológico está apenas no olhar do angulador da infinitude, isto é, é apenas uma miragem, uma realidade imaginada.

O Angulador, a Emergência dos Fenômenos e o Relativo

A Tentativa do Angulador

Se o nada é pensado como a infinitude, ele é determinado por essa mesma infinitude. A infinitude é imóvel, estável e intocada. Mas ici surge o grande dilema metafísico: **como um infinito imóvel e sem vida pode despertar os fenômenos e dar o ponto de partida na criação?**

Até agora, o ângulo da infinitude parecia uma opção para o nada ontológico. No entanto, para que ele mude de estado e dê origem ao fenômeno, ele precisaria ser autocausado, autoplificado e autopersonalizado. O erro das filosofias tradicionais foi achar que o nada seria nada por si mesmo. No entanto, poderíamos considerar que o nada é um **ângulo de visão** tomado pelo incausado. Isto é, conferimos uma visão ao ser, e esta visão seria a infinitude. O nada só seria "nada" porque representaria a totalidade que *não sofreu nenhum recorte*. Onde não há recorte, a consciência humana enxerga o vazio. Portanto, o nada não é o Absoluto em si, mas a angulação autodeterminada do Absoluto. Isso significa que o nada só existiria em função de um **Observador**, que chamaremos daqui em diante de **Angulador**.

Para o Absoluto, todas as infinitas possibilidades já existiriam implicitamente. Dizer que existe "o nada" em vez de uma possibilidade qualquer já é um ato de determinação, uma escolha de perspectiva. Sem o Angulador, não há ângulo. O nada primordial é, em si, a visão inicial desse Angulador, que observa a totalidade antes de começar a recortá-la. Porém, o nada não pode ser um estado determinado, pois nada é, e não poderia ser enxergado se fosse nada. Dessa forma, a infinitude da determinação, sendo nada, não pode ser uma infinitude determinada.

Porém, ao continuarmos simulando o angulador como argumento convincente, interpretaríamos a propriedade viva que faltava: o **Angulador**. O nada e o Angulador nasceram juntos e são homogêneos. O nada é a totalidade vista pelo angulador, e o angulador é o portador dessa visão. O início de tudo não foi um vácuo que virou matéria, mas o despertar de uma consciência que começou a olhar para a infinitude de formas ou para a infinitude da forma.

Ao contemplarmos a dimensão em sua infinitude, deparamo-nos com a ausência de dimensão, pois uma dimensão infinita é imensurável e não predicável à consciência; é inconcebível, visto que não se enxerga o começo nem o fim, tampouco se tem o "dentro" ou o "fora". Ao contemplarmos a infinitude do tempo, temos a atemporalidade; da mesma forma, se contemplamos a infinitude da determinação, temos o nada — não a atemporalidade ou a não-espacialidade, mas o próprio nada.

O nada, portanto, seria o produto do observador, e não de si mesmo. Existe a partir de um ponto de vista angular, como resultado de uma falsa determinação, um falso recorte na totalidade que, na verdade, não pode ser recortada, pois é infinita; e existe não como uma necessidade ontológica. É capturado e tenta determinar-se por aquilo que observa, e não por uma necessidade absoluta. A própria infinitude, por si mesma, deveria sobressair em cada infinitude de forma, ou em cada parte da extensão da forma de atributos infinitos. A determinação A sobressai como A, manifestando-se por si mesma, enquanto B faz o mesmo. Temos, portanto, as determinações ou o espaço de uma determinação infinita competindo pela sobressalência em um ângulo de uma forma ou do correspondente ao ângulo de uma forma. A escolha da infinitude envolve uma determinação de sobressalência, de angulação.

Portanto, a sobressalência sobre a visão de fragmentos infinitos de formas precisa ser definida pelo observador, pois não possui definição ao ser delineada apenas pela totalidade infinita. Se a existência da forma A competisse em sobressalência com a existência da forma B, coexistindo ambas ao mesmo tempo para a infinitude, não teríamos a infinitude. Nem a forma A, nem a forma B. Pois as formas A e B, apresentadas ao mesmo tempo, não são nem A e B, nem A ou B. Isto é, não são uma infinitude e nem um recorte.

Ao considerarmos A retrocedendo em forma infinitamente e B avançando em forma infinitamente, de modo que haja (...A, B...), temos, então, a sobressalência de forma alguma, ao passo que também não temos a infinitude apresentada, considerando uma ou mais determinações para o absoluto. Ao misturarmos todas as determinações em um caldeirão conceitual, não teríamos nem a infinitude, nem sequer um recorte de forma. Caso jogássemos infinitos números em um caldeirão, o infinito não permitiria a existência de números individuais: ao retirar algo com uma concha, não haveria número algum. Porém, ao colocarmos números finitos, haveria exatamente a quantidade de números inseridos.

Isso deve ser entendido de tal modo que o caldeirão fosse o absoluto, que sempre evidencia uma forma, um grupo de formas delimitado. Porém, ao inserirmos o disforme em decorrência do excesso de forma, não se apresenta forma alguma, ao passo que também não se apresenta uma forma determinada, sem um sentido para tal.

- *Ex: Ao se jogar infinitas formas num caldeirão, não haveria sopa alguma; porém, ao retirarmos uma colher de sopa, haveria uma ou mais letrinhas. Dessa forma, tudo é totalmente dependente de quem retira as formas. Tem-se, então, a relativização da determinação que não é um nada ontológico, mas é mais uma ilusão do nada ontológico, desta vez colocada sob um referencial que é a colher e o indivíduo que a usa.*

Sem o observador não haveria o recorte, seja sob a forma, seja sob a falsa infinitude ontológica, pois esta não consiste em uma ou mais determinações isoladas, mas sim em um referencial. Sem o observador, temos apenas as determinações isoladas, isto é, não temos o nada ótico. A infinitude só é o nada ao se adotar o referencial de sua totalidade; contudo, sem esse referencial, o que há é a totalidade imensurável. Ainda assim, até mesmo para que exista a totalidade mensurável, exige-se o referencial, considerando-se todas as opções sobrepostas ao absoluto e lançadas sobre ele.

Havendo uma dualidade entre a totalidade infinita de formas e a necessidade da angulação de uma ou mais formas determinadas, faz-se necessária uma angulação, um referencial obrigatório. Dessa forma, havendo uma angulação para a infinitude, não teríamos o "nada com vida", mas sim uma "vida no nada", considerando que o nada faz com que essa vida se isole dele mesmo. Isto é, somente o angulador, no sentido lógico, deveria existir, e não o nada focalizado.

Agora, resta-nos investigar acerca do observador: aquele que seria a parte fundamental do nada advindo da angulação, mas que exerce a ação da inatividade ou da estabilidade do olhar angulador a fim de estabelecer o próprio nada. Poderíamos, por uma via inversa, tentar formalizar o nada através do mecanismo da relativização, isto é, sem o angulador. Desse modo, tendo a totalidade — isto é, uma gama infinita de determinações —, não consideraríamos nenhuma delas isoladamente, embora considerássemos todas ao mesmo tempo. Testaremos se realmente se pode chegar ao nada através da relativização,

dispensando, assim, a ação do angulador e produzindo o nada ontológico apenas pela perda de referência entre as determinações.

Ao negarmos toda determinação pela liquidificação de todas as determinações em um substrato único, não obteríamos o nada, mas sim uma existência relativa. Pois a perda da referencialidade não envolve a perda do subsistir, mas sim a relativização da forma. Se não há A, B, nem A e B, temos, portanto, X, que seria o relativo. Temos que, pela perda da referencialidade, teríamos uma ontologia relativizada, que não é determinada e nem o ser. Portanto, não obteríamos o nada de forma justificada, e sim uma ontologia falsa. O nada, dessa forma, seria exclusividade do angulador. E o angulador deveria ser vivo, no sentido de vivenciar, experimentar ou visualizar a totalidade; enfim, envolve a consciência do observador sobre a totalidade.

O nada, portanto, seria produto exclusivo da angulação. E, havendo a angulação como ato, temos um determinador para ela: um determinador que não se funde ao nada, pois o nada nada é. Trata-se de um angulador que sobressai ao nada pelo ato da observação. O nada é nada e seria autoexplicável do ponto de vista causal. Não importa se isso acarretasse uma grande complexidade ou fatores relacionais: se o nada é concebido dessa forma — através do angulador —, assim o é, dispensando maiores explicações. Pois o nada se autoexplica e, se o nada se autoexplica, a complexidade a ele inerente também está explicada por si mesma.

Se o angulador é necessário para que exista o nada, e se a existência do nada está associada a ele, não é necessária uma explicação para o angulador nem para tudo o que dele emana. Portanto, o nada existe de forma que, para isso, é indispensável a participação do referenciador. No entanto, como a existência do nada continua ilógica, o angulador não se justificaria por ele. A existência do angulador não é imediatamente inferível em função de sua necessidade, isto é: o angulador é necessário, logo, existe para que haja nada. E, se o nada existe, o angulador existe. Porém, o nada angulado não existe.

Essa proposição é desfalcada por não explicar a natureza do angulador e como o angulador emerge naturalmente de forma indiferenciada e pura para o absoluto. Porém, concluímos erroneamente que o nada é um ângulo, uma perspectiva. O nada angulado exige uma bidimensionalidade em seu antro. Por si mesmo, não atinge a própria natureza, pois é lateral a uma perspectiva. É necessário achar seu outro lado, o angulador.

Se o angulador nada visualizasse, não teríamos o nada, teríamos o relativo. Porém, a partir do momento em que há o visualizador, a simples presença dele já subentende uma visualização, e não uma inatividade. A inatividade em nível de consciência é uma escolha; porém, para a inatividade não haveria ação primordial. Para o simples estado de ser, não haveria ação prévia.

Portanto, a atividade de visualização se torna injustificada, não absoluta, pois necessita de um visualizador, de um intervalo entre o olho que vê e a decisão da visão. Porém, essa escolha não deveria ser programada; deveria ser dada como tal, como um existir ainda sem ação para o relativo, pois o nada não exigiu nenhum movimento. O nada se instauraria sem a focalização, sem uma ação para a escolha. Quando as alternativas começam a saltar em relativo de forma a nenhuma ser sobreposta por outra, a visualização desse movimento é a infinitude da determinação. Sem a visualização, o relativo não saberia se deveria ser infinitude ou recorte, nada definiria o relativo.

Poderia surgir o seguinte argumento: se o relativo é infinito em si, por que necessita de um recorte em sua totalidade? A resposta é que o relativo não designa algo, é um conceito ilógico. O relativo não é nem a si mesmo, pois nem mesmo é nada. O nada lhe seria extraído como uma forma determinada e angulada.

Para um relativo absoluto, na verdade, há determinação; o relativo é simplesmente a ausência de qualquer forma, até a forma de uma totalidade. O relativo tem dois ângulos possíveis: sua forma crua, isto é, sem recortes, e sua forma recortada. O relativo absoluto, portanto, não é um conceito que existe por si mesmo; o relativo desaparece, pois não é forma de nada, nem de si mesmo, colapsa, e não se pode chamá-lo nem mesmo de nada. O nada seria um ângulo de visão; sem ser visto, o relativo não é nem mesmo o nada. Imagine um observador que não olha nem a totalidade e nem olha o nada. Isso faria mais sentido, pois dispensaria uma ação prévia para que o absoluto se instaurasse como nada. Se o nada angulado fosse obtido somente pela presença do angulador, isso faria melhor sentido.

O nada seria obtido somente pela presença do angulador. Ao chamarmos o relativo de nada, estamos designando uma angulação, e não o relativo. É a única angulação que poderia surtir sem explicação, mas não deixa de ser uma angulação, pois do relativo não há somente a totalidade, há uma homogeneidade de recortes que podem ser visualizados tanto quanto a

totalidade. Portanto, o visualizador existe ainda que o nada se dê sem propriedades, porém não se dá sem a angulação. O nada é um ângulo de visão e não a totalidade do relativo. O relativo se define por incontáveis formas, e a visão total é somente um contexto, uma forma de conceber tais formas que não é dada por recorte, e sim pela totalidade.

Sem a visão do angulador, o relativo não seria nada e nem o recorte, não haveria o autor do processo decisório. Simplesmente seria relativo. Pois só é totalidade segundo o observador. O fato de que o nada deveria necessariamente existir não faz com que se dispense o observador da totalidade, tal como dizer que uma montanha deveria estar à nossa frente não dispensa o fato de que deveríamos enxergá-la ao olhar para ela. Portanto, a totalidade é um ângulo no relativo, e não simplesmente a totalidade. O ângulo da totalidade não explora totalmente o relativo, por isso é necessariamente um ângulo. Ao tirarmos o ângulo da totalidade, o relativo deveria mostrar a totalidade e seus recortes ao mesmo tempo, tudo saltaria. Portanto, não seria algo, nem mesmo o nada: seria o relativo.

O relativo é um erro lógico; é o mesmo que falar sobre algo, porém esse algo não indica nada e nem tem nome. Portanto, é o mesmo que não falar sobre nada. O relativo não indica uma realidade, é a expressão de que poderia haver uma realidade segundo uma escolha em nível metafísico. Quando definimos o relativo sobre a totalidade, definimos um ângulo sobre a totalidade, é uma definição do que estamos falando: sobre um olhar sobre a totalidade, não mais sobre a completa inexistência. A presença do angulador traz contornos, traz uma determinação para a totalidade sob o foco de um olhar. Já não é nada, é um horizonte de ação. Porém, essa hipótese é ilógica, pois o nada torna-se um elemento imaginado para um angulador que não é inferido do absoluto de forma alguma.

A infinitude da totalidade determinada tem as mesmas propriedades que o nada. Porém, isso não quer dizer que a existência esteja completamente nos olhos do observador e que se trate de uma existência imaginada, sem teor de verdade em si e para si, porém somente real para o angulador. O que se dispõe é uma existência em consonância com o visualizador. Uma existência que é real ao passo que obedece ao angulador, uma existência que carrega a vivacidade consigo, pois não é uma existência pronta, é uma existência ordenada. Que existe segundo um comando, uma mentalização. Portanto, é uma existência vívida.

O nada, portanto, é o pico da determinação, é a possibilidade vista pelo ângulo de sua totalidade. E não somente vista, mas vivida em sua totalidade. Ao escolher a vida na infinitude da forma, se teria também na ausência da determinação, isto é, de qualquer escolha para a forma. Tal como, ao se escolher viver em um tempo infinito, se tem a ausência concreta do tempo, um estado literalmente atemporal. Pois o que concretamente não possui medição não é tangível. A infinitude tem um nada imaginado para o visualizador, mas não tem um nada em si que seja concreto e ontológico. Ao se segurar uma infinitude, se segura algo que não tem dimensões. Nada se segura. Ao se viver um tempo inteiramente infinito, se vive tempo algum. Portanto, o nada é a infinitude da determinação.

Para que a hipótese do angulador começasse a fazer sentido, o angulador não deveria necessitar da ação da angulação, e o nada não deveria ser chamado de relativo. O angulador deveria não necessitar de uma ação, a não ser simplesmente ser ele mesmo, e o nada não deveria existir, havendo somente a autoposição do angulador. Para isso, deveríamos explorar o angulador por outras vias que não designem mais o nada angulado. Cairíamos novamente na necessidade de inferir o ser. Precisamos investigar a estrutura interna do Absoluto: **Ele possui liberdade? Sua angulação é proposital? Ele é um fundamento vivo?**

1. A Justificativa Lógica para o Fundamento Vivo (Vitalidade)

Se o Absoluto fosse um mecanismo puramente estático ou uma lei matemática cega, ele estaria preso à sua própria imobilidade eterna. Uma lei mecânica não pode decidir mudar o seu próprio comportamento. O fato de existirem fenômenos dinâmicos (tempo, movimento, vida e consciência no universo) prova que a causa que os originou não pode ser inferior ao efeito. O Angulador é um fundamento vivo porque a inteligibilidade e o dinamismo do cosmos só podem emergir de uma fonte que já possua, em si mesma, o princípio da vida e da percepção.

2. A Justificativa para a Liberdade Absoluta

O Angulador opera no marco zero da realidade, onde não existe nenhuma lei anterior, nenhuma matéria preexistente e nenhuma força externa para coagi-lo.

- A liberdade do Angulador seria uma necessidade lógica. Ele possui a capacidade de escolher entre manter a totalidade em repouso (o ângulo do nada) ou realizar recortes específicos (o ângulo dos fenômenos). A transição do nada para algo é um ato de pura liberdade.

3. A Justificativa para a Proposicionalidade (Intencionalidade)

Toda angulação é, por definição, uma escolha de foco. Ao recortar a totalidade infinita e fazer emergir leis físicas coerentes, geometrias precisas e estruturas ordenadas, o Angulador demonstra que sua ação não é caótica ou aleatória. O acaso é a ausência de ordem; a criação é o excesso de ordem. Portanto, a passagem da totalidade imóvel para a criação fragmentada obedece a um propósito: o de manifestar as potências ocultas do Absoluto em uma narrativa temporal. A criação é um ato intencional de autorrevelação.

Síntese do Mecanismo do Start

A arquitetura do início da realidade resolve-se através de uma simetria perfeita entre consciência e possibilidade:

[TOTALIDADE INFINITA]

?

?

????????????????

? O ANGULADOR ? ???? (Olhar sem recorte = "O Nada Primordial")

????????????????

?

??? [Ato Livre e Proposital]

?

?

????????????????

? O RECORTE ? ???? (Emergência dos Fenômenos)

????????????????

O "Start" da criação ocorre quando o Angulador, por um ato livre de sua vontade, decide mover o seu foco: ele deixa de contemplar a totalidade indivisível (o nada) e passa a exercer recortes voluntários sobre o infinito, inaugurando o espaço, o tempo e a multiplicidade dos entes.

A Vitalidade do Angulador

Perante a afirmação de que o início de tudo decorre de um ato livre, impõe-se uma questão crucial: **se o mundo fenomênico ainda não existia, como podemos afirmar que o Angulador possui liberdade, consciência ou vida, e não que ele seja apenas um processo mecânico, sem vida e necessário?**

Para avançarmos nesta investigação, precisamos refinar o conceito de Angulador. O Angulador não é uma divisória ou uma engrenagem dentro do próprio nada. Ele é a própria capacidade de ter uma visão ou uma experiência — seja da totalidade ideal, seja de um fragmento determinado. O Angulador é o ponto que estabelece a realidade a partir de uma referência.

Isso significa que a visão sobre o nada é uma propriedade **daquele que apreende**, e não de uma ferramenta externa, como se houvesse uma lente gigante posicionada sobre o vazio. O Angulador é a instância que toma a realidade como ponto de partida através de um referencial particular; ele mentaliza e assume a propriedade do campo de experiência que se descortina diante de si. O ângulo, afinal, não pode residir no objeto observado (o nada), mas sim no ato de olhar para ele.

A única forma de o nada ter existido como o estado primordial da realidade é a presença prévia do Angulador nessa totalidade. O Angulador, portanto, **emerge antes de qualquer mundo fenomênico**. E ele é intrinsecamente vivo. Sua vitalidade não é deduzida porque o mundo fenomênico existe hoje, mas sim porque a própria ação de angular exige, por definição, o autor da visão. O elemento que gera o ângulo é vivo em si mesmo. Se o Angulador fosse um processo mecânico ou uma lei cega, o Absoluto ficaria perpetuamente travado na contemplação estática da totalidade, incapaz de qualquer movimento. A própria existência do dinamismo prova que o princípio gerador é dotado de uma visão ativa e

intencional.

A justificativa para a ação do Angulador não pode residir em uma necessidade externa, uma vez que o nada deve existir de forma natural e primordial; portanto, o Angulador deve contemplar a totalidade por uma exigência de sua própria natureza. A razão pela qual o Angulador realiza essa contemplação inicial só pode ser encontrada **nele mesmo**. Afinal, no nível primordial, não existe nada exterior, nada anterior e nenhuma razão oculta pela qual o Absoluto deva ser como é, senão em si próprio. Assim, a causa da contemplação da totalidade habita exclusivamente no imo do Angulador.

Se tentarmos explicar esse ato puramente pela necessidade mecânica — argumentando que o nada exige a contemplação do Angulador para validar sua totalidade —, devemos reconhecer que, embora esse processo seja semanticamente necessário, a razão profunda dessa observação ainda emana do próprio Angulador. O Angulador é, simultaneamente, **necessário e autodeterminante**. Ao mesmo tempo em que sua natureza o impele a contemplar a totalidade, ele é o senhor absoluto desse ato de contemplação. A necessidade não aniquila sua liberdade; pelo contrário, a razão pela qual ele direciona sua visão sobre o todo está inteiramente em si mesmo. A necessidade e a autodeterminação operam aqui como uma unidade indissociável.

Isso significa que, embora tudo comece inevitavelmente pela visão do nada, o Observador retém em si mesmo a razão de ser de sua própria observação. Não há imposição: o ato de olhar é o próprio ser do Angulador em pleno exercício.

Encontramos, portanto, a trindade de propriedades que fundamenta o início de tudo:

1. **A Vitalidade:** O Angulador é o autor vivo da visão.
2. **A Necessidade:** A exigência intrínseca de angular a totalidade em um primeiro momento.
3. **A Autodeterminação:** O motivo da angulação residir exclusivamente em si mesmo.

No nível do Absoluto, essas propriedades equivalem ao que chamamos, na filosofia tradicional, de **Incontingência** (existência necessária), **Consciência** (o fundamento vivo que percebe) e **Liberdade** (a capacidade de ser a causa de si mesmo). O Angulador não é uma engrenagem escrava de um processo; ele é a própria Consciência Livre que, ao contemplar o

Todo, sustenta o nada e prepara o espaço para o despertar da existência.

A Evocação do Angulador para a Completude

Sendo o nada, agora, existente em função da observação, ele é sustentado pela visão, isto é, mantém-se existente enquanto referencial. Ao passo que aquilo que é referenciado se mantém como totalidade em função do observador; caso contrário, se desfaria em uma relativização. O nada, portanto, é uma realidade que exige certa complexidade para sua subsistência. Exige uma dualidade entre existência e observação. O nada se mantém existente para o referencial como existente, ao passo que o referencial se mantém íntegro e completo através do observador.

O nada, portanto, é uma realidade dupla que abandona a si mesma e deixa somente o angulador — somente o agente da observação. Sendo o nada, portanto, uma visão determinada e necessária num primeiro momento, não há razão para considerá-lo imutável, dada a liberdade de angulação do angulador.

A introdução de uma nova camada é necessária ao nada. Ao adicionarmos a autovisão da totalidade sobre si mesma, temos a evocação do angulador. Isto é, ao evocarmos uma propriedade que envolva a tomada de consciência do nada, temos, portanto, uma angulação por um referencial de consciência. E essa propriedade sustenta o nada através do observador.

E devemos tentar evocar as propriedades do observador através da investigação do próprio Absoluto. Devemos agora extrair propriedades necessárias do Absoluto, não mais do angulador que foi definido, mas ainda não explicado, pois o angulador ainda não se explica. E nem mesmo o nada, pois para que haja a completude é preciso que se explique a insurgência do angulador. Já que nossa substância elementar foi esgotada, extraímos do conceito de absoluto as propriedades necessárias que serão agregadas à nossa substância elementar. Isto é, vamos extrair as propriedades necessárias à existência de um absoluto para testarmos se é possível extrair um angulador para a completude. Pois, até agora, inferimos o angulador como hipótese, de uma forma indireta.

E até agora temos somente a completude existente ainda em seu marco zero. É necessário, portanto, extrair uma segunda dimensão do nada para extraírmos seu conceito para o

pensamento. Ao pensar em nada, portanto, faz sentido pensar num ângulo referencial, num angulador. Porém, ainda não o temos. O que nos cabe agora é isolar o conceito de absoluto em suas minúcias para localizar o angulador. Temos, portanto, somente o conceito de Absoluto para explorar, já que o nada se fez insuficiente para explicar a si mesmo de forma isolada. Consideremos, portanto, ainda o conceito de nada sob a perspectiva do nada absoluto. Isto é, consideremos a perspectiva do nada como angulador, de forma a aplicar sobre ele a necessariedade e o que se infere sobre o absoluto para justificarmos o angulador.

Iremos, então, explorar o Absoluto — o que existe realmente sob o nada — e considerar esse nada como o campo de liberdade do Absoluto, do ser, da pureza fundamental. Se investigamos o nada e concluímos que ele carece de uma segunda parte para justificá-lo, agora vamos explorar o absoluto, o ser, para que encontremos de novo o nada, de forma a complementá-lo. Isto é, exploramos o nada, agora exploraremos o angulador que vai de encontro ao nada e o angula para que o nada exista de fato.

Iremos, portanto, justificar o angulador de forma a inferir suas propriedades. E o faremos em busca de aspectos relacionais para o relativo, aspectos relacionais estes que sejam a nossa infinitude. Isto é, procuraremos por propriedades espirituais que emergem no nada por serem absolutas e que, por se darem no contexto do nada, dispensam explicações. Porém, já é possível adiantar que o relativo não pode ser infinitizado, pois nem mesmo pode ser ontológico. Além disso, o angulador não é deduzido de inferência alguma do absoluto; é apenas uma forma de criar o nada imaginado, pelo fato de esse nada não poder ser ontológico.

O Nada e o Relativo

Não havendo, até o momento, um embasamento para o nada, chamá-lo-emos de **relativo**, isto é, o nada enquanto portador de uma pendência referencial. O relativo, portanto, é aquilo que carece de um referenciador, algo cuja determinação somente pode ocorrer por meio de uma relação. Neste estágio da investigação, ele recebe a designação de relativo em razão do desconhecimento do angulador, encontrando-se ainda em um estado de não-atualização.

Dessa forma, o relativo não constitui nem a completude nem o nada em seu sentido definitivo. É um estado de suspensão, uma espera ontológica que somente se atualiza mediante o referencial fornecido pelo angulador. O relativo é o nada enquanto carece de um

referencial; é a completude ainda não atualizada.

O relativo é, portanto, um potencial que depende de um angulador. Trata-se de um potencial de existência ou de não-existência que aguarda uma justificação para seu referencial, justificação esta encontrada no próprio absoluto. O relativo não é o ser, não é uma ontologia indiferenciada. Trata-se de uma realidade cuja segunda dimensão permanece ausente, uma realidade que somente alcança sua completude quando recebe seu referencial. Assim, chamaremos de relativo o vazio ontológico deixado pela ausência do angulador, isto é, a lacuna produzida pela inexistência de qualquer justificação lógica para esse referencial.

O relativo, portanto, é um conceito que de certa forma nos aproxima da visão do que seria um nada ontológico, o qual aconteceria na ausência de qualquer justificação para o angulador. Ele não existe de fato; porém, passa a existir teoricamente ao deduzirmos o angulador. Para produzirmos o nada existente, continuemos com a investigação em busca do angulador. E desta vez investigaremos o indiferenciado como absoluto, examinando quais seriam suas propriedades. Ao introduzirmos o angulador, o relativo torna-se imediatamente algo, seja este algo o nada ou um recorte deste nada em possibilidade.

O relativo pode ser qualquer coisa, pode ser real, desde que haja um angulador, desde que no relativo haja uma propriedade pura, uma ontologia pura, tão pura que sobressaia somente a sua ação, servindo para vivificar o nada e dando-lhe sentido, substância e potencial no ato de sua angulação. Em conclusão, não chegamos a resposta alguma sobre um nada existente. O nada, sem o angulador, portanto, é ilógico e inconcebível. O angulador deve, necessariamente, ser puro e existir. Portanto, resta-nos a investigação sobre o indiferenciado para irmos ao encontro desse angulador. Se no indiferenciado houver um ente angulador, então teremos, portanto, o nada — ou a existência, caso também consigamos inferir a liberdade de ação para o angulador.

Nossa busca, portanto, nos levou à necessidade de buscar no indiferenciado, dada a não obtenção de uma resposta satisfatória que explique até mesmo a realidade mais simples imaginada, que é o nada. Dessa forma, busquemos uma maior complexidade para entendermos a existência do nada. E não há outro conceito em que poderíamos buscar essa complexidade, senão no indiferenciado considerado no âmbito absoluto. Precisamos achar a vida do nada, que se faz vida no nada, ou seja, que se faz absoluta e voluntariamente vida, ainda que necessária. Portanto, precisamos buscar o nada consciente, e essa consciência deve

ser pura, isto é, indiferenciada.

A Substância do Indiferenciado, a Ação do Ser e a Infinitização

A Substância do Indiferenciado

O indiferenciado, longe de ser o existente, está para além da existência convencional. O nada, nada é; e a existência é determinada. Portanto, a categoria do indiferenciado está para além da existência e para além do nada. Isso não significa que ele não existe ou que é nada, mas aborda um aspecto que o exclui de ambas as categorias. Usaremos o termo "Espírito" para exemplificar o não-fenomênico e aquilo que existe de modo distinto do nada. O Espírito, portanto, será inferido através dos aspectos relacionais.

O indiferenciado é Espírito no sentido em que abarca os aspectos relacionais.

Pensar o ser como uma identidade é, portanto, embuti-lo de uma determinação que, paradoxalmente, o anula como indiferenciado. Do mesmo modo, ao pensarmos o ser como uma unicidade ou como algo numerável, estamos novamente construindo uma existência, e não o indiferenciado. Ao considerarmos algo puro, devemos considerar os aspectos relacionais do absoluto. Buscamos, assim, a pureza absoluta: aquilo de que não extrairemos um ente apontável ou uma determinação específica, mas somente a ação do querer sob a ótica absoluta — procuramos o modo pelo qual o absoluto se manifesta, relaciona-se e produz a própria possibilidade do fenomênico.

Procuramos a pureza no absoluto por meio de seus aspectos relacionais. O universo não pode ser puro, mas uma intenção ou uma retidão pode ser pura a ponto de tornar-se quase indetectável. Isto é, procuramos os aspectos relacionais para compreender o que seja realmente o indiferenciado. De qualquer forma que trabalhemos com as coisas contingentes, elas não alcançam o nível de pureza necessário; ao forçarmos qualquer nível de pureza no contingente, ele torna-se uma ontologia completamente não-subsistente. E o limite da nadificação ocorre quando não podemos mais falar sobre a realidade em questão; portanto, ou se destrói totalmente o contingente a ponto de não podermos mais falar sobre ele (por não ser mais referenciável), ou se chega a realidades inconsistentes, como as que estamos

investigando agora.

O relativo existe de forma inalcançável do ponto de vista determinístico, pois nem mesmo pode ser capturado ou nomeado como existente. Ao nomeá-lo como "existente" ou como "nada", estamos, de fato, determinando-o. Ao atribuirmos existência ao indiferenciado, estamos tornando-o equivalente ao nada.

Portanto, temos que desprover o indiferenciado de qualquer identidade, até mesmo de si mesmo. Trata-se de uma existência que não é nem o nada, nem o existente. Não carrega a pureza ontológica necessária para ser algo, e tampouco é nada, pois o nada não é ontológico e não pode ser referenciado. A identidade do ser é o seu próprio existir, e esse existir não se relaciona à existência determinada ou ao nada; é um existir que é inferido de forma relacional, incapturável pela determinação, mas existente. Isso quer dizer que o ser se faz sem o nada, sem existência como "A" ou "B", e sua melhor definição é relacional: é presença, é vida sem recorrer à nadificação ou à existência tradicional (angulada).

O indiferenciado, portanto, não é o existir angular da infinitude da possibilidade, mas está além da categoria da existência projetada. O indiferenciado só pode ser aplicado para além do contingente, pois não representa o criado do nada ou o angulado do nada. Ao aplicarmos a indiferenciação a entes contingentes, eles se tornam homogêneos ao indiferente. Tornar-se-iam parte do fundo existente comum.

O relativo angulado possui uma identidade; é uma existência possível em detrimento de outras possíveis, é um olhar da totalidade em detrimento de outros olhares. Porém, o nada não possui identidade nenhuma. Existir sem diferença, sem numerabilidade, sem unicidade ou singularidade é próprio da pureza absoluta, que só existe em sua ação de ser, em seu aspecto relacional; em outras palavras, em um Espírito indiferenciado para si mesmo, ao qual nem mesmo se classifica como um Espírito dotado de identidade, mas como o próprio Espírito do ser. O Espírito cuja identidade é tão pura que se faz o seu próprio existir, o seu próprio ato de autoquerer. Isto é, o Espírito indiferenciado é o próprio ato de existir; ele não se chama "o ato", mas é o próprio em si. Portanto, a palavra "ser" não é o nome do indiferenciado, mas a sua forma de existência. Ele é, e sua identidade é o seu próprio ato de existir. Ele é, portanto, o verbo, e não o substantivo.

O ser não é a identidade do Espírito, mas é o fato de que esse Espírito habita sem identidade. A identidade não é a própria essência no sentido de ser uma unicidade, mas a identidade é a própria essência no sentido de não existir como identidade, de modo que o ser não se apropria de si mesmo e se nomeia como "ser", mas simplesmente "é" em doação total de si. Portanto, adiante, o foco de nossa investigação explanará como uma realidade (Espírito indiferenciado) pode emergir sem ser existente, de forma que seja detectada somente a sua ação de ser, somente o seu aspecto relacional. Faremos isso buscando aspectos relacionais no absoluto, e não entes específicos em sua estrutura.

O próprio conceito de nada ontológico, sob a ótica do referencial ou sob uma ótica relacional, já subentenderia a necessidade do indiferenciado, ou do Espírito. Pois haveria o agente da angulação, seja ele uma ação ou uma determinação, no sentido de manifestação fenomênica. Dessa forma, estamos buscando não uma substância, mas o ato que é definido em essência por si mesmo. Não é o Espírito "A" ou "B", mas é o Espírito do existir. É quem existe, é o ser.

Aspectos como a autocausalidade podem nos levar a propriedades relacionais. Se há autocausalidade, infere-se uma ação em prol do existir: a ação do existente é existir, e o existente se nomeia por sua ação. Se existir é benéfico, o existente se nomeia por uma linguagem relacional, tal como o amor, a benevolência e a retidão em favor da vida. E o ser é a própria benevolência; ele não a "tem", ele a "é". Buscaremos, portanto, os aspectos relacionais para o absoluto, a fim de definir o ser.

A Ação do Ser no Relativo

Se o nada é "nada" pela angulação da visão, então o ser não cria do nada; cria a partir de sua liberdade de visão. Essa liberdade é a mesma que gera o nada e a mesma que cria do nada. Se o nada é relativo e, portanto, depende do referencial, isso faz com que o angulador não necessite de uma substância fora de si, mas que crie por ato de sua liberdade. Para o angulador, o nada pode ser pensado como nada e imaginado como nada. Dessa forma, a liberdade do ser seria executada em sua visualização, considerando que ele tivesse capacidades visuais e imaginativas. Tratar-se-á, portanto, de uma realidade que se situa como o imaginário e que se faz real de forma imaginada; essa realidade estaria, assim, no próprio visualizador e não existiria para si mesma de fato, mas para o visualizador.

Não sendo o nada, o relativo existe se for mentalizado. Se não for mentalizado, haverá o relativo aguardando a definição do ser, ou a ação do ser. Isto é, a criação do nada seria um movimento de ação do ser, e não um movimento de locomoção do nada para algo. Porém, sem ser mentalizado, o relativo não é nada; portanto, não haveria nem mesmo relativo para ser definido como nada ao ser angulado.

Se ao olharmos para o nada, nada existe, não estamos olhando para o nada, mas para a mentalização ou para o que se deseja evocar do nada. Isso significa que não há uma conversão do nada em algo, mas apenas uma ação de liberdade. E isso significa que o ser age livremente sem que tenha transformado uma substância em algo. Pois o mentalizar o nada faz-se pelo próprio ato de não mentalizar. O repouso do Espírito e a sua inação já justificam o nada por si mesmo. Portanto, o nada não exige esforço; caso exigisse uma ação do angulador, não seria nada, mas o efeito causal de uma ação. O nada é, assim, equivalente ao estado de repouso ou à inação do Espírito.

A própria existência do Espírito, ainda que sem ação, já subentende o angulador do relativo. Por isso, não há o processo de "visualizar o nada que nada é", mas há o processo de liberdade. O nada é a própria inatividade do Espírito, é o produto da inação. O Espírito, somente por existir, já sacia o relativo e constrói o nada. O nada, portanto, é o ato da liberdade, e a liberdade expressa-se em forma de inação. O repousar do Espírito, ou o seu simples existir, subentende um referencial, ainda que sem ação. A inatividade também é uma expressão da liberdade, e ele se faz inativo consciente dessa ação.

Exemplo dogmático: Se os olhos do ser estão fechados, o produto dessa inação é o nada. Porém, quando se abrem, o produto é o todo. O ser, portanto, não é o relativo, mas sua ação age sobre a relatividade de forma a construir o nada ou o ente. A sua imagem é tão altíssima para a razão que dela só enxergamos a ação do nada (que pode ser pensado porque é determinado e angulado) e, do ser, enxergamos (com a visão humana que pensa em coisas determinadas) os aspectos relacionais, que é o amor. O amor sob o nada, o amor que subsiste e mantém seu referencial de forma a existir soberano para o absoluto; e de forma que transcende todas as coisas, exceto aquelas que também possuem o amor. Por isso, o ser está em quem ama, e quem ama está n'Ele.

A Infinitude do Indiferenciado

Não digo que a infinitude do Espírito seja igual a nada, pois o Espírito não tem a mesma infinitude do fenômeno, a qual desaparece e é idêntica ao nada (pois não pode mais ser referida e torna-se um conceito ilógico, tal como o relativo). A infinitude do Espírito não sucumbe à nadificação, pois é de aspecto relacional, e não fenomênico. Por exemplo, ao citarmos um "amor infinito", ele não sucumbe, mas se realiza justamente por ser relacional. O indiferenciado já não é identificado como determinação; por isso, não pode ser levado a um nível infinito de determinações. Não há como multiplicá-lo rumo a uma infinitude. Ele é infinito no sentido relacional de intensidade, constância, retidão, etc. O amor não possui uma dimensão para que seja enquadrado e nomeado por ela. O amor não possui fronteiras; é puro.

O nada se qualifica pela infinitização da possibilidade. Por exemplo, quando consideramos uma "régua infinita", essa régua perde seus contornos e dimensões e, nesse sentido, torna-se nada. A infinitização do ente determinado o anula. O nada, portanto, é um estado de angulação da totalidade, no qual o angulador (Espírito) concebe a totalidade sem recortes. O nada é, assim, a infinitude da possibilidade. Porém, sem o angulador que define o recorte ou a totalidade, o nada é apenas o "relativo": já não é propriamente nada, mas algo que carece de um referenciador, de um angulador. No entanto, já se faz possível entender que essa possibilidade não é viável; a autoposição do Espírito como existente já dispensaria o pronunciamento sobre qualquer outra coisa. Portanto, o verdadeiro nada é bien referenciado quando nem mesmo nos pronunciamos sobre ele.

Ao considerarmos, por outro lado, a não-possibilidade do nada ontológico — isto é, para o absoluto não há o nada, há o absoluto ainda sem inferência, sem a possibilidade de ser determinado ou de ser um nada absoluto —, o que poderíamos extrair desse estado (onde não haveria nada a se considerar) é somente o seu aspecto relacional. Este "não haver" de qualquer possibilidade inferível torna-se relacional e autocausado. A sua permanência como absoluto necessita de um sentido; e, ainda que esse sentido seja a própria obrigatoriedade de "ser", ele só pode encontrar fundamento no próprio Absoluto. Não há uma natureza exterior pela qual o Absoluto deva ser, senão n'Ele mesmo.

Ainda que o Absoluto deva "Existir", essa obrigatoriedade é imposta por ele mesmo. Portanto, não se trata de uma autodeterminação mecânica, mas de uma autodeterminação no

sentido da retidão de intenção ou da incorruptibilidade. Dessa forma, o nada, quando Absoluto, confere um ângulo a si mesmo que o justificaria. Porém, considerando que o nada angulado não existe, somente o aspecto relacional do nada impera, que é o Espírito. Por sua vez, o Espírito pode alcançar a infinitização sem se anular, pois é relacional. Um amor pode ser infinito, por exemplo, sem perder sua identidade; já uma realidade dimensional, ao ganhar infinitude, perde seus contornos perante um observador.

Quando adentramos os aspectos relacionais do Absoluto e de sua necessidade autocausal, descobrimos três níveis de liberdade e, conseqüentemente, três pessoas distintas. Estabelecida a intencionalidade fundamental do Absoluto — seu direcionamento irrevogável à plenitude e à vida —, podemos agora investigar como essa intencionalidade se desdobra em modos distintos de ação. O Espírito atua, portanto, em três dimensões ontológicas complementares:

1. Autocausalidade Vertical — Espírito Fundamentador

- **Definição:** qualidade do ente de agir incorruptivelmente, isto é, em prol de sua própria existência e do sistema que o sustenta.
- **Características para o Absoluto:**
 - **Incorruptibilidade:** o Absoluto é necessariamente direcionado à sua própria existência e plenitude.
 - **Fundamentação:** o Espírito atua como princípio de sustentação ontológica, isto é, como autofundamentação.
- **Princípio:** "Eu Existo." (Trata-se da pura afirmação ontológica do Absoluto).

2. Autocausalidade Diagonal — Espírito Plenificador

- **Definição:** qualidade do ente de agir segundo escolhas que se fundamentam necessariamente em direção à sua própria existência e plenitude.
- **Características para o Absoluto:**
 - **Despersonalização metafísica:** o Absoluto se constrói sem tendências vinculadas a uma persona específica, de modo que suas escolhas são fundamentadas em uma retidão direcionada à própria existência e plenitude. A personalidade do agente ativo é definida pela própria retidão e plenitude de suas ações.

- **Autodeterminação essencial:** o Espírito age como princípio determinista, ou seja, como autodeterminação de forma despersonalizada e necessariamente direcionada à plenitude do ente já fundamentado.
- *Exemplo:* o Espírito incorruptível não possui aspectos pessoais definidos de maneira particular; seus dons e tendências são relativos à plenitude.
- **Princípio:** "Escolho o que me realiza como Absoluto."

3. Autodeterminação Horizontal — Espírito Personalizador

- **Definição:** qualidade do ente de determinar-se na total amplitude de sua estrutura pessoal.
- **Características para o Absoluto:**
 - **Personalização:** manifesta-se em direção à plenitude segundo os acidentes de uma personalidade (Alma).
 - **Liberdade direcionada:** a decisão do Absoluto é tomada segundo uma persona (Alma), independentemente de essa persona se direcionar de maneira perfeita à sua plenitude e existência ou de agir passionadamente em determinada circunstância, segundo a perspectiva de seus aspectos individuais.
- *Exemplo:* pode não ser o momento de ser poético, mas, como isso é um aspecto da personalidade, pode ser realizado pela Alma do Absoluto.
- **Princípio:** "Entre caminhos equivalentes rumo à plenitude, sigo o que expressa a minha identidade."

Assim, a distinção entre essas três dimensões não seria uma simples divisão de atributos, mas uma distinção nos próprios modos pelos quais o Espírito se relaciona consigo mesmo: primeiro como fundamento da existência, depois como orientação necessária à plenitude e, por fim, como autodeterminação pessoal. Não por ser autodeterminado, mas por expressar-se em sua liberdade de forma totalmente livre, independente de escolhas semelhantes voltadas para a plenitude — isto é, para o existir em plenitude e totalidade, sem reservas de si, esboçando-se em totalidade e sem meios-termos.

O Espírito da plenitude participa tanto da autofundamentação quanto da personalização, pois ambas as dimensões estão orientadas, em última instância, para o existir. A fundamentação

não é, portanto, desprovida de liberdade, assim como a personalização não é uma liberdade desvinculada da necessidade de existir. Ambas constituem modos distintos de uma mesma autodeterminação orientada à existência. Imaginar o ser como uma realidade ontológica falsa (que chamaremos de nada) ajuda a visualizá-lo como um ente, de forma que consigamos retirar-lhe o aspecto relacional. Isto é, ao imaginarmos o ser como "nada absoluto", temos uma realidade aparentemente determinada e pura para exercer a autocausalidade; depois, basta que extraíamos essa realidade ilógica, e ficamos somente com a pura substância do ser.

A visão do amor: um homem sem olhos, sem rosto, com uma mão no coração segurando uma enorme luz. Seus olhos são totalmente transparentes, reluzindo somente o amor, sem um "eu", mas o amor sendo o próprio "eu". O amor com olhos e sem olhos. O amor com rosto e sem rosto. Só o amor. Uma mistura de assombro e encanto. De extrema paz e temor.

A Infinitização do Relativo

A infinitização da possibilidade — ou, mais exatamente, da forma, ou da determinação — dá-se como o nada angulado. Isso ocorre porque a existência da forma depende de sua essência. Não pode haver uma forma infinita; a angulação dessa infinitização é, portanto, o nada. Ao enxergar o relativo, temos a visão da infinitização da forma, do colapso da forma numa existência nula.

O nada é uma existência que não se sustenta em forma; isto é, não se visualiza mais A, B ou C. Na infinitização da forma, visualiza-se a nulidade ou o recorte, e não se vê a forma infinitizada de maneira exposta, mas sim a infinitude da forma colapsada. Portanto, através da angulação da totalidade, não se vê o conteúdo do nada (que é a forma infinitizada), mas vê-se apenas o colapso. Ao passo que, para uma realidade indiferenciada, ver-se-ia a extensão infinita.

Isso quer dizer que o relativo, por si só, não teria uma emergência (nem de sua totalidade, nem de um recorte). Pois ele não pode ser infinitizado para ser singular; é dependente de uma angulação. Isto é, podemos afirmar que a totalidade da forma não tem a sua emergência manifesta: ela depende de um referencial. O relativo não pode se apresentar como "...A, B,

C...", mas apresenta-se apenas como "A, B, C" ou apresenta-se como seu colapso. Não pode apresentar-se com o seu devir.

Não pode ser manifesto em sua totalidade pois necessita de escolha em sua interioridade. O "A" derruba a forma "B", que derruba a forma "C"; portanto, a determinação, ao pedir exclusividade, dá lugar para coisa alguma. A luta pela permanência do recorte dá lugar a recorte nenhum. Isto é, a partir do momento em que não se determina, faz-se um palco onde podem atuar vários atores; não havendo alguém para decidir qual atuará, o palco colapsa e torna-se a anulação. Portanto, o nada é o olhar sobre essa anulação.

Esta é a maneira mais clara de referenciar um "nada existente", isto é, um nada que é algo por ser a anulação da totalidade, e não a própria ausência de si mesmo. Este nada, supostamente, poderia ser pensado, pois guarda em si a sua contraparte e, aparentemente, é potencial. Porém, ele nada mais é do que uma tentativa falha de reduzir uma realidade determinada a um estado de pureza que ela mesma não pode atingir; afinal, ela não pode abandonar a sua determinação sem deixar de se definir como realidade determinada. Imediatamente, se deixasse de ser determinada, seria o próprio ser. Ou seja, quando fazemos uma realidade determinada desabar sobre si mesma (e ela não pode mais ser pensada pois torna-se equivalente a coisa alguma), ou a confundimos com o ser (querendo fazer com que o ser seja produto da purificação do contingente, e não o causador do contingente).

O nada, portanto, é um estado de angulação da totalidade, no qual o angulador (Espírito) concebe a totalidade sem recortes. O nada é, assim, a infinitude da possibilidade. Porém, sem o angulador que define o recorte ou a totalidade, o nada é apenas o "relativo": já não é propriamente nada, mas algo que carece de um referenciador, de um angulador. Para encontrar este angulador, basta que investiguemos o absoluto (o incausado), sem considerar nenhum nada ontológico e nenhuma existência determinada para ele. Ao fazê-lo, surgem novas propriedades para o absoluto.

Ao imaginarmos o nada para o absoluto de forma que não possamos pensar nesse nada, mas somente no absoluto, temos unicamente o remanescente do aspecto relacional: o absoluto é apenas autocausado, ele só possui o aspecto relacional. Ao considerarmos o "Absoluto" sem que o nada o seja, o absoluto torna-se relacional, autocausado. Ao imaginarmos o nada para o absoluto — isto é, o não-referenciado, a completa inexistência, ou não nos pronunciarmos

sobre algo que possa dar vazão ao sentido.

Como exemplo, imaginemos que o nada existe para que abordemos de forma mais clara o aspecto relacional do absoluto a partir de uma base determinada (que neutralizaremos depois), e imaginemos que ele é um "nada absoluto". Porém, para que esse nada exista, é necessário um sentido. A sua permanência como nada necessita de um sentido; e, ainda que esse sentido seja a própria obrigatoriedade de "ser", ele só pode encontrar fundamento no próprio Absoluto. Não há uma natureza exterior pela qual o Absoluto deva ser, senão n'Ele mesmo. Ao retirarmos a existência do nada para o absoluto, resta como necessário apenas o sentido, isto é, só o autoquerer. Somente a autodeterminação que se fez "nada absoluto" e não outra coisa. Ainda que o Absoluto deva "Existir", essa obrigatoriedade é imposta por ele mesmo. Portanto, não se trata de uma autodeterminação mecânica, mas de uma autodeterminação no sentido da retidão de intenção ou da incorruptibilidade. Dessa forma, o nada, quando Absoluto, confere um ângulo a si mesmo que o justifica. E, se o nada angulado não existe, somente o aspecto relacional do nada impera, que é o Espírito. Isto é, se o nada absoluto autodeterminou-se "nada absoluto", ele o faz por si mesmo, e não por uma obrigação mecânica. Ao retirarmos o produto autodeterminado, temos apenas a autodeterminação: a autocausalidade.

A autocausalidade, no nível indiferenciado, já não distingue a causa da identidade da causa da existência; a causa é a mesma para ambas as situações, que estão unidas no ser — isto é, na pureza. Portanto, ao retirarmos o nada absoluto que nos ajudou a pensar, sobra somente o absoluto com o aspecto relacional (sem o objeto ao qual ele se relacionaria, que seria o nada). O nada absoluto e autocausal é um nada que causa o seu próprio existir, que é intenção de ser; e, ao eliminarmos o nada, que é uma realidade falsa e determinada, resta-nos somente a intenção de ser. Precisamos imaginar o nada ontológico para conseguirmos imaginar de forma mais clara um aspecto relacional no nada — um nada que, mais tarde, sucumbirá e deixará apenas o puro amor para o Absoluto.

Isto é, a autocausalidade aparece soberana sem ser portada por uma realidade determinada e sem que um ente faça a si mesmo (pois alguém teria que determinar este ente antes que ele existisse). Resta, portanto, só a pureza do amor, que é a consumação de todas as coisas e que pode ser infinito. Quando imaginamos o absoluto como uma realidade determinada que poderá ser neutralizada, podemos analisar o aspecto relacional de forma que a imaginação

capture mais claramente o seu teor. Isto é, o mundo determinado que não resistiu à infinitização (a totalidade colapsada) existe. E existe por si mesmo. Porém, essa existência é um palco, um espaço cristalino onde impera somente o seu aspecto relacional. O nada existe e tem um sentido em si; este sentido não advém do nada, pois o nada, nada é. Este sentido impera sem que haja qualquer poluição ou contraparte, restando apenas o sentido e as possibilidades colapsadas pela infinitude.

Por que os entes não resistem à infinitização? O ente determinado colapsa ao ser infinitizado. Porém, ao deixarmos um fragmento fenomênico, isso ainda não fará sentido, pois até o fragmento sem determinação é uma determinação de fragmento. É algo. Tudo o que é algo é um "algo" ou é formatado conforme a si mesmo. Para que o ente tenha a sua essência fundida à determinação, ele precisa ser completamente puro. Ele necessita que o seu resquício de fundamentação não seja a parte que resta sem determinação, pois a parte da fundamentação sem a sua determinação, na verdade, não existe.

Se "A" é "A", e retiramos o "A", obtemos o "X". Tiramos, portanto, a terminologia, as expressões e a numerabilidade; isto é, infinitizamos "A" e o que temos é "X". Ou seja, coisa alguma.

Ao aplicarmos a causa de "A ser A" e não "B", ou a causa de "A existir A" para o absoluto, temos, portanto, uma razão para "X", que se faz "X" segundo o angulador. Sendo $X = Nada$, temos somente o angulador.

A infinitização dos entes determinados, portanto, encerra-se na perda da determinação. E isso não conserva o ente, mas o colapsa. Portanto, a relativização é a retirada da determinação para os entes causados. É a determinação elevada à sua máxima potência, à sua disformidade. Se existe tudo ao mesmo tempo, isso provoca a competição de formas para se impor: se a forma "A" se mostra "A", mas existe a forma "B" em seu lugar, até haver o "X". Portanto, temos a nadificação, que é a indefinição. É a infinitude de formas que se opõe, resultando na não-forma, ou na forma indefinida (o relativo).

Ao retirarmos a forma de "A", "A" torna-se "X", e "X" são todas as formas possíveis. Sendo todas as formas possíveis, "X" é a infinitização que colapsa. Essa infinitização existe angularmente: ao ser olhada pela totalidade é nada, e ao ser recortada em uma forma, é algo.

O ente, portanto, ao sofrer a perda da identidade, entra numa indefinição, e esta indefinição possibilita que o ente esteja aberto a uma infinidade de formas. E isso o anula. Portanto, qualquer ente que perde o seu contorno é infinitizado e torna-se relativo, pois a sua forma é relativa. Colapsa. A infinitização ocorre em decorrência da forma relativizada; se não há a forma, então o ente tem a forma "X" — todas as formas ao mesmo tempo, e nenhuma forma.

Um objeto que perde os contornos não tem um devir, mas torna-se o próprio devir inexistente. Pois o objeto desaparece e torna-se inteiro o devir. Um objeto de crescimento contínuo pode ser visualizado, mas caso o seu crescimento seja infinito (caso tenha grandezas infinitas), o objeto é desfigurado. Um tamanho infinito é um não-tamanho, uma velocidade infinita é uma não-velocidade, uma densidade infinita é uma não-densidade.

- *Exemplo 1:* Dentro do buraco negro, a matéria já não existe, mas o universo se comporta como se ela existisse. Um objeto infinitamente pequeno é um objeto inexistente. A matéria, ao perder os seus contornos, colapsa. Portanto, o buraco negro teria a memória da matéria que se anulou, de forma até mesmo a ejetar essa matéria anulada (se assim se comportasse conforme as leis físicas). Dessa forma, o peso do buraco negro seria causado pela memorização do universo, que continua o comportamento da matéria mesmo após o seu colapso. Isto é, o buraco negro interage com uma não-realidade. O universo grava a densidade da matéria antes de ser colapsada e o espaço que ela ocupava. Portanto, o buraco negro comporta-se tal como no momento antes de a matéria colapsar; porém, a própria matéria em si não existe mais. Temos, portanto, o comportamento da gravidade como memória, como informação da matéria colapsada, onde o universo "grava" como deveria ser o seu comportamento antes de a matéria colapsar.
- *Exemplo 2:* Imagine uma personalidade individualizada, isto é, um Espírito individualizado; ao perder sua identidade, ele seria relativo. Somente um sentimento, um bem-querer pode ser infinito. Uma pessoa não pode perder os seus contornos de pessoa a fim de extravasar a forma. Porém, um sentimento que é puro e não tem forma pode representar uma pessoa. A forma (a unicidade) não pode ser infinita sem que colapse. A não ser que essa forma seja a de todo o bem-querer em personalidade.
- *Exemplo 3:* Imagine que o nada tivesse o seu "em si" e "para si". O "para si" existe isoladamente. Somente o Espírito. O Espírito não é o "para si" do nada, pois o nada não

existe para ter um "para si". E o "si" denomina uma determinação de uma unicidade. Para um. O amor, portanto, pode ser infinito, pois o amor não é "vários" ou não é "um". O amor como bem-querer não necessita de cerceamento, de fronteiras ou de numerações. O amor angula o nada simplesmente sendo para o todo. E não para "si". O amor é doação total. Portanto, o amor é o ato que se doa para o todo. Não há um "si" a fim de doar-se para uma unicidade. O amor se doa para a totalidade.

O ser é uma característica que denomina uma ontologia pura; porém, há uma definição ainda mais direta do incausado dada pela autocausalidade.

O Colapso do Nada e a Soberania do Espírito (O Quem do Querer)

A Infinitização da Determinação e a Hipótese Errônea do Relativo

O nada, portanto, é a negação da forma que não resiste e colapsa; não se infinitiza realmente, mas colapsa antes disso, tornando-se uma ontologia ilógica. Já o relativo é a forma — não vista nem mesmo pela sua infinitização —, ou é equivalente a nada, ou a uma cópia falsa do ser. Só é possível infinitizar a pureza; a tentativa de infinitizar o mundo determinado colapsa. Só é possível infinitizar aquilo que não tem forma, que é pura intenção.

Portanto, a infinitização que aniquila completamente a determinação depende de um referencial. E esse referencial precisa subsistir como sentido, imperar mediante o nada ou o próprio recorte. Necessita ser puro até mesmo mediante o criado, e imperativo mediante o não-existente. O nada, portanto, sucumbe e deixa imperar um amor que se doa para a totalidade.

A infinitização da determinação é o mesmo que uma tentativa de sua indeterminação. Se "A" depende de identidade e essa lhe é tirada, já não é mais "A", é "X". Pois a existência de "A", ao ser desprovida de sua determinação, torna-se "X". "A" não resiste à perda da determinação para participar de um fundo de formas comuns. "A", portanto, deixa de ser "A". "A" somente sustenta a si mesmo se conservar sua identidade; do contrário, colapsa numa tentativa falha de indiferenciado (ao ter as suas diferenças retiradas), ou colapsa em nada, ou é considerado, de forma errônea, o inefável (o fundo infinito de forma).

Não há um meio-termo entre "A" e "não-A" quando se elimina a identidade de "A". Tem-se uma existência "X", e "X" não nega todas as outras existências possíveis, sendo todas ao mesmo tempo. E isso é a infinitude da existência determinada — o que não é existência alguma. Pois não existe segundo uma pureza total, e sim mediante uma identidade, ou seja, uma unicidade, uma singularidade que nega todas as outras formas e assume uma delas.

O relativo não tem ordem, não tem permanência, não tem causa, não é nem mesmo um estado. Não é nem mesmo o nada. É uma realidade pendente de referencial que não se sustenta por si só. É um erro lógico, que se resolve quando se aborda o absoluto determinado e se encontra uma ausência de referencial.

Em uma hipótese errônea, ao tornar o relativo Absoluto, imediatamente o relativo ganha contornos: a própria estadia do Espírito, dada pela autocausalidade (a sua própria inação), configura o relativo em nada. Porém, o relativo não seria nem mesmo o nada sem um contorno, sem o olhar do angulador. O relativo é uma realidade que deve ser vivida ou vista para ser definida. O relativo é a realidade unidimensional, a infinitude ou a totalidade recortada. Para que essa hipótese fizesse sentido, o relativo não precisaria de contornos (pois o nada não necessita de atributos) e não necessitaria ser recortado ou visualizado, pois isso é transformar uma substância em visão, e o nada não se transforma. A única forma de fazer sentido é o absoluto em soberania sendo uma realidade relacional; não havendo nenhum limite de ação ou nenhuma ontologia determinada como configuração inicial, ele teria a sua autoposição como liberdade completa de ação, e não como geradora de uma matéria determinada que pudesse ser transformada em algo através de um processo de reversão da nadificação.

Isto é, o relativo é uma indefinição: nem mesmo é o recorte, nem mesmo é a totalidade infinitizada e anulada. Já o nada, na hipótese errônea, seria uma definição que possui complexidade, pois possuiria uma bidimensionalidade. Necessitaria do Espírito e da sua visão sobre a sua infinitização. O Espírito e a sua soberania mediante as formas (ainda infinitizadas) não possuiriam total liberdade, tendo um substrato ontológico no qual seriam obrigados a operar necessariamente.

Em uma hipótese ainda errônea, o nada ontológico necessita de qualquer reação ou da não-reação. Simplesmente, em função de o angulador estar lá, o nada já se angula pela inatividade

do angulador. O relativo abandona tal estado quando absolutizado, pois o referenciador necessariamente já está lá. E a inação deste faz-se "nada Absoluto". O que quer dizer que somente o angulador operando e existindo já configura a posição do estado nadificado da possibilidade.

Esta visão ainda é errônea, pois ao justificarmos o ser pela autoposição no absoluto, isso não qualifica um nada ontológico; pelo contrário, focamos o pensamento na autoposição do Espírito sem que seja necessário pensar numa ontologia falsa. E evitamos o vício do pensamento de conceber um nada existente como substituto do ser. A autoposição do ser não produz uma matéria escura que denominamos nada, mas produz o próprio estado absoluto, o qual evidencia a liberdade — isto é, a liberdade de o ser ser soberano, e a liberdade da não-soberania. Pois o ser é agente do estado de soberania, da mesma forma que nega, nesse estado, o estado de não-soberania. Ele é, portanto, livre para ser soberano, tanto quanto para não sê-lo.

Isto é, se antes o relativo imperava, ao ser absolutizado, temos a presença do angulador, que define a realidade pela sua escolha e até mesmo pela sua não-escolha. Ou seja, o relativo não existe mais e não é necessário para justificar a criação. E nem mesmo o angulador é necessário; sendo assim, a ação da angulação não é necessária. A pura estadia do Espírito já subentende a sua liberdade total.

- *Exemplo:* Se há um observador, existe o observado e até mesmo o não-observado. Pois o observador, mesmo de olhos fechados, enxerga o escuro. Isto é, o escuro só depende da inação do observador, não necessita que ele abra os olhos. Agora, se não existir o observador, nem mesmo o escuro existiria, pois ninguém estaria de olhos fechados. Existindo o observador, basta que ele abra os olhos e verá vida.

Essa visão acima trata a realidade como uma virtualidade da visão do observador; a realidade, portanto, jamais obteria um status independente da visão. Em uma hipótese errônea, teríamos que a presença do angulador — isto é, de liberdade no relativo — faz com que haja uma decisão necessária: dentro da liberdade, não há a opção da não-escolha. É preciso escolher; então a inatividade (os olhos fechados) ainda é uma escolha. Dessa forma, com o angulador presente, até a inação provoca uma configuração para o relativo; a não-escolha de formas resulta na infinitização. Ao não optar por nada — isto é, ao não escolher —, faz-se uma

escolha. A realidade se aglutina de tal forma que as formas permanecem homogêneas, sem definição, infinitizadas.

- *Exemplo:* ao não se escolher um número, todos os números estão em suspensão. Portanto, nenhum número aparece.

Em Busca do Espírito: Aspectos Relacionais do Absoluto

Agora, inferiremos não mais do relativo, ou do nada como angulação (ainda sem o angulador justificado), mas iremos inferir diretamente do Absoluto, para encontrarmos o indiferenciado. Ainda não há aspectos relacionais no nada, mas há um invólucro para tais aspectos em seu conceito; precisamos, portanto, preencher esse invólucro. E, para fazê-lo, investigaremos diretamente o conceito de absoluto para encontrarmos qualquer aspecto relacional nele. Isto é, buscaremos o Espírito, o que é necessário para haver um absoluto. Ao encontrá-lo, poderemos encontrar o angulador para o nada. Ou seja, poderemos completar a hipótese da infinitude da possibilidade com a segunda parte de que precisamos para justificar o nada e a criação: o angulador.

Precisamos encontrar o Espírito do Absoluto e, se antes exploramos pela escassez (nada), agora exploraremos pela abundância. Vamos inferir diretamente sobre tudo o que há, sobre a totalidade não somente do existente, mas do indiferenciado. Vamos abordar por via direta, através do Absoluto. Consideraremos todos os aspectos para que haja o absoluto, mesmo que a sua substância indiferenciada ainda não esteja formalizada.

O Absoluto é o próprio indiferenciado. Não há outra forma de considerarmos o desencadear dos fenômenos senão por uma fonte pura, existente e Absoluta. Portanto, investigaremos diretamente pelo Absoluto, considerando isso, desde já, uma investigação sobre o indiferenciado, tendo como falha a investigação do nada como tentativa de explicar o incausado (pois o nada carece do indiferenciado atribuído de certos aspectos, como o poder de angulação).

No absoluto indiferenciado, lembremos que não há substância nem não-substância para ser explorada. Não há nada mais, portanto, do que explorar os seus aspectos relacionais. Em busca da presença, do Espírito ou da pureza. Pois ainda não conseguimos encontrar uma

substância válida que não seja determinada; portanto, por isso se justifica dizer que não há substância e nem não-substância para o absoluto, mas somente os seus aspectos relacionais. Não buscaremos um ente, uma entidade, mas buscaremos algo até mesmo mais puro que isso, como já referenciado antes. Buscamos a forma como o absoluto se relaciona consigo mesmo, com a própria determinação e com a sua infinitude.

Ainda não conhecemos a substância absoluta, embora saibamos que ela, de certa forma, pode preencher a lacuna do angulador. No entanto, consideremos a substância sinônimo de Absoluto. E investiguemos essa substância (ainda que não saibamos especificamente a sua natureza); definamo-la sob a luz da causalidade. Sabemos somente o que ela não é: não é o nada, e não é o fenômeno. Portanto, busquemos o Absoluto — aquilo que chamamos de Espírito, nomenclatura que é o resultado da segregação do fenômeno e do nada em prol de um termo que designe uma realidade pura. Invisível, mas reativa, acionária e eficaz. Isto é, buscaremos não pela fenomenologia, mas pela relacionalidade, deduzindo desde já que considerar a substância para o Espírito ou para o Absoluto é o mesmo que consideramos na totalidade e no nada. Isto é, já temos o relativo; agora precisamos de aspectos relacionais para concluí-lo. O ato da angulação, portanto, pode advir de um aspecto relacional do absoluto que aciona a angulação.

Embora o conceito de angulação esteja errôneo, seguiremos por essa linha de raciocínio para figurar o conceito relacional sem o agente, usando as tentativas mais próximas de conceber o nada como algo. Portanto, agora, buscaremos o que está para além do nada e da totalidade; buscamos uma substância Espiritual, algo que a faça subsistir, um ângulo de visão ou qualquer coisa que lhe dê um aspecto de ângulo, qualquer coisa que a defina para longe de si mesma. Isto é, buscamos o sentido na totalidade, buscamos um propósito, consciência, visão ou presença na própria totalidade, para finalmente darmos sentido ao nada.

Até agora, ao explorarmos o nada, usamos a mesma forma de dedução através da fenomenologia: se há algo criado, logo, há uma realidade criadora e incausada. A análise do nada não foi um argumento diferente; ainda, para o nada, é preciso um sentido, tal como para a matéria. O nada precisa do angulador, tal como a matéria precisa da ação do angulador. Isto é, o nada é o produto de um angulador, assim como a matéria. Ambos reiteram e afirmam de forma categórica a necessidade de um aspecto para além do mundo material para explanar a criação e até mesmo a não-criação. Pois, segundo a hipótese da angulação, até a autoposição

do Espírito necessita ser justificada; isto é, é um produto da sua angulação.

Até agora, exploramos apenas o fenômeno, apenas as duas faces do fenômeno. E dessas duas faces deduzimos o criador ou o angulador. Agora, exploraremos diretamente o indiferenciado a título de Espírito. Isto é, não exploraremos a matéria ou o nada, mas puramente o aspecto autocausal, a intencionalidade, a pessoalidade, a temporalidade do Espírito e outros fatores relacionais. Exploraremos o Espírito de tal forma que ele não seja algo que se detecte como o fenômeno, mas algo que se deduza.

O Quem do Querer do Absoluto

A inclinação à vida, o bem-querer, o bem é o desejo pela vida. Pelo existir. Pela luz. O ser é o puro bem-querer, é o puro amor. Esse desejo é puramente Espiritual. Portanto, o fundamentador tem o puro desejo da fundamentação, o plenificador o puro desejo da plenitude, e o personalizador o puro desejo da personalização rumo à plenitude. Ambos são selados pelo Espírito, de forma que manifestam o Espírito, que é o dom da plenitude, do existir, do ser por querer, e por não poder não ser, por não poder não amar. A sua rendição ao ser é perfeição, e não prisão.

Ao nos perguntarmos quem é o "quem do querer" — isto é, ao determinarmos o bem-querer num ângulo do bem-querer —, temos um recorte do querer. Formamos um ente do bem-querer, um ente que tem bem-querer, que tem um querer por si. E, se esse ente é angulado (ou determinado), temos o observador, para que haja a angulação no nada falso, isso é, para que haja uma angulação numa liberdade limitada que só pode ser operada sob uma forma falsa de ser.

Ao angularmos a liberdade falsa, isto é, ao elegermos a liberdade referente a uma existência determinada, concluimos que o angulador, além de ser determinado, tem uma liberdade limitada pela eleição de uma realidade e não de outra para si. Uma angulação da liberdade é uma limitação da liberdade. Ao angularmos a liberdade, já não temos a total liberdade instaurada nessa angulação. Pois há uma opção em detrimento de todas as outras. E, ao tornarmos a liberdade individual — isto é, ao estabelecermos o quem do bem-querer, o quem do puro amor, ao chamarmos o amor de um "indivíduo" e não de "apenas querer" —, temos um ente, e não mais o indiferenciado. Além disso, determinando a liberdade e a chamando de

nada ontológico, temos uma liberdade também limitada.

A total liberdade não se concentra no poder de angular ou modificar uma realidade preestabelecida como um nada ontológico, pois haveria o nada ontológico em vez de qualquer outra coisa. Portanto, essa não seria a total liberdade. O ente angulado não seria necessário (isto é, não seria ontologicamente feito em direção ao existir), mas teria angulação e direcionamento ao nada ontológico; haveria uma barreira para a soberania do ser, isto é, o ser não seria para a infinitude, mas para uma barreira ontológica delimitada. O ser deve estar em direção ao seu existir, e não ao nada. Não deve ser um observador do nada, mas deve ser soberano, sem que precise agir para tal, sem que precise de um ato para estabelecer liberdade. Pois o ato subentende causa; todo ato tem um agente. Portanto, para haver a soberania, não deveria haver um ato prévio para tal. A soberania já deveria instaurar-se como ato eterno, e não como pendência de um ato de observação.

Se o ser fosse um ente, então o seu autoquerer não seria para o todo, não seria puro, pois seria para si. Não seria a entrega total de si como querer. O ser sendo determinado, teríamos, portanto, o quem do amor, ou o quem do não-amor. Pois acaba a necessidade de direcionamento necessário ao existir, e dá-se vazão a um recorte da liberdade, corruptível.

Portanto, o amor é o próprio "quem". Ao criarmos a identidade para o amor, ela seria reduzida a nada, pois seria infinitizada. Podemos fazer o caminho inverso: tentar transformar o amor em uma identidade única; porém, esse recorte lhe tiraria os traços de pureza total. E, ao colocarmos uma identidade na liberdade, temos uma não-liberdade. Isto é, qualquer coisa que se refira ao nada como liberdade aprisiona essa liberdade num nada ontológico como campo de ação.

A liberdade do ser tem um aspecto diagonal completo, pois o Espírito do Absoluto não pode não amar. Então se tem o homem. Uma determinação da liberdade. (Isso será estudado mais tarde, porém, aqui, serve como exemplificação da definição do Espírito). O Espírito tem total liberdade no contexto absoluto, e o corpo da liberdade do ser é relacional; os aspectos do ente livre — do ente que se realiza, se plenifica e se personaliza — são espirituais. Possuem traços espirituais como autodomínio, autoconhecimento e autopresença.

O Espírito do Absoluto não é determinado, não repousa num "quem" ou num "si", não tem fronteiras, repartições ou unicidade. Não é segundo um ente, mas é segundo a si mesmo, é segundo a totalidade. É puro mediante tudo. É o amor que deixa ser, que paira já no que é, que se deixa ser apenas no ato de amar, e não no quem ama. É o fundo de toda a realidade, é a infinitude do horizonte da vida. O amor é para a totalidade infinita e para a totalidade determinada. O amor é para a totalidade (ou seja, vivo em si mesmo) e para o que é criado do nada. O bem-querer não é de alguém ou só para alguém, não é o "para si" de um ente, é o "para si" do nada. Isto é, o "para si" soberano, que não tem o "si", mas é para tudo. Este é o "para si" em si mesmo — sem um objeto, sem o seu "em si" —, mas o seu "para si" autônomo é operante no papel de seu "em si". É o próprio amor desimpedido de si mesmo, livre de um "si", para se doar ao todo.

A Dissolução do "Quem" no Puro Amor

É o amor que não esbarra num "quem" no qual fica internalizado. É a consciência que não esbarra numa determinação, num ente contável, mas é a consciência que é um bem-querer translúcido a qualquer determinação.

O ser não está observando "A", mas observa nada, no sentido de que o "A" se dissolveu e só sobrou o amor, não mais o observador. Isto é, se Deus é um ente que se autodomina, que está presente em si mesmo e se conhece, este ente se dissolveu. Sobrou a sua ação Espiritual, e essa ação espiritual reta agora o define, e este ente passa a se chamar amor.

O amor não vê, é a própria visão. O amor não domina, é o próprio domínio; o amor não tem presença, é a própria presença. Pelos olhos do amor se vê, pelo amor se autodomina, e pelo amor se está presente em si. Portanto, o agente deixa de agir para que a ação se faça agente; isto é, o ser deixa de existir para que só reste o seu querer por si, que se faz a sua substância. O ser é o ato de construção de si, é o querer por si, o fazer-se; e não o agente ou o "quem" da construção de si, o "quem" do querer ou o "algo" do fazer-se.

Quanto aos atributos, portanto, não há mais quem vê, quem domina e quem é presente; o "quem" dos atributos dilui-se e torna-se vago. O ser torna-se uma coisa só: o amor. O amor observa, domina e é presente de forma doada. Doa a sua entrega ao todo, é transparente a todas as coisas determinadas devido à sua pureza, instaura-se como aquilo que é. É a

personalidade pura, aquela que foi refinada ao ponto de transpassar qualquer coisa. O amor doa a sua observação, o seu domínio e a sua presença, pois eles são translúcidos. O amor não é mais consciente, mas se faz a consciência do consciente. O amor não é mais dominante, mas se faz o próprio domínio.

Conclusão: A Autoposição do Espírito

Até a presente investigação, estabelecemos um passo a passo através do refinamento do conceito de nada. Primeiramente o apontamos como um conceito parasitário; sempre que se define uma forma negativa para a determinação — seja essa forma um potencial, o nada ou o relativo —, temos a contraparte positiva resguardando ou subentendida, inoculada e incutida no conceito negado. Portanto, para qualquer negação, há de existir o produto negado.

No entanto, o que se sugere para o absoluto não é a negação de nenhum ente, mas a afirmação da autoposição do Espírito. E essa afirmação já subentende a não-soberania. Isto é, o fato de não se produzir nada já faz com que seja necessário ser possível produzir. Pois, para haver a simples estadia inativa, é preciso que haja a possibilidade de ação, que não está resguardada como manifestação de nenhuma negatividade, mas é a própria liberdade. Uma liberdade que não é vivida em uma ontologia pobre, mas que é vivida em sua totalidade, não sendo definida por uma ontologia falsa.

Portanto, agora que libertamos o ser de toda ontologia falsa e clareamos o foco de nossa investigação, podemos aprofundar nossa busca, adentrando o próprio teor autocausal, a fim de investigar suas minúcias. Se antes permanecíamos perdidos em conceitos vagos, confundidos com a pureza absoluta, ou em realidades cuja existência era inferida a partir do mundo determinado, agora o campo de nossa investigação se encontra claro e nítido, permitindo-nos identificar os conflitos que ainda precisam ser resolvidos e os atributos que precisam ser esclarecidos.

O Problema da Causalidade no Absoluto

Se o Absoluto é o fundamento de tudo, ele não pode depender de nada. No entanto, a própria noção de "fundamento" ou "causa de si" (*causa sui*) parece introduzir uma relação — uma

dualidade entre o que causa e o que é causado. Se o Absoluto é *causa sui*, então parece haver nele uma distinção: de um lado, ele como causa; de outro, ele como efeito. Essa distinção comprometeria sua não-dualidade, mas ela é apenas aparente. A auto-causalidade não é uma relação, mas a afirmação de que o Absoluto não precisa de nada exterior para ser. No entanto, o problema persiste: se a causa é algo "nele", ainda assim temos uma dualidade.

Análise da estrutura comum de causalidade:

Quando utilizamos o termo "causa" no pensamento cotidiano ou mesmo na filosofia tradicional, estamos operando com uma estrutura que contém três elementos implícitos:

1. **Dualidade:** Há uma distinção entre aquilo que causa e aquilo que é causado. Mesmo na *causa sui* (causa de si), a formulação ainda sugere um sujeito que age sobre si mesmo, dividindo-o logicamente em duas instâncias.
2. **Anterioridade:** A causa precede seu efeito. Mesmo que essa precedência não seja temporal (pode ser lógica ou ontológica), ainda há uma ordem de prioridade: primeiro a causa, depois o efeito.
3. **Relação:** Causa e efeito estão ligados por uma relação de produção, onde algo é transmitido, transformado ou gerado.

Aplicação ao Absoluto:

Se aplicarmos essa estrutura ao Absoluto, imediatamente surgem problemas. O Absoluto, por definição:

- Não pode ter nada fora de si (portanto, não pode ter uma causa externa).
- Não pode ter distinções internas (portanto, não pode ter uma relação entre aspectos distintos de si mesmo).
- Não pode estar submetido a uma ordem de prioridade (pois isso introduziria tempo ou dependência lógica).

A questão que se coloca, então, é: **podemos falar em "causa" no Absoluto sem trair sua natureza?** A solução é a recorrência à pureza. O indiferenciado é a solução, a total diluição interna que distingue as barreiras da auto-causalidade. Não existe o causador e o causado, pois isto representaria uma distinção interna. O agente da causa é o próprio causado. Isto

significa que, independente do que o absoluto seja, a causa de ser está em si.

Não há, portanto, o causado; há o causar. Isto é, no Absoluto, o causar já é o próprio causado, de modo que o para-si do Absoluto constitui o seu próprio em-si, em uma diluição fundamental dessa distinção. Dessa forma, o Absoluto é o próprio causar. Contudo, por estarmos tratando de uma estrutura viva, o causar é o ser. Auto-causar é, nesse sentido, fazer ser.

Introdução: Da Estrutura à Atividade

As Proposições anteriores estabeleceram o Absoluto como horizonte metafísico total que contém os domínios do possível, impossível e incognoscível. Esta arquitetura ontológica, porém, permaneceria estática e incompleta sem uma investigação sobre o **modo como o Absoluto se relaciona causalmente consigo mesmo e com o que dele emana**. Se o Absoluto é o fundamento último de toda causalidade contingente, qual é a natureza de sua **própria causalidade**?

Esta Proposição investiga precisamente esta questão fundamental: **Como o Absoluto é causa de si mesmo?** A resposta revelará que a autocausalidade absoluta não é um mero princípio abstrato, mas exige atributos que conduzem necessariamente à compreensão do Absoluto como **Espírito Pessoal** – realidade autoconsciente, autodominante e autoconhecedor.

O Absoluto como Princípio Irredutível

Ao examinarmos os princípios causais à luz do Absoluto - compreendido em sua plenitude ontológica como síntese transcendente de possibilidade e impossibilidade - alcançamos o fundamento último da investigação metafísica. Neste nível radical de análise, o Absoluto se revela como:

- **O Prius Metafísico Incontornável:** A condição de possibilidade transcendental para toda cadeia causal e todo ente contingente.
- **O Solo Ontológico Integral:** Que contém em si, de modo eminente, tanto o possível (domínio da existência lógica) quanto o impossível (limite intrínseco da realidade).

- **O Fim da Regressão Causal:** Onde toda busca por fundamentação encontra seu termo final necessário.

A Autocausalidade do Absoluto: A Falsa Dupla Exigência

A aplicação dos princípios causais ao próprio Absoluto revela uma exigência dupla e radical:

A Exigência da Dupla Fundamentação

Dado que o Absoluto existe, segue-se, por necessidade lógica, que ele é autocausal. Pois uma causa é exigida não apenas para a existência, mas igualmente para a essência de todo ente. Ou seja, requer-se tanto um fundamento para o ser (**causa existencial**) quanto um fundamento para o ser assim (**causa essencial**). Se A é A, há uma razão para que A exista, assim como há uma razão para que A exista precisamente como A e não como B. Ambas as modalidades de causalidade denotam o Absoluto como motivo de sua existência, tal como razão de si, como se dá. Isto é, o Absoluto não é somente causa primária de sua existência, mas é causa primária também de sua determinação.

Consequentemente, se o Absoluto existe, sua autodeterminação e sua autofundamentação são indissociáveis. Portanto, sendo o Absoluto existente e, por definição, a totalidade, não pode haver explicação para sua existência e sua identidade a não ser em si mesmo: ele é, necessariamente, autojustificado.

E essa autocausalidade não justifica sua determinação e sua fundamentação de maneira dissociada. Isto é, não há uma pergunta destinada a responder por que o Absoluto é absoluto e outra destinada a responder por que o Absoluto existe. Há, portanto, uma única questão: indagar o Absoluto enquanto autor de sua própria indiferenciação e de sua própria pureza. Ao inferir que o Absoluto é causa de si mesmo, concluímos que não há uma segunda natureza exterior ou anterior segundo a qual ele deva ser, nem uma razão exterior ou anterior pela qual ele deva ser como é. Isto nos leva a concluir que ele mesmo é a razão para sua estadia.

Se o Absoluto é nada, é necessário que o motivo de ser como tal esteja em si mesmo; se o Absoluto é substância, é necessário que isso se justifique em si da mesma forma. Até mesmo num estado de indeterminação total, onde não há forma, esta indeterminação necessitaria de

uma causa para ser como tal e não uma determinação específica. Porém, se a Causa Identitária é o que *determina* o que algo é, como o Absoluto — que é o próprio indiferenciado — pode ter uma "Causa Identitária"? A resposta exige uma purificação do conceito de causa quando elevado ao Absoluto: a causa colapsa na **Necessidade**, e a essência colapsa na **Indiferenciação**.

A Transmutação da Causa Identitária no Absoluto: Necessidade e Indeterminação

O Conflito Lógico:

No domínio dos seres contingentes, a **Causa Identitária** atua como um princípio de *determinação*: ela explica por que "A" possui atributos específicos e limitados que o distinguem de "B". No entanto, ao elevarmos o pensamento ao Absoluto, deparamo-nos com um impasse: o Absoluto, por definição, é o Indiferenciado, o fundo sem limites e sem oposição. Logo, aplicar a categoria de "Causa Identitária" ao Absoluto, no seu sentido comum, seria forçar uma determinação sobre aquilo que antecede toda forma. Para resolver essa tensão, a noção de *causa sui* (causa de si) identitária no Absoluto deve ser despida de qualquer função determinadora e reinterpretada sob duas chaves absolutas:

1. **A Causa Identitária é a Pura Necessidade:** No Absoluto, a Causa Identitária não é um "ato" que escolhe ou molda uma essência. Ela é, puramente, a **Necessidade**. Dizer que o Absoluto é "causa de sua própria essência" significa dizer que a sua essência *não poderia não ser o que é*. A causalidade, aqui, perde seu caráter produtivo e torna-se um atestado de modalidade ontológica absoluta: o Absoluto é Necessário.
2. **A Essência do Absoluto é a Própria Indiferenciação:** Se a Causa Identitária do Absoluto não produz determinação, o que ela "funda"? Funda a impossibilidade de limitação. A "essência" do Absoluto não é uma configuração de atributos ("A" em oposição a "B"), mas o fato insuperável de ser o Fundo Indiferenciado.
3. **A Inexistência da Causa de Determinação no Absoluto:** O Absoluto não causa a si mesmo como "algo" (um ente determinado no tempo e no espaço). O processo de determinação pertence exclusivamente à Manifestação (o mundo dos efeitos). Portanto, o Absoluto é causa de sua própria essência (Necessidade), mas é rigorosamente **incausado em termos de determinação**, pois nele não habitam formas, distinções ou

limites a serem causados.

Síntese Final:

Enquanto no ente contingente a Causa Identitária responde à pergunta "*Por que isto é desta forma definida?*", no Absoluto ela cessa de ser uma pergunta relacional e afirma-se como um axioma de necessidade: "*O Indeterminado é necessariamente Indeterminado*". A auto-causalidade do Absoluto não é o ato de dar forma a si mesmo, mas a invulnerabilidade absoluta de sua própria infinitude sem forma.

As Três Propriedades Essenciais da Autocausalidade Absoluta

I. Autofundamentação (Causa Existencial de Si)

- **Definição:** O Absoluto encontra em si mesmo a razão suficiente para sua existência.
- **Característica:** Não é contingente — sua essência implica necessariamente sua existência.
- **Consequência:** Elimina qualquer regressão infinita; é o fundamento último. Se o Absoluto dependesse de algo externo, não seria absoluto.

II. Autoindiferenciado (Causa Essencial de Si)

- **Definição:** O Absoluto define sua própria pureza; é causa de ser precisamente o que é.
- **Exigências Constitutivas:**
 1. Autoexistência: Estar presente em si mesmo completamente.
 2. Autonomia: Ter domínio total sobre sua própria natureza.
 3. Autoconsciência: Conhecer-se integralmente para poder definir-se.
- **Consequência:** Fundamenta a liberdade metafísica no nível mais radical. Explica como o Absoluto mantém seu estatuto (não é caótico ou aleatório). Mostra que o Absoluto não é apenas um "ser estático", mas um ser ativo que se autogoverna.

III. Autocontinuidade (Causa Continuada de Si)

- **Definição:** O Absoluto sustenta a si mesmo perpetuamente; sua existência não é um ato único, mas um processo contínuo de autossustentação.

- **Característica:** Persistência ativa, não mera permanência passiva.
- **Consequência:** Garante que o Absoluto não se dissolva ou degrade. Mostra que a existência, permanência e essência são autocausadas e autocontinuadas.

O Problema da Causalidade no Absoluto

Se o Absoluto é o fundamento de tudo, ele não pode depender de nada. No entanto, a própria noção de "fundamento" ou "causa de si" (*causa sui*) parece introduzir uma relação — uma dualidade entre o que causa e o que é causado. Se o Absoluto é *causa sui*, então parece haver nele uma distinção: de um lado, ele como causa; de outro, ele como efeito. Essa distinção comprometeria sua não-dualidade, mas ela é apenas aparente. A auto-causalidade não é uma relação, mas a afirmação de que o Absoluto não precisa de nada exterior para ser. No entanto, o problema persiste: se a causa é algo "nele", ainda assim temos uma dualidade.

Análise da estrutura comum de causalidade:

Quando utilizamos o termo "causa" no pensamento cotidiano ou mesmo na filosofia tradicional, estamos operando com uma estrutura que contém três elementos implícitos:

1. **Dualidade:** Há uma distinção entre aquilo que causa e aquilo que é causado. Mesmo na *causa sui* (causa de si), a formulação ainda sugere um sujeito que age sobre si mesmo, dividindo-o logicamente e duplamente em duas instâncias.
2. **Anterioridade:** A causa precede seu efeito. Mesmo que essa precedência não seja temporal (pode ser lógica ou ontológica), ainda há uma ordem de prioridade: primeiro a causa, depois o efeito.
3. **Relação:** Causa e efeito estão ligados por uma relação de produção, onde algo é transmitido, transformado ou gerado.

Aplicação ao Absoluto:

Se aplicarmos essa estrutura ao Absoluto, imediatamente surgem problemas. O Absoluto, por definição:

- Não pode ter nada fora de si (portanto, não pode ter uma causa externa).

- Não pode ter distinções internas (portanto, não pode ter uma relação entre aspectos distintos de si mesmo).
- Não pode estar submetido a uma ordem de prioridade (pois isso introduziria tempo ou dependência lógica).

A questão que se coloca, então, é: **podemos falar em "causa" no Absoluto sem trair sua natureza?** A solução é a recorrência à pureza. O indiferenciado é a solução, a total diluição interna que distingue as barreiras da auto-causalidade. Não existe o causador e o causado, pois isto representaria uma distinção interna. O agente da causa é o próprio causado. Isto significa que, independente do que o absoluto seja, a causa de ser está em si.

Não há, portanto, o causado; há o causar. Isto é, no Absoluto, o causar já é o próprio causado, de modo que o para-si do Absoluto constitui o seu próprio em-si, em uma diluição fundamental dessa distinção. Dessa forma, o Absoluto é o próprio causar. Contudo, por estarmos tratando de uma estrutura viva, o causar é o ser. Auto-causar é, nesse sentido, fazer ser.

Introdução: Da Estrutura à Atividade

As Proposições anteriores estabeleceram o Absoluto como horizonte metafísico total que contém os domínios do possível, impossível e incognoscível. Esta arquitetura ontológica, porém, permaneceria estática e incompleta sem uma investigação sobre o **modo como o Absoluto se relaciona causalmente consigo mesmo e com o que dele emana**. Se o Absoluto é o fundamento último de toda causalidade contingente, qual é a natureza de sua **própria causalidade**?

Esta Proposição investiga precisamente esta questão fundamental: **Como o Absoluto é causa de si mesmo?** A resposta revelará que a autocausalidade absoluta não é um mero princípio abstrato, mas exige atributos que conduzem necessariamente à compreensão do Absoluto como **Espírito Pessoal** – realidade autoconsciente, autodominante e autoconhecedor.

O Absoluto como Princípio Irredutível

Ao examinarmos os princípios causais à luz do Absoluto - compreendido em sua plenitude ontológica como síntese transcendente de possibilidade e impossibilidade - alcançamos o fundamento último da investigação metafísica. Neste nível radical de análise, o Absoluto se revela como:

- **O *Prius* Metafísico Incontornável:** A condição de possibilidade transcendental para toda cadeia causal e todo ente contingente.
- **O Solo Ontológico Integral:** Que contém em si, de modo eminente, tanto o possível (domínio da existência lógica) quanto o impossível (limite intrínseco da realidade).
- **O Fim da Regressão Causal:** Onde toda busca por fundamentação encontra seu termo final necessário.

A Autocausalidade do Absoluto: A Falsa Dupla Exigência

A aplicação dos princípios causais ao próprio Absoluto revela uma exigência dupla e radical:

A Exigência da Dupla Fundamentação

Dado que o Absoluto existe, segue-se, por necessidade lógica, que ele é autocausal. Pois uma causa é exigida não apenas para a existência, mas igualmente para a essência de todo ente. Ou seja, requer-se tanto um fundamento para o ser (**causa existencial**) quanto um fundamento para o ser assim (**causa essencial**). Se A é A, há uma razão para que A exista, assim como há uma razão para que A exista precisamente como A e não como B. Ambas as modalidades de causalidade denotam o Absoluto como motivo de sua existência, tal como razão de si, como se dá. Isto é, o Absoluto não é somente causa primária de sua existência, mas é causa primária também de sua determinação.

Consequentemente, se o Absoluto existe, sua autodeterminação e sua autofundamentação são indissociáveis. Portanto, sendo o Absoluto existente e, por definição, a totalidade, não pode haver explicação para sua existência e sua identidade a não ser em si mesmo: ele é, necessariamente, autojustificado.

E essa autocausalidade não justifica sua determinação e sua fundamentação de maneira dissociada. Isto é, não há uma pergunta destinada a responder por que o Absoluto é absoluto e

outra destinada a responder por que o Absoluto existe. Há, portanto, uma única questão: indagar o Absoluto enquanto autor de sua própria indiferenciação e de sua própria pureza. Ao inferir que o Absoluto é causa de si mesmo, concluímos que não há uma segunda natureza exterior ou anterior segundo a qual ele deva ser, nem uma razão exterior ou anterior pela qual ele deva ser como é. Isto nos leva a concluir que ele mesmo é a razão para sua estadia.

Se o Absoluto é nada, é necessário que o motivo de ser como tal esteja em si mesmo; se o Absoluto é substância, é necessário que isso se justifique em si da mesma forma. Até mesmo num estado de indeterminação total, onde não há forma, esta indeterminação necessitaria de uma causa para ser como tal e não uma determinação específica. Porém, se a Causa Identitária é o que *determina* o que algo é, como o Absoluto — que é o próprio indiferenciado — pode ter uma "Causa Identitária"? A resposta exige uma purificação do conceito de causa quando elevado ao Absoluto: a causa colapsa na **Necessidade**, e a essência colapsa na **Indiferenciação**.

A Transmutação da Causa Identitária no Absoluto: Necessidade e Indeterminação

O Conflito Lógico:

No domínio dos seres contingentes, a **Causa Identitária** atua como um princípio de *determinação*: ela explica por que "A" possui atributos específicos e limitados que o distinguem de "B". No entanto, ao elevarmos o pensamento ao Absoluto, deparamo-nos com um impasse: o Absoluto, por definição, é o Indiferenciado, o fundo sem limites e sem oposição. Logo, aplicar a categoria de "Causa Identitária" ao Absoluto, no seu sentido comum, seria forçar uma determinação sobre aquilo que antecede toda forma. Para resolver essa tensão, a noção de *causa sui* (causa de si) identitária no Absoluto deve ser despida de qualquer função determinadora e reinterpretada sob duas chaves absolutas:

1. **A Causa Identitária é a Pura Necessidade:** No Absoluto, a Causa Identitária não é um "ato" que escolhe ou molda uma essência. Ela é, puramente, a **Necessidade**. Dizer que o Absoluto é "causa de sua própria essência" significa dizer que a sua essência *não poderia não ser o que é*. A causalidade, aqui, perde seu caráter produtivo e torna-se um atestado de modalidade ontológica absoluta: o Absoluto é Necessário.

2. **A Essência do Absoluto é a Própria Indiferenciação:** Se a Causa Identitária do Absoluto não produz determinação, o que ela "funda"? Funda a impossibilidade de limitação. A "essência" do Absoluto não é uma configuração de atributos ("A" em oposição a "B"), mas o fato insuperável de ser o Fundo Indiferenciado.
3. **A Inexistência da Causa de Determinação no Absoluto:** O Absoluto não causa a si mesmo como "algo" (um ente determinado no tempo e no espaço). O processo de determinação pertence exclusivamente à Manifestação (o mundo dos efeitos). Portanto, o Absoluto é causa de sua própria essência (Necessidade), mas é rigorosamente **incausado em termos de determinação**, pois nele não habitam formas, distinções ou limites a serem causados.

Síntese Final:

Enquanto no ente contingente a Causa Identitária responde à pergunta *"Por que isto é desta forma definida?"*, no Absoluto ela cessa de ser uma pergunta relacional e afirma-se como um axioma de necessidade: *"O Indeterminado é necessariamente Indeterminado"*. A auto-causalidade do Absoluto não é o ato de dar forma a si mesmo, mas a invulnerabilidade absoluta de sua própria infinitude sem forma.

As Três Propriedades Essenciais da Autocausalidade Absoluta

I. Autofundamentação (Causa Existencial de Si)

- **Definição:** O Absoluto encontra em si mesmo a razão suficiente para sua existência.
- **Característica:** Não é contingente — sua essência implica necessariamente sua existência.
- **Consequência:** Elimina qualquer regressão infinita; é o fundamento último. Se o Absoluto dependesse de algo externo, não seria absoluto.

II. Autoindiferenciado (Causa Essencial de Si)

- **Definição:** O Absoluto define sua própria pureza; é causa de ser precisamente o que é.
- **Exigências Constitutivas:**
 1. Autoexistência: Estar presente em si mesmo completamente.

2. Autonomia: Ter domínio total sobre sua própria natureza.
 3. Autoconsciência: Conhecer-se integralmente para poder definir-se.
- **Consequência:** Fundamenta a liberdade metafísica no nível mais radical. Explica como o Absoluto mantém seu estatuto (não é caótico ou aleatório). Mostra que o Absoluto não é apenas um "ser estático", mas um ser ativo que se autogoverna.

III. Autocontinuidade (Causa Continuada de Si)

- **Definição:** O Absoluto sustenta a si mesmo perpetuamente; sua existência não é um ato único, mas um processo contínuo de autossustentação.
 - **Característica:** Persistência ativa, não mera permanência passiva.
 - **Consequência:** Garante que o Absoluto não se dissolva ou degrade. Mostra que a existência, permanência e essência são autocausadas e autocontinuadas.
-

A Natureza Pessoal da Autocausalidade

A análise das três propriedades autocausais conduz a uma conclusão inevitável: **a autocausalidade pura exige personalidade**. Se uma realidade precisa definir a si mesma, essa realidade só pode estar viva, pois não há nada externo, paralelo ou anterior a ela para configurá-la — é ele que detém o poder de escolher a si própria. As exigências de autoconhecimento, autodomínio e autopresença em grau máximo constituem precisamente o que reconhecemos como **pessoalidade** ou "Espírito".

Ainda que não haja possibilidade de escolha para o Absoluto necessário, o Absoluto é absoluto por si mesmo. Sua necessidade não exclui o fundamento vivo, pois a causa é inerente ao próprio Absoluto. Isso significa que a realidade causadora já integra aquilo que o Absoluto é.

Ao considerarmos o nada como uma realidade fictícia, admitida apenas para fins investigativos, ao definir um nada para absoluto, este nada ganharia contornos, chegando, paradoxalmente, a assumir a propriedade de autocausalidade. Se há nada, o sentido de haver nada e não outra coisa só poderia estar no próprio Absoluto. Porém, sendo o nada uma necessidade, ainda assim seu sentido estaria para Absoluto, no entanto, não no sentido de

um agir mecânico, mas no sentido de uma retidão de intenção a favor do existir.

Dizer que o sentido do que há para absoluto está fora de si, ou é causado por uma necessidade, é um erro. Não há necessidade pela qual o absoluto deva ser se não Nele mesmo. Não há razão ou fundamentação que parta de algo a não ser do próprio Absoluto. Não existe uma forma para que Ele seja, se não com razão inerente a ele mesmo. Se é nada, a razão está no próprio nada, e se nada é nada, a razão paira livre absoluta. Então, desta forma, traçamos os primeiros contornos do ser. Ainda que haja uma necessidade para o Absoluto — a necessidade de ser —, essa necessidade é de autoria do próprio Absoluto, pois não há lugar ou princípio externo de onde pudesse provir qualquer obrigatoriedade, necessidade ou determinação, tampouco uma natureza à qual o Absoluto devesse submeter-se para ser.

O Argumento da Personalidade Necessária

Para que uma realidade seja autocausada, ela necessariamente precisa:

1. **Conhecer-se integralmente** – para que possa escolher conscientemente sua própria natureza.
2. **Dominar-se completamente** – para executar com pleno poder o ato causal.
3. **Estar presente em si por inteiro** – pois, se alguma parte de si estivesse ausente ou inconsciente, sua determinação não seria integral, mas parcial e incompleta.

Esta tríplice exigência corresponde aos atributos clássicos da divindade compreendidos em sua relação com a autocausalidade:

- **Onisciência** corresponde ao **autoconhecimento**.
- **Onipotência** corresponde ao **autodomínio, poder sobre si**.
- **Onipresença** corresponde a **estar inteiro em tudo de si** (autopresença total).

Esta tríade é a definição mesma de uma personalidade plena. Um princípio impessoal não poderia satisfazer estas exigências.

Diferenciação do Absoluto-Espírito

Conceito Impessoal	Limitação	Como o Espírito Transcende
Energia cósmica	Cega, sem consciência ou propósito	É autoconsciente e autodirigido
Lei matemática	Abstrata, não existe por si mesma	É realidade concreta e autoexistente
Substância indiferenciada	Passiva, sem interioridade	É atividade pura e interioridade absoluta
Campo quântico	Determinístico ou aleatório	É livre e autocausal

Espírito Absoluto como Presença Autofundante

O Absoluto, enquanto realidade autocausal, transcende conceitos convencionais como "energia" e "nada", manifestando-se primordialmente como **Presença**. Esta presença não é um mero estado ontológico estático, mas uma **atividade autofundante** que contém em si os princípios de:

A Tríade da Presença Autofundante:

- Automanifestação:** Existência por si mesma, não derivada.
- Autoapropriação:** Posse plena e domínio de sua própria natureza.
- Autotransparência:** Conhecimento imediato de si como fundamento.

Superação das Dicotomias Redutoras:

- Contra o fenomenalismo:** O Absoluto não se reduz a suas manifestações particulares.
- Contra o niilismo:** O Absoluto não é puro vazio ou ausência.
- Via Mediana:** O Absoluto é **Presença Pura** que existe por essência, é plenamente positiva e mantém-se em ato permanente.

Implicações Metafísicas Radicais

- **O Indiferenciado é Pessoal:** O Indiferenciado não é um vazio, mas a **profundidade inesgotável do Espírito Autocausal**, precisamente porque é **sujeito absoluto**.
- **Possibilidade e Impossibilidade como Atos do Espírito:** Os domínios do possível e do impossível não são limites externos, mas **expressões da soberania do Espírito**. O "impossível" (como a contradição) existe como **negação interna** que o Espírito supera em sua totalidade.
- **A Realidade como Autocomunicação:** O mundo contingente não é uma emanação necessária, mas **ato livre de autodoação do Absoluto**. A criação é expressão de liberdade, não de necessidade.

A Hierarquia dos Níveis de Causalidade e a Autodeterminação Absoluta

Nível de Realidade	Tipo de Causalidade	Exemplo	Relação com o Absoluto
Absoluto	Causalidade Constitutiva	Fundamento de toda realidade	Autofundante
Possível	Causalidade Formal/Estrutural	Leis matemáticas, princípios lógicos	Derivada e sustentada
Físico	Causalidade Eficiente	Fenômenos naturais, eventos temporais	Mediata e contingente

A causalidade no Absoluto manifesta-se como **autodeterminação radical**: O Absoluto não apenas contém a possibilidade e a impossibilidade, mas também **determina sua própria estrutura**, fazendo com que a distinção entre elas seja, em última instância, uma manifestação de sua liberdade.

Conclusão

A aplicação dos princípios causais ao próprio Absoluto revela que sua autocausalidade exige autoconhecimento, autodomínio e autopresença em grau máximo — atributos que constituem personalidade plena. Portanto, o Absoluto deve ser compreendido como **Espírito Pessoal**, não como princípio impessoal. A análise demonstra que a autocausalidade pura exige personalidade, e que o Absoluto não é "algo" (objeto), mas "Alguém" (Sujeito absoluto).

Síntese da Fundamentação: O resultado é uma **demonstração necessária**: se aceitamos os princípios lógicos e causais, e se aceitamos a estrutura do Absoluto, então somos **logicamente compelidos** a conceber este Absoluto como Espírito Pessoal.

O Paradoxo da Essência Indiferenciada: A Tensão entre Existência e Auto-Relação

A formulação do Absoluto como Espírito Pessoal e Indiferenciado Estável conduz a investigação metafísica a um de seus conflitos mais profundos. Ao elevarmos a razão ao seu limite estrutural, deparamo-nos com uma tensão ontológica e linguística incontornável: o problema da **Indiferenciação como Essência** e o enigma da reflexividade não-dual.

O Colapso entre Essência e Existência

Se o Absoluto é o Indiferenciado, ele carece de uma "identidade" no sentido comum do termo. A identidade fenomênica ou lógica constitui-se sempre pela demarcação e pela negação (A é A precisamente porque não é B). O Absoluto, contudo, não possui um "outro" em relação ao qual possa se diferenciar. Desprovido de contornos e limites que o definam por exclusão, o Absoluto não possui atributos separáveis.

Consequentemente, **a sua essência não se distingue da sua existência**. No mundo dos entes contingentes, *o que* algo é (essência) distingue-se do *fato de que* é (existência). No Absoluto, essa fronteira desmorona. O seu existir é o seu próprio ser; a sua presença absoluta é, de forma imanente e indistinta, a sua própria configuração.

O Vazio Linguístico da Reflexividade Não-Dual

O conflito agrava-se ao confrontarmos este colapso com a necessidade de autoexplicação. O Absoluto envolve uma explicação para si mesmo (a autofundamentação e a autodeterminação). Para purificar essa autoexplicação de qualquer traço de dualidade (causa vs. efeito), utilizamos o termo **Necessidade**. A Necessidade atesta que o Absoluto não poderia não ser. No entanto, o termo "Necessidade" lida primariamente com a modalidade do existir, mas deixa uma lacuna estrutural no que tange à interioridade do Absoluto. Existe um abismo linguístico insuperável: **não há uma palavra na linguagem humana que se refira à relação do Absoluto consigo mesmo sem insinuar uma dualidade.**

Nossa linguagem e nossa lógica são intrinsecamente transitivas e relacionais. Para pensar em "relação", pressupomos um sujeito que se relaciona e um objeto com o qual se relaciona. Como pode o Absoluto relacionar-se consigo mesmo, conhecer-se ou fundamentar-se sem se bifurcar internamente num "eu que funda" e num "eu que é fundado"? O Absoluto exige uma reflexividade pura, uma intimidade consigo mesmo que não crie divisões.

A Resolução: A Indiferenciação como Essência Positiva

A resolução deste impasse exige uma inversão da perspectiva habitual. A inclinação natural do pensamento é encarar a "indiferenciação" como uma negação — a mera ausência de diferenças, uma falta de atributos ou um vácuo de identidade. Contudo, para que o sistema se sustente sem contradição, a indiferenciação deve ser alçada a um novo patamar ontológico.

A resposta ao conflito formula-se da seguinte maneira: **O Absoluto, ainda que radicalmente indiferenciado, tem na própria Indiferenciação a sua Essência.** A Indiferenciação não é o "nada" ou a perda de uma essência, mas a **Essência Positiva e Plena** do Absoluto. A sua identidade é exatamente a ausência de distinção. Quando perguntamos qual é a natureza que o Absoluto sustenta na sua relação não-dual consigo mesmo, a resposta é a permanência do seu estado não-dividido.

Ao tomar a Indiferenciação como Essência:

- A relação do Absoluto consigo mesmo não precisa de uma "ação" que conecte duas partes, pois a relação é a própria **coincidência imediata**.
- A autocausalidade (o motivo de ser como é) fundamenta-se sem cindir o Absoluto, pois o que ele eternamente afirma, conhece e domina (em sua pessoalidade) é a inviolabilidade de sua própria unidade sem limites.

Síntese do Conflito

Esta resolução permite avançar a arquitetura do tratado sem violar os princípios da Lógica Assimétrica:

1. **Inseparabilidade Ontológica:** No Absoluto, essência e existência são rigorosamente a mesma coisa. O fato de ele existir é indivisível da forma como existe (o Indiferenciado).
2. **O Limite do Logos:** Aceita-se o silêncio da linguagem diante da auto-relação absoluta. A ausência de uma palavra exata para descrever a "reflexividade não-dual" confirma a transcendência da realidade tratada.
3. **A Essência Revelada:** A indeterminação não é uma falha ontológica que precise ser preenchida por formas. A Indiferenciação é o ato máximo, a essência mesma do Fundamento. O Absoluto não carece de identidade; a sua Indiferenciação é a sua identidade invulnerável.

Isto não quer dizer que o Absoluto se identifique mais com a essência do que com o fundamento. Quer dizer que é necessária uma palavra mais adequada para nomear essa fusão. Pois dizer que o ser é indiferenciado significa dizer que ele não é como a forma ou como o determinado, mas isso ainda não diz respeito ao nome próprio desse ato de não ser como o determinado. O indiferenciado é uma tentativa de representar o ser a partir da visão de uma forma determinada que foi destruída. Isto é, ele só é indiferenciado porque houve, anteriormente, o diferenciado. Equivale, portanto, a dizer que o ser não é como um ente dotado de forma.

Dessa forma, o termo mais direto seria **Ser**, pois ele designa as duas realidades unidas. Porém, ainda não há uma palavra que nos permita compreender o ser sem concebê-lo como uma união entre identidade e fundamento. Isto é, o Absoluto possui o ato de fazer, e esse ato é o próprio feito. Temos, então, a forma como ato de fazer e o fundamento como sendo

também esse mesmo ato. Há, portanto, a ação como o próprio produto da ação.

A palavra **Ser**, portanto, também denota o existente tendo como forma o próprio existir. Isto é, a identidade é o existir, e o fundamento também é o existir. Algo é identificado por existir e é fundamentado pela mesma identificação. Ainda assim, temos o ser como uma palavra dotada de dois significados que se fundam em uma só palavra. A palavra **Ser** denota, para o nosso pensamento, a forma e a fundamentação conjuntamente, mas ainda não conseguimos conceber uma palavra que não nos faça pensar na união de duas coisas, e sim em uma única coisa, uma essência que não comporte qualquer dualidade.

O ser é uma palavra que tenta representar essa união. Porém, como signo mental, ainda denota uma tentativa de reunir, em um som ou em uma imagem mental, dois significados. Deve haver, portanto, um processo pelo qual não seja necessário unir duas coisas em uma, ainda que continuemos imaginando duas coisas unidas. Deve haver uma palavra que designe uma coisa só, sem que sequer precisemos pensar que havia duas coisas separadas que posteriormente se uniram.

Essa palavra poderia ser **amor**: um sentimento qualitativo de querer. Esse sentimento representa uma unicidade sem que nos remeta, no próprio pensamento, a uma dualidade. Ao definirmos o autocausar-se como um ato de autoquerer-se, sem que haja um ente que seja querido, temos um amor doado: um amor dirigido à totalidade. O causar-se, por não produzir um produto distinto de si, tem como produto mais imediato o próprio querer-se, a intenção por si mesma. E essa intenção...

O causar-se, enquanto ato, não possui um produto distinto de si; e, se não possui um produto causado, possui somente o próprio processo de produção desse produto. Entretanto, essa linguagem, ao definir o inefável como um processo de construção que é simultaneamente o próprio construído, ainda designa o ato de construir como algo que parece necessitar de um construtor. Isto é, ainda não conseguimos mentalizar uma ação sem agente, de modo a imaginar o agente como sendo a própria ação. Temos, portanto, que considerar que a ação, em sua realidade fundamental, é o próprio querer.

Em nível metafísico, não é necessária uma ação exercida sobre um objeto, pois não há transformação de um objeto. Não há ação sobre algo. Há **ação pura**. Essa ação não é o

movimento de um membro, mas o movimento do querer. Se fosse o movimento de algo, existiria não a criação a partir do nada, mas a transformação do nada em algo. Portanto, trata-se de um movimento do querer. Sendo o movimento do querer, temos que a identidade do querer, concomitantemente à sua própria ação, deveria inevitavelmente chamar-se **amor**.

O amor é a intenção, o querer, que não necessita de um mediador entre o querer e aquilo que é querido para ser compreendido. O amor designa simultaneamente a qualidade e o sujeito da qualidade, executando uma operação inversa àquela realizada pela palavra **Ser**. Na palavra **amor**, podemos identificar o autor da ação de querer junto à própria ação. O amor, visto como pessoa, é também fundamento. Dessa forma, “**o Amor**” não é um conceito que designa uma dualidade fundida, mas um conceito do qual uma dualidade pode ser extraída mediante a distinção de uma pessoa.

A Natureza Pessoal do Autocausal

A Necessidade de Autoconsciência, Liberdade e Intencionalidade

A pessoalidade é a forma mais alta de ser, caracterizada por autoconsciência, liberdade e intencionalidade. Neste contexto, o ser é a perfeição entregue a sua necessidade como Absoluto, entregue ao seu próprio estatuto, não por aprisionamento, mas por um amor perfeito e indestrutível.

Vamos explorar primeiramente a autoconsciência, acrescentando também a necessidade de autodomínio, autoconhecimento, autopresença e liberdade.

A autoconsciência é a presença viva. O autoconhecimento é conhecer-se totalmente para determinar-se totalmente. E a liberdade é a capacidade de fundar-se, plenificar-se e personalizar-se. A intencionalidade é o ato de ser necessário.

- Está em tudo - Presente completamente em si mesmo, com uma presença viva.
- Sabe tudo - Conhece-se inteiramente para haver ação.

- Domínio - Tudo pode em si mesmo.

A análise das propriedades autocausais do Absoluto conduz inevitavelmente a uma conclusão radical: a autocausalidade pura exige liberdade e pessoalidade. Como estabelecido anteriormente, o Absoluto possui autoconhecimento, autodomínio e presença em grau máximo. Estas propriedades, em sua plenitude, constituem precisamente o que reconhecemos como **personalidade** ou "Espírito do Absoluto".

"Se uma realidade precisa definir a si mesma, essa realidade só pode estar viva, pois não há nada externo, paralelo ou anterior a ela para determiná-la — é ela que detém o poder de escolher a si própria."

Ao contrário de concepções impessoais do Absoluto, a autocausalidade exige:

- **Liberdade metafísica radical:** Capacidade de autodeterminação sem condicionamentos externos de qualquer natureza.
- **Consciência integral:** Conhecimento imediato e completo de sua própria essência e atos.
- **Vontade unificada:** Atividade direcionada a si mesma como fim último e bem supremo.

Estes atributos diferenciam radicalmente o Absoluto de:

1. Forças impessoais (como energia cósmica ou campos quânticos).
2. Princípios abstratos (como leis matemáticas ou lógicas).
3. Substâncias inertes (como matéria bruta ou substância indiferenciada).

A Tríade da Autodeterminação: Conhecer, Dominar e Estar Presente

Para que uma realidade se autodetermine, ela precisa, necessariamente:

1. **Conhecer-se** – para que possa escolher conscientemente sua própria natureza;
2. **Dominar-se** – para executar com pleno poder o ato de autodeterminação;
3. **Estar presente em si por inteiro** – pois, se alguma parte de si estivesse ausente ou inconsciente, sua determinação não seria integral, mas parcial e incompleta.

Somente uma realidade que reúne **autoconhecimento, autodomínio e autopresença total** pode verdadeiramente fundar-se a si mesma. Essa tríade de atributos é justamente o que caracteriza uma **personalidade plena** – um Espírito que é, ao mesmo tempo, sujeito, ato e fundamento de sua própria existência. Em vias mais claras, para que uma realidade se autogoverne, essa realidade necessariamente deve conhecer-se para eleger-se soberana, autodominar-se para realizar a condição da soberania e ter autopresença para que seja uma realidade viva em si mesma, pois se não estivesse presente na totalidade de si, não poderia determinar-se por inteira.

O Absoluto como Presença Autofundante

O Absoluto, enquanto realidade autocausal, transcende conceitos convencionais como "energia" e "nada", manifestando-se primordialmente como **Presença**. Esta presença não é um mero estado ontológico estático, mas uma **atividade autofundante** que contém em si os princípios de:

1. **Automanifestação** (existência por si mesma, não derivada).
2. **Autoapropriação** (posse plena e domínio de sua própria natureza).
3. **Autotransparência** (conhecimento imediato de si como fundamento).

Desta tríade surge o que denominamos **Espírito Absoluto** - a forma mais pura e radical de personalidade, onde ser, conhecer e agir coincidem numa unidade indissolúvel e perfeita.

Fundamento Autocausal e a Noção de "Presença"

O Absoluto, enquanto realidade autocausada, não requer justificção externa — nem pelo "nada", nem pela fenomenalidade, nem por qualquer categoria derivada. Sua existência é autoevidente em sua **autofundamentação, autodeterminação e autocontinuidade**. Esta tríade causal revela uma natureza que transcende a mera abstração conceitual, apontando para uma **presença ontológica primordial**.

- **Presença ? Fenômeno:** A "presença" aqui não é uma aparição ou manifestação empírica (como no fenômeno), mas a **condição necessária da autocausalidade em ato**. Enquanto o fenômeno depende de um observador ou estrutura de manifestação, a presença do Absoluto é **autorreferente e autossuficiente**.

- **Presença ? Nada:** O "nada" é uma negação conceitual, enquanto a presença do Absoluto é **afirmação pura** — não como algo "existente" no sentido contingente, mas como **fundamento imanente de si mesmo**.

A Superação da Dicotomia Fenômeno/Nada

A autocausalidade espiritual resolve o falso dilema metafísico entre:

- **Fenomenalização** (redução do Absoluto a suas manifestações particulares).
- **Nihilização** (negação do Absoluto como puro vazio ou ausência).

Através de uma terceira via radical: **a Presença Pura** que:

- Existe por essência (não dependendo de manifestação para ser).
- É plenamente positiva (não definida por negação ou carência).
- Mantém-se em ato permanente (sem potencialidade não realizada).

Tabela: A Estrutura do Espírito Absoluto

Atributo Pessoal	Expressão Autocausal	Diferencial Metafísico
Autoconhecimento	Causa que se conhece como causa	Supera a causalidade cega ou impessoal
Autodomínio	Causa que se possui totalmente	Transcende a dispersão ou fragmentação ontológica
Autopresença	Causa que está em si totalmente	Rompe com mecanicismos e determinismos

A Personalização do Absoluto como Espírito

Se a autocausalidade implica **autoconhecimento (onisciência)**, **autodomínio (onipotência)** e **autopresença (onipresença)**, então o Absoluto não é uma força impessoal, mas um **princípio pessoal** em seu nível mais radical. Definimos essa pessoalidade metafísica como

Espírito:

1. **Espírito como Autoconsciência Causal:** O Absoluto não "tem" autoconsciência como um atributo acrescentado; **ele é autoconsciência em ato**. Sua autodeterminação é, simultaneamente, um **ato de conhecimento de si** — não no sentido discursivo, mas como **identidade pura entre ser e conhecer-se**.
2. **Espírito como Liberdade Metafísica:** A autodeterminação implica **capacidade de autoafirmação além da determinação**. O Absoluto não é obrigado a ser "A" ou "não-A"; **ele se define como indiferenciado por ato livre de sua natureza autocausada**.
3. **Espírito como Unidade Dinâmica:** Enquanto os entes derivados estão sujeitos à distinção entre essência e existência, o Espírito Absoluto é **essência-existência em unidade indivisa**. Essa unidade não é estática, mas **ativa** — um eterno autoestabelecimento.

Por que "Espírito" e não "Substância" ou "Energia"?

- **Substância** sugere um substrato passivo, enquanto o Absoluto é **causalidade pura em ato**.
- **Energia** remete a um princípio físico ou impessoal, enquanto o Absoluto é **interioridade absoluta** (ainda que não humana).
- **Espírito** capta a síntese de **autoconsciência, liberdade e atividade imanente**.

A Autodeterminação como Essência do Absoluto e a Personalidade

O Absoluto não é um "vazio que se preenche", mas uma **presença** que:

- **Autoexiste:** Não deriva de nada externo; sua existência é autofundada.
- **Autodetermina-se:** Sua aparente "indiferenciação" é, na verdade, **liberdade metafísica** — a capacidade de se diferenciar sem perder a unidade.
- **Autossustenta-se:** A "forma" (manifestação) não é acrescentada a ele, mas emana de sua **natureza autoconsciente**.

A Personalidade como Estrutura da Autocausalidade:

1. **Autoconhecimento:** O Absoluto não "pensa" – ele **é** o ato de conhecer a si mesmo como fonte de todas as possibilidades.
2. **Autodomínio:** Sua necessariedade não é escolha, mas **perfeição e soberania ontológica** – a capacidade de ser o indiferenciado pela própria vontade.
3. **Autoexpressão:** As manifestações (formas, fenômenos) são **atos de sua autocausalidade contínua**.

Conclusão: Do Nada ao Absoluto Autoconsciente

A tentativa de fundamentar a realidade revela que o não fenômeno ou o campo fenomênico só fazem sentido **dentro do Absoluto**, como um de seus modos possíveis. O fundamento "criador" é **o Absoluto como autoconsciência indiferenciada** – não um "ser" entre outros, mas a **condição de possibilidade** de toda existência.

Em síntese:

- O campo fenomenológico e o não fenômeno são **ferramentas conceituais** que apontam para além de si mesmas.
- O Absoluto não é "explicado" por eles, mas **revela-se como o único princípio capaz de sustentar tanto o fenômeno quanto sua soberania (não fenômeno)**.
- Sua natureza é **personalidade metafísica** – não no sentido antropomórfico, mas como **autopresença causal**.

Esta análise demonstra de forma inequívoca que a autocausalidade pura exige personalidade: não pode haver autocausalidade sem autoconhecimento, autodomínio e autopresença. O Absoluto não é "algo" (objeto), mas "Alguém" (Sujeito absoluto). A noção de Espírito capta melhor esta realidade que conceitos impessoais, abstrações vazias ou metáforas físicas.

Portanto, a autocausalidade nos conduz necessariamente à concepção do Absoluto como **Espírito Pessoal** - realidade viva, consciente e livre que fundamenta toda a existência.

O Espírito é o agir do invisível, a pureza que é. O Espírito do ser é a identidade do querer, e não o querer de uma identidade. O Espírito do Absoluto é o querer sem identidade, que se faz idêntico a si mesmo, idêntico ao amor.

O Espírito como Auto-Presença

A Necessidade de um Conceito de Espírito

Intuição fundamental e seus riscos: Uma das intuições mais persistentes em sua reflexão é que o Absoluto não pode ser uma realidade meramente mecânica, cega ou indiferente. Ele deve ter, de algum modo, uma dimensão que justifique ser chamado de "espírito". No entanto, esse termo é extremamente problemático. Na tradição filosófica e teológica, "espírito" geralmente evoca um sujeito consciente; alguém que pensa, quer e age; uma pessoa (no sentido forte) com vontade e deliberação; um agente causal que intervém no mundo.

Problemas da atribuição psicológica: Se atribuirmos essas características ao Absoluto, imediatamente introduzimos **dualidade** (sujeito e objeto, vontade e ação, pensamento e pensado), **temporalidade** (deliberação e decisão implicam antes e depois), **contingência** (escolher entre alternativas implica que as alternativas eram realmente possíveis) e **determinação** (um espírito pessoal tem características definidas). O desafio, então, é: *como pensar o Absoluto como "espírito" sem cair nessas determinações?*

A Correção da Noção de "Escolha"

Análise crítica: A auto-ordenação do Absoluto implicaria conhecimento, autodomínio e auto-presença, e isso levaria a uma forma de pessoalidade e, portanto, a uma escolha entre opções. Examinamos essa ideia cuidadosamente e identificamos o problema: a "escolha" introduz no Absoluto algo que não pode estar lá.

A reformulação: O Absoluto não escolhe entre opções porque não há opções reais diante dele. Sua "ordem" não é resultado de uma decisão, mas a própria necessidade de seu ser. Isso preserva a intuição de que o Absoluto não é cego ou arbitrário, mas elimina a contradição de atribuir-lhe escolha.

Redefinição das Três Propriedades

Conhecimento (Auto-Transparência Total):

- **No sentido comum:** conhecer é um ato pelo qual um sujeito apreende um objeto distinto de si.
- **No Absoluto:** não há sujeito e objeto, nem ato de conhecer. A "auto-transparência" significa que não há nele nada oculto, nada inconsciente, nada que não seja imediatamente presente a si. É uma "luminosidade" sem fonte e sem alvo — a própria ausência de opacidade. Isso não é conhecimento como ato, mas conhecimento como **identidade**: o Absoluto não *se conhece*; ele *é* sua própria inteligibilidade.

Autodomínio (Não-Divisão Interna):

- **No sentido comum:** autodomínio é o controle que exercemos sobre nossas paixões, impulsos ou partes conflitantes de nós mesmos.
- **No Absoluto:** não há partes, não há conflito, não há nada a ser controlado. O "autodomínio" aqui significa a ausência de qualquer divisão interna que pudesse gerar tensão ou contradição. O Absoluto não domina a si mesmo porque não há em si nada que precise ser dominado. Ele é simplesmente uno, e essa unidade não é conquistada, mas é a própria natureza de seu ser.

Auto-Presença (Identidade Absoluta):

- **No sentido comum:** auto-presença é a experiência que temos de nós mesmos como sujeitos conscientes.
- **No Absoluto:** não há "experiência" nem "sujeito". A auto-presença aqui significa que o Absoluto não é algo que *existe* separadamente de seu existir; ele é a coincidência imediata entre ser e ser-para-si. Diferente do sujeito humano, que sempre tem uma distância entre si mesmo e sua experiência de si, no Absoluto essa distância é nula.

Espírito como Auto-Presença Absoluta

Definição final: Com essas reinterpretações, chegamos a uma definição de "espírito" que se aplica ao Absoluto:

Espírito é a auto-presença absoluta que não admite divisão, opacidade ou exterioridade.

Isso significa:

- **Auto-presença:** o Absoluto não é um "em si" que precisa ser acessado por um "para si"; ele é imediatamente presente a si mesmo, sem mediação.
- **Absoluta:** essa presença não é limitada, condicionada ou relativa; ela é total e sem resto.
- **Sem divisão:** não há nele partes, aspectos, faculdades ou momentos que possam ser distinguidos.
- **Sem opacidade:** não há nele nada que não seja imediatamente claro, nada que precise ser revelado ou descoberto.
- **Sem exterioridade:** não há fora dele; ele não está presente *para* algo, ele é presença pura.

Por que "Espírito" Ainda é um Termo Adequado

Mesmo com essa redefinição radical, justificamos o termo "espírito" por carregar conotações fundamentais:

- **Vida:** o Absoluto não é uma abstração morta, uma fórmula lógica ou uma estrutura inerte. Ele é "vivo" — não biológico, mas ativo, presente, pleno.
- **Inteligibilidade:** o Absoluto não é irracional ou caótico. Ele é a própria condição da inteligibilidade.
- **Não-mecanicidade:** afasta a redução do Absoluto a um mecanismo cego ou lei automática.
- **Tradição:** conecta-se à tradição (Plotino, Eckhart, Hegel) que buscou pensar o fundamento como algo além da matéria e forma, inteligível e presente a si.

Espírito e Pessoaalidade

Distinções necessárias: Essa concepção implica pessoaalidade?

- **No sentido forte** (pessoa como sujeito consciente com vontade, deliberação e escolha): não. Introduziria determinações finitas.
- **No sentido fraco** (pessoa como centro de identidade, presença e autorrelação): talvez. Se entendermos "pessoaalidade" como a auto-presença absoluta e a não-divisão, o termo pode ser usado.

A formulação mais segura é: **o Absoluto é mais do que uma pessoa (transcende as determinações da pessoalidade finita), mas não é menos do que uma pessoa (possui interioridade e presença que a impessoalidade não captura).**

Espírito e Escolha (Aprofundamento)

A questão da escolha reaparece aqui de forma crucial. Se o Absoluto é espírito, ele escolheu criar o mundo ou ser o que é? Nossa posição é que **o Absoluto não escolhe porque não há escolha a ser feita**. Isso mostra que ele está além da estrutura de escolha do mundo determinado. O Absoluto não é uma vontade que decide; ele é a própria necessidade que torna possível a vontade e a escolha no domínio do indiferenciado.

Síntese da Décima Proposição

O Absoluto é espírito no sentido de auto-presença absoluta, sem psicologia ou escolha.

O termo "espírito" indica que o Absoluto não é mecânico ou cego. Contudo, é purificado de determinações psicológicas. O Absoluto não escolhe porque não há alternativas reais; sua espiritualidade é a necessidade absoluta. Ele é mais do que uma pessoa e não é menos. Esta proposição preserva a intuição de um fundamento vivo e inteligível sem introduzir contradições.

Por que Esta Proposição é Fundamental

A noção de "espírito" como auto-presença absoluta responde à questão de o Absoluto ser uma mera abstração vazia. O Absoluto não é abstração, mas realidade plenamente presente a si. Não é mecanismo, mas tem a densidade do vivo. Sem essa proposição, o sistema reduziria o fundamento a um princípio lógico vazio. Com ela, temos um fundamento que é simultaneamente indiferenciado e pleno, estável e vivo.

O Espírito Indiferenciado

Introdução: A Necessidade de um Espírito Puro

Agora que entendemos a autocausalidade, as ações da liberdade, a temporalidade do Espírito, vamos explorar o conteúdo do Espírito, ou seja, sua pureza fundamental. E para isso, vamos começar limpando as janelas que nos impedem de ver realmente a pureza da paisagem do Espírito. Vamos, portanto, explorar para que tenhamos os traços bem delineados do ser. Precisamos dissociar outras vias da via fundamental, para só depois entendermos o conceito de Espírito indiferenciado e sua dissociação de outros entes, ainda que determinados para o absoluto. Perguntas como: "se o ser é tudo, como algo pode ainda existir que não o seja?" serão respondidas somente depois de adentrarmos no conhecimento acerca do conteúdo primordial do absoluto, a substância pura do Espírito, que está para além do nada e age sob o nada.

A Pergunta Primordial: Como o Espírito Pode Ser Autocausal?

Para iniciarmos a investigação, neste momento, acerca do Espírito absoluto, vem-nos a pergunta primordial: como o Espírito pode ser autocausal? Ao imaginarmos um Espírito determinado, chegaríamos ao mesmo problema de uma realidade determinada para o absoluto, assim como investigamos anteriormente. O Absoluto não poderia portar o nada ou o fenômeno inicialmente sem poluir sua pureza.

Portanto, como deveria ser o Espírito? De que forma geraríamos um Espírito "indiferenciado" para justificá-lo?

A Aplicação da Indiferenciação ao Espírito

Uma vez tendo entendido o que é determinação para o absoluto e o que é o indiferenciamento, pode-se facilmente aplicar a mesma visão sobre o Espírito. Não se pode diferenciá-lo fazendo com que o mesmo tenha sua ação sobre um domínio diferente daquilo que já é para o absoluto.

Por exemplo, se o Espírito se desse num primeiro momento determinado, isto quer dizer, voltado a outro direcionamento que não seja ao ato já instaurado do ser, então não seria justificável. É preciso que sua ação seja justificável, instaurada conforme aquilo que já é, e absolutamente necessária. Isto quer dizer que **a vontade do Espírito é rendida ao ato de ser**. É a doação total de si em prol do ser.

Uma vez rendido ao que é, o Espírito tem sua ação ainda que em um estado indetectável, ainda que em um estado puríssimo. Sua ação não passa pela decisão de agir, mas é instaurada no que é. O Espírito flui na existência, é conforme o existir. O Espírito não passa por sua decisão para existir, simplesmente é conforme uma necessidade ontológica.

Exemplo do Nada Mentalizável

Imagine, para fins de entendimento, que o absoluto é como um nada mentalizável, porém, não é nada, é puro. O Espírito não precisa criar, ou decidir criar esse nada; ele já se dá instaurado como existente e criador, já se sucedeu dessa forma. Não houve uma ordem ou uma inclinação pessoal do Espírito para haver o nada. Simplesmente o Espírito é rendido ao que é. E isto quer dizer que o Espírito pode se dar tal como seria o nada: incausado e indetectável no sentido de que sua ação é perfeitamente homogênea ao que é. O absoluto é vivo, no sentido de que dispensa até mesmo um Espírito determinado.

Exemplo da Velocidade Infinita

Imagine que o Espírito tem uma ação tão rápida que o determinador da ação se afasta da ação infinitamente. É uma velocidade tão infinita que o determinador é indetectável, e só se pode constatar sua ação. Ou seja, o determinador não precisou estar lá para que a ação existisse; sua velocidade foi tamanha que a ação sempre aconteceu. Não precisou do determinador. Desta forma, o determinador é altíssimo, existe mas fora do alcance. A velocidade de criação do absoluto foi infinita ao ponto de não precisar acontecer. Em palavras mais simples, o Espírito é tão puro que existe sem precisar existir determinado; sua ação é totalmente invisível. O Espírito entendeu sem precisar entender, observou sem precisar observar, agiu sem precisar ter agido. Está puramente instaurado no que é. Como se fosse a vida do que é, e não o determinador do que é. Possui todas as propriedades do determinador, porém sem precisar ter sido efetivamente o determinador.

Exemplo do Espírito como Vida do Nada

O Espírito é um determinador doado ao todo, de forma a se expandir até tornar sua presença altíssima e indetectável. É o nada vivo, a vida que permeia sem definição, indiferenciada no

ato de ser. Em puro ato de ser, sem que seja o que.

“O Espírito é a vida do nada, o solo no qual as coisas são realizadas, a vida das vidas. É o animus do absoluto que o permite portar determinações. É o ar dos entes. É o solo vivo da criação.”

A Ação Indetectável do Espírito

O Espírito age de forma indetectável. Sua ação dá o que é, se doa como vontade do que é.

Exemplo: A cachoeira cai inevitavelmente, ou seja, o absoluto existe inevitavelmente, e só pode ser por vontade do Espírito. E essa vontade emerge pura, pois age de forma a deixar ser o que já é.

O absoluto naturalmente existe, e impõe o existir à completude, pois existe tal como é. O ato absoluto é o ato de ser necessário, não possuindo uma contraparte tal como o nada. O nada não é um evidenciador do absoluto, pois o nada é nada. O nada ontológico sendo um fator ilógico, há somente o absoluto. Há somente a soberania do ser.

A Indiferenciação do Espírito

O nada como Espírito não se justifica, pois o nada do Espírito reflete a anulação do Espírito. Exige o Espírito como contraparte de si. Temos, portanto, que produzir o Espírito puríssimo, que é indiferenciado. Ou seja, é necessário suspender o Espírito considerado criado e determinado sob um aspecto único. Ao suspendermos o Espírito determinado, e também como um Espírito de vida determinada por um fator extrínseco, temos um absoluto rendido ao que é. Um Espírito do absoluto, rendido ao que está para o absoluto. Rendido ao existir do absoluto.

Um espírito determinado sob um fator extrínseco, cuja liberdade poderia ser contrária ao que é, e não direcionado necessariamente ao existir. Portanto, não estaria rendido, de forma a ser indetectável, de forma que sua vontade seja tão pura que em nada possui dissonância no que é. De forma que não precise nem mesmo existir como ente determinado para que tenha sua ação instaurada; aproxima-se em pureza ao ato de inexistir, porém conserva seus efeitos,

portanto existe, de forma pura.

A Superação da Determinação Extrínseca

Ao se determinar o fator autocausal (Espírito), temos uma determinação para o Espírito que foge à esfera de ser uma realidade autocausal, pois careceria de uma determinação extrínseca. Ao determinarmos o Espírito como persona influente, com tendências únicas, também precisaríamos retirar essas tendências de um conteúdo extrínseco a si. O Espírito, portanto, é o indiferenciado do Espírito. E sua ação é pura. Fundamenta-se, plenifica-se e personaliza-se com pureza absoluta. É indetectável, porém tem sua ação sobre aquilo que é.

As Duas Faces do Absoluto

O fator autocausal é na medida em que é por si mesmo. Portanto, temos a ação autocausal, que é dividida em três esferas distintas, e o campo de ação do autocausal, que é o próprio absoluto. São duas faces de uma mesma realidade: o absoluto é autocausal no sentido de ser espiritualmente ativo em si mesmo, ao passo que dispõe de si nessa autocausalidade, que é a liberdade no âmbito autocausal.

Para justificar um Espírito autocausal, não se pode recorrer a um Espírito que nada é, pois o nada, apesar de primeiramente parecer não possuir atributos, não possui pessoalidade para realizar a autocausalidade. Temos, portanto, que há um Espírito puríssimo, aquele que dispensa qualquer determinação de si, no sentido de que o Espírito não é uma unidade mandante no absoluto, ou seja, não se identifica como um "Sou", mas se identifica como o "Ser", aquilo que paira sobre o absoluto em seu próprio ato de ser. O Espírito que age sem precisar ordenar está adequado ao que é, e condizente com o que é.

O Espírito sob o Fluxo da Existência

O Espírito determina-se sob o fluxo da existência, sem que interfira nesse fluxo. É um Espírito indiferenciado, no sentido de que existe naturalmente como fundamentador daquilo que também existe naturalmente, seja o que existe uma substância ou uma não substância (nada). Isto é, ao imaginarmos um nada ontológico para nos referir a soberania do Espírito, o Espírito existiria segundo o que é, isto é, soberano, considerando que o nada não existe. E se

o que existe é a soberania, o Espírito simplesmente é soberano, existe segundo a soberania. A autocausalidade, portanto, incidindo sobre o nada (ontologicamente imaginado), ou qualquer determinação para o absoluto possível — ou até mesmo incidindo sobre um absoluto indiferenciado, como será evidenciado a seguir —, está para o existir de forma a se determinar em prol do que existe. Se existe o absoluto, o Espírito é consistente com o que existe; e, se o que existe é necessário e não contingente, o Espírito segue essa lógica de necessidade.

A Justificação do Espírito pelo Absoluto

Estando justificada a existência do absoluto, está justificada a existência do Espírito absoluto, pois, para tudo que existe, há uma causa de sua existência e sua fundamentação que, no caso do absoluto, só pode estar em si mesma, ainda que a identidade e fundamento sejam uma só realidade. Sendo assim, o Espírito do absoluto é indiferenciado, no sentido de que é indiferente a um condutor de si e rendido ao existir. É conforme o que o absoluto é. Sua vontade existe sob o ímpeto do que é, e não sob um ímpeto único.

Conclusão: O Espírito Indiferenciado

Concluímos, portanto, a visão do que é autocausal: o Espírito indiferenciado, que repousa puríssimo sob a plenitude do que é. Em outras palavras, a ação do Espírito Absoluto é tão pura que age de forma indetectável; sua ação se dá sem que seja necessária sua existência determinada. Sua ação não depende de um determinador; sua ação se faz o próprio determinador que se dá como se é. Se existe o todo, sua determinação é a realização do todo, imediata e incausada.

Exemplo: O rio flui; alguém precisa tê-lo mandado fluir. Porém, não é preciso que alguém mande, pois o fluir carrega consigo uma vontade. O fluir é a própria vontade.

Havendo, portanto, absoluto, há o Espírito do absoluto que repousa no absoluto conforme se é. Sendo o Espírito a própria contraparte viva do que se dá em seu campo de liberdade. Espírito existe para o absoluto, ainda que sem definição do que está para o absoluto. Isto é, não existindo o nada, o Espírito encontra-se como próprio fluxo de existência, se faz o fluxo do existir, não produz o existir determinado para que se diga existente, mas se instaura como

fluxo de si mesmo em seu próprio sentido de ser. Em outras palavras, o ser é o sentido, e não o ente que explica a existência.

O Espírito como Ato Puro

O Espírito, portanto, paira sobre o absoluto e é o absoluto. Sua ação é ato puro de existir. Não incide sobre uma contraparte substancial, como um elemento que move outro elemento, mas é em si a própria elementação. É elemento de si mesmo. É um existir, e não o existente. É um Espírito sem determinação. Simplesmente é, e sua vontade carrega consigo seu ato de ser, pois não é contingente. Isto é, é unicamente direcionado ao existir. E sua personalidade e tendência é o existir unidirecional.

A Distinção entre Espírito Indiferenciado e Espírito Determinado

Para entender melhor o conceito de Espírito indiferenciado, e sua diferença com o diferenciado, imaginemos que o Espírito indiferenciado determine um outro Espírito do nada. Este novo Espírito seria determinado como uma unidade, e isto já lhe escaparia do conceito de indiferenciado. A ação na completude indiferencia o Espírito de qualquer determinação. Portanto, o Espírito não é A ou B, pois sendo A, se diferencia de B, e ao se diferenciar, se faz unidade.

Se o Espírito criar um ente que se diferencia essencialmente, porém que existe como A, o existir designado pela lógica de Aristóteles naturalmente possui diferenciação. A existe como A. O ato de existir de Aristóteles não é puríssimo, pois produz necessariamente um ente de essência determinada. O ato de existir como A já se diferencia de B, ou seja, o simples existir ou não existir de Aristóteles já reduz o absoluto a uma essência única, isto é, já o determina. E o que é determinado não pode ser autocausal, pois exige um determinador.

O Existir Puríssimo

O ser é puríssimo ao ponto de não necessitar se concretizar como A. Apesar de ser positivo, dispensa existir sob a lógica aristotélica, no sentido de que não está preso ao existir de Aristóteles. O existir puríssimo tem sua ação, ainda que seja indetectável. Se age, existe, sem que seja formalizado como A. Atua na realidade, e é positivo porque atua, e não porque é

formalizado como A.

O Espírito Indiferenciado e Sua Ação Indiferenciada

Como, portanto, o Espírito sendo puro tem propriedades como atemporalidade e temporalidade? Como o Espírito possui substância para que se configurem aspectos em si como o atemporal e o temporal, se é puro?

Diferenciemos então, portanto, a substância do Espírito, no sentido de que o Espírito é algo vivo. O ato de estar vivo, de ser vivente e presente já aborda o aspecto temporal. Porém, essa vivência levada à última instância, na qual nem mesmo precisa de si como ente determinado, não dispensa os aspectos temporais; dispensa, no entanto, a necessidade de si num sentido simétrico da identidade. O si do ser está para além da necessidade dele mesmo como ente determinado, mas não além da necessidade da presença, da vida. O ser é vivo, ainda que seja indiferenciado.

A Transcendência do Ser e a Positividade Indiferenciada

Se o Absoluto foge das dicotomias determinísticas, se não é A ou B, por que não foge da dicotomia fundamental do ente ou não-ente? Existe, ao invés de não existir. Não foge à fundamentação, embora fuja da determinação. É uma existência que não é uma coisa ou outra, mas nem deixa de existir. É um existir que poderíamos até dizer que escapa da própria existência através de sua pureza. Um existir que age, praticamente, sem existir.

Escapa da sua determinação, porém, não escapa da existência. Porém, ao pensarmos que a existência é a própria determinação, então o ser escapa da existência em prol da sua determinação. O ser abandona sua fundamentação, aquilo que deveria defini-lo como ente e não como não-ente, para ser a identidade pura. Que não tem o peso da unicidade do ente, ou seja, não tem a mesma existência do ente.

Pelo ponto de vista do ente, poderia se dizer que o indiferenciado está até mesmo além da existência, porém, se referindo à existência do ente que se destrói ao retirar-lhe a identidade. Porém, nos referindo à existência como diferenciado, temos uma existência que não é dependente da determinação como a do ente, mas ainda se diz existência.

Temos, portanto, uma existência determinística e uma existência essencial. O ser tem sua existência na essência. Não é uma existência determinística, mas ainda é existência, ainda é uma positividade.

“O absoluto não está somente no ser, mas foge a essa dicotomia do ser ou não-ser determinístico, então, ao afirmar que o absoluto é no sentido determinístico, isso é diferente de afirmar sua positividade. Se o absoluto é o ser e o não-ser, então esse "ser" o possível e o impossível, ou seja, transgredir a lógica rumo à impossibilidade, o torna positivo, porém não ausente o seu ato de "ser", mas o torna indiferenciado, no sentido que seu ato de ser abarca o impossível. O ser se livra da determinação sem abandonar sua essência.”

14.1 O Rompimento da Dicotomia Ontológica Clássica

Na tradição filosófica clássica, o conceito de "ser" está invariavelmente aprisionado em uma dicotomia estrita: ou algo *é* (ser, positividade, presença) ou algo *não é* (não-ser, negatividade, ausência). Contudo, ao aplicarmos essa lógica binária ao Absoluto, incorremos em uma redução indevida. O Absoluto não está confinado "somente no ser" tal qual a ontologia tradicional o define, pois sua magnitude escapa radicalmente à polaridade excludente entre o ser e o não-ser.

Afirmar que o Absoluto "é" difere substancialmente de afirmar uma positividade comum ou ôntica. Quando dizemos que um ente contingente "é", estamos simultaneamente dizendo o que ele *não é* (uma árvore é positiva precisamente porque *não é* uma pedra). A positividade clássica exige contornos, limites e exclusões. O Absoluto, por sua vez, exige uma **positividade transcendente**: uma afirmação que não se constrói sobre a negação de um oposto.

O existir da lógica clássica é dependente da negação do impossível. É dependente de referenciar o nada, dizendo que o ente é ente, e não não-ente. Ou seja, diz que o ente é soberano, de certa forma, referenciando o não-ente, referenciando uma hipótese impossível. Referenciando o não-ente como algo.

Portanto, o existir da lógica clássica é uma modalidade; só se considera o não-ente na condição de que, havendo a possibilidade de três entes, existam só dois. Portanto, há o não-

ente, que se dá quando o ente é possível.

Portanto, a lógica clássica se refere ao contingente, considerando mais contingentes possíveis, ou a ausência do contingente possível. Isto quer dizer que, se a ausência indica o impossível, a lógica clássica cai numa contradição ao negar o ente. Portanto, o positivismo da lógica clássica se refere ao contingente.

Já o positivismo do ser envolve o necessário; o ser não tem identidade dissociada do fundamento e, portanto, não carrega a dicotomia ser e possivelmente o não-ente. O ser não carrega a possibilidade do não-ser.

Exemplo: o número dois carrega o potencial de ter um acréscimo, isto é, ser três e não dois, ou ser zero. Mas o ser não tem potencial de acréscimo e nem de ser ou não-ser. Portanto, neste sentido está além da lógica clássica, e não no sentido de estar além do existir.

A negação do indiferenciado é diferente da negação do determinado. Ao se negar o determinado, nega-se a identidade em conjunção com o fundamento. Isto quer dizer que a negação não necessariamente aniquila o ente. Ao negarmos uma realidade que possui três entes, pode-se conceber uma realidade que possua dois entes. Isto é, a negação de uma realidade pode resultar em outra.

Porém, ao negar o que não há determinação, o que não pode portar acréscimo e diminuição, temos que há uma unanimidade. Não se pode negar o ser; ao se negar, não obtemos de nenhuma forma outra realidade, visto que se nega o Absoluto.

A Transgressão Rumo à Impossibilidade

Para que o Absoluto seja o fundamento irrestrito da realidade, se fosse visto por uma lógica determinística, ele deveria abarcar tanto o ser quanto o não-ser, operando a síntese suprema entre o possível e o impossível. Pois o não-ser do necessário não é uma opção não eleita, mas é a inversão ontológica da realidade. Ao admitirmos que o Absoluto é simultaneamente o ser e o não-ser, a razão é forçada a transgredir a fronteira da lógica simétrica (que proíbe a contradição) rumo ao domínio da impossibilidade.

Essa transgressão lógica rumo ao impossível destrói o Absoluto e o reduz a um absurdo vazio. O Absoluto constitui-se como **verdadeiramente positivo**. Ao assumir o impossível (a

coexistência do ser com a possibilidade do não-ser), o Absoluto prova que sua existência não depende das muletas da coerência sistêmica aristotélica. O Absoluto suporta e integra a própria contradição.

O Ato de Ser que Abarca o Impossível

A integração da contradição performática do não-ser ou do impossível não destrói o "ato de ser" do Absoluto. Pelo contrário, torna esse ato **indiferenciado**.

A indiferenciação, neste contexto, não significa letargia ou vácuo, mas a **expansão máxima da ontologia**. O ato de ser do Absoluto é tão imensurável que ele não precisa intermediar entre a possibilidade e a impossibilidade para continuar sendo; ele não abarca o impossível dentro de sua própria afirmação vital.

- **O ser no domínio determinado:** Age pelas regras do contingente; portanto, não pode ser conforme o determinado, pois perderia a soberania aceitando que pudesse estar ausente ou ser acrescido.
- **O ser no Absoluto:** Seu ato de ser exige a exclusão do impossível para se manter estável. Seu ato de ser recusa a contradição, entendendo a impossibilidade de uma conversão negativa de si mesmo como uma contrariedade à propriedade da necessariedade.

A Libertação da Determinação sem a Perda da Essência

A conclusão magistral desta dinâmica é a libertação final do ser. Ao englobar o ser em uma categoria de existir dissonante à da lógica clássica, temos que o ser desprende-se definitivamente da **determinação**. Estando distante da dicotomia existir versus não-existir aristotélica, e abordando uma existência que dispensa qualquer antagonismo.

A determinação é o "pedágio" que os entes finitos pagam para existir; eles devem assumir uma forma e rejeitar outras. O Absoluto, ao assumir uma contrariedade em seu estado de indiferenciação, recusa-se a dar lugar a outro ou ter entes acrescidos de si que poderiam estar ausentes. Ele se livra da determinação, da obrigatoriedade de ser *algo* delineado quando se faz soberano e necessário.

Entretanto, **essa libertação da determinação não significa o abandono de sua essência**. A essência do Absoluto não é uma "forma" ou um "molde" que se perderia na indiferenciação. A essência do Absoluto é a própria **Presença Autofundante** (como visto nas proposições anteriores), o ato puro e indestrutível de ser.

O ser, ao tornar-se indiferenciado e recusar sua negação, retorna à sua pureza máxima: ele é a essência total que não precisa ser "isto" ou "aquilo" para justificar sua realidade.

A Presença Relacional e o Ser Criacional

A ação divina não opera sob a carência de um objetivo a ser alcançado, pois o Absoluto já é a consumação de todos os fins. O seu "estar presente" é, portanto, uma doação contínua, um transbordamento de sua plenitude indiferenciada. Quando afirmamos que o seu ser é relacional e criacional, não o reduzimos à dependência daquilo que ele cria ou com o qual se relaciona. Pelo contrário, a criação e a relação são ecos de uma vitalidade ontológica tão imensurável que não pode ser contida na mera imobilidade.

Nessa transcendência, o "agir" e o "ser" colapsam em uma única e indivisível realidade. No mundo contingente e fenomênico, agir implica sair de si, transitar da potência ao ato, sofrer alteração e consumir-se no tempo. No Espírito Absoluto, agir é permanecer perfeitamente em si mesmo, enquanto a profundidade dessa própria permanência irradia a possibilidade de existência para tudo o que é determinado. Ele não precisa "mover-se" ou "decidir-se" cronologicamente para criar; a sua simples **Presença Autofundante** já é o ato criador que o sustenta e o permite dar o início à criação do mundo contingente.

É precisamente por isso que sua presença transgride o sentido usual do ser em ação. Trata-se de uma **ação em repouso absoluto** e de um **repouso absolutamente ativo**. Ele se relaciona com a multiplicidade e com as diferenças do mundo sem violar ou fragmentar a sua unidade indiferenciada. Ele instaura o tempo sem jamais se sujeitar às suas métricas.

Ao se fazer relacional, o Absoluto não cria um "outro" independente que lhe faça oposição. Em vez disso, usa de sua liberdade, abandona seu estatuto de soberania para que o ente contingente possa existir. A relação que o ser estabelece com o contingente é de forma que a criatura não o defina, o limite ou o esgote.

Desta forma, o Espírito não é apenas o alicerce estático do universo ou um princípio lógico frio; ele é o pulso vivificante primordial. O seu ser criacional não surge da necessidade de preencher um vazio — pois o verdadeiro nada, como demonstrado, não possui sustentação ontológica —, mas da superabundância de uma perfeição e de uma liberdade absolutas que, sem precisarem de nada, transbordam o ato de existir. Ele é, portanto, a vida que doa a vida, a presença que não apenas *está*, mas que ativamente *faz ser*.

A Transcendência Pura e a Detecção do Ser

O ser transcende o que é, no sentido de que é um ser na forma mais pura, que é detectado por sua ação, ou por sua relação com outros entes.

Síntese da Proposição

O Absoluto não se limita à dicotomia entre ser e não-ser. A sua afirmação transcende a positividade determinada. Ao transgredir a lógica clássica em sua constante necessidade de diferenciações, o Absoluto eleva-se a um estado de positividade pura e indiferenciada. Esta transgressão não anula seu "ato de ser", mas o plenifica, demonstrando que o ser pode livrar-se de qualquer determinação formal sem, sob nenhuma hipótese, abandonar a essência de sua própria presença inabalável.

Categoria	Ontologia Clássica (Determinação)	Ontologia do Absoluto (Indiferenciação)
Status do Ser	Opõe-se estritamente ao Não-Ser.	Engloba o ser sem possibilidade de diminuição ou acréscimo.
Positividade	Adquirida pela forma e exclusão (é A, logo não é B).	Adquirida pela transgressão lógica (abrangência total).
Essência	Vinculada à determinação.	Pura, preservada mesmo na total indiferenciação.